



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES EM EDUCAÇÃO BÁSICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CURRÍCULO E GESTÃO DA ESCOLA
BÁSICA



RAIMUNDO NONATO LEITE DE OLIVEIRA

GESTÃO ESCOLAR E INOVAÇÃO EM ESPAÇO INSULAR NA AMAZÔNIA: UMA
ANÁLISE A PARTIR DA REALIDADE VIVENCIADA EM UMA ESCOLA NA ILHA
MOSQUEIRO, BELÉM, PARÁ

BELÉM-Pa
2020

RAIMUNDO NONATO LEITE DE OLIVEIRA

GESTÃO ESCOLAR E INOVAÇÃO EM ESPAÇO INSULAR NA AMAZÔNIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA REALIDADE VIVENCIADA EM UMA ESCOLA NA ILHA MOSQUEIRO, BELÉM, PARÁ

Texto de dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB), do Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica, da Universidade Federal do Pará, como requisito de avaliação necessário para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. José Bittencourt da Silva

BELÉM-Pa
2020

RAIMUNDO NONATO LEITE DE OLIVEIRA

GESTÃO ESCOLAR E INOVAÇÃO EM ESPAÇO INSULAR NA AMAZÔNIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA REALIDADE VIVENCIADA EM UMA ESCOLA NA ILHA MOSQUEIRO, BELÉM, PARÁ

Texto de dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB), do Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica, da Universidade Federal do Pará, como requisito de avaliação necessário para obtenção do grau de Mestre.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. José Bittencourt da Silva
Orientador

Prof.^a Dr.^a. Maria das Graças da Silva
Membro da Banca

Prof. Dr. Orlando Nobre Bezerra de Souza
Membro interno

Prof. Dr. Doriedson do Socorro Rodrigues
Membro externo

BELÉM-Pa
2020

DEDICATÓRIA

Aos meus pais *in memoriam* Antônio M. da Silva e Maria de Nazaré Leite de Oliveira. Dona Nazaré se eternizou em seus filhos e nas pessoas com quem expressou seus atos de bondade altruísta e com desprendimento de qualquer racionalidade instrumental.

Aos meus irmãos Leite que muito cedo tiveram que lutar pela existência e que escolheram a docência como profissão e espaço de utopias.

A minha esposa Itacilda Sanches e aos meus filhos Leticia Sanches Leite e Lucas Sanches Leite, que amo mais do que tudo na vida e que renovam minhas esperanças e forças na luta por um mundo mais justo e mais bonito.

Ao Frazão e Benecilda (cunhados) pela dedicação a meus filhos.

AGRADECIMENTOS

A construção desse trabalho só foi possível com a solicitude direta e indireta de algumas pessoas. Expresso aqui o meu muitíssimo obrigado a cada uma delas de forma carinhosa.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer ao meu orientador e amigo Professor José Bittencourt da Silva, que sempre surpreende a todos nós com sua sabedoria, sensibilidade e companheirismo. Sem seu indispensável contributo, solicitude e compromisso profissional com a pesquisa científica e seus orientandos, tudo ficaria mais difícil.

Agradeço a gestão da UFPA/ICED/FAED pela liberação e reconhecimento da importância da formação continuada aos docentes e servidores desta Instituição.

A secretaria municipal de educação(SEMEC) de Belém pela autorização para esta pesquisa na unidade de ensino do Distrito de Mosqueiro.

Ao corpo técnico pedagógico e de apoio da Escola Maria Madalena Travassos, por ter nos recebido de forma profissional e carinhosa em seu espaço de trabalho, em especial à gestora Edvange e as coordenadoras pedagógicas Ana Cristina e Mayara, pela receptividade e disponibilidade em nos ceder os documentos e as entrevistas planejadas para o desenvolvimento da pesquisa.

Meus agradecimentos a Érica e ao André, monitora e motorista do ônibus escolar da Escola Madalena Travassos, que nos guiaram tão bem numa vivência pelos diversos caminhos das comunidades onde os/as alunos/as vivem e são recolhidos diariamente.

À coordenação e professores do programa de Pós Graduação em Currículo e Gestão da Educação Básica.

Aos amigos orientandos e orientadores da Disciplina Ateliê de Pesquisa do Programa de Pós Graduação, Doriedson do Socorro Rodrigues e Ronaldo Marcos de Lima Araújo, por suas colaborações dedicadas aos nossos trabalhos.

Aos Professores Orlando Nobre Bezerra de Souza e Maria das graças por suas excelentes contribuições no momento e processo de minha qualificação.

Ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação e Desenvolvimento da Amazônia (GEPEDA), espaço de diálogo, reflexões e proposições.

Às camaradas e aos camaradas da Linha de Gestão e Organização do Trabalho Pedagógico Escola Básica, com quem muito aprendi sobre democracia, dialogo e solidariedade, meu muitíssimo obrigado pela convivência, Alice, Adaylson, Alcione, Cledinei, Danielly, Elaniese, Eliene, Gorete, Keline, Kézya, Larissa, Lygia, Márcio, Nilzete, Osvaldo, Roberta, Silvane e Vivian.

EPÍGRAFE

Inovar tem estreita vinculação com pensar no devir, no vir a ser, no que ainda não é, mas possui potencialidade para tornar-se. Esta capacidade de vir a ser algo que ainda não é ou de fazer algo que difere do que é feito agora, está na essência do aprender e do ser humano, como construtor de si mesmo (NOGARO; BATTESTIN, 2016, p. 364).

RESUMO

Não há escola básica pública na Amazônia sem sujeitos educacionais inovadores. E mais do que isso, o fazer educacional escolar nesta região representa um ato de resistência ao projeto de precarização das escolas geridas pelo Estado. Objetiva-se nesta dissertação analisar práticas e estratégias inovadoras de sujeitos educacionais da Escola Madalena Travassos localizada no bairro Paraíso, ilha Mosqueiro, Belém, Pará que garantem a permanência desta unidade pedagógica em tempo integral aos filhos e filhas de trabalhadores locais. A questão que se coloca como balizadora da pesquisa de campo é a seguinte: quais as ações no âmbito da gestão escolar que podem ser exportadas e analisadas com base na categoria inovação? Com base em uma metodologia qualitativa realizou-se pesquisa de campo com entrevistas, observações, registros fotográficos e uso de informações documentais. O texto apresenta uma discussão teórica sobre o conceito de inovação e sua relação com a gestão escolar; expõe e analisa o processo de criação e vivificação da referida Escola; e discute os seus processos atuais que denotam formas inovadoras de gestão escolar. O que segue são exposições e análises da realidade selecionada como amostra, a qual forneceu o *corpus* empírico da pesquisa, a partir da problemática lançada e dos objetivos traçados.

Palavras-Chave: Escola Básica, Gestão Escolar, Inovação Educacional.

ABSTRACT

There is no public elementary school in the Amazon without innovative subjects of the educational system. Furthermore, the educational practice in this region represents an act of resistance to the school precarious project which is managed by the state government. The objective of this paper is to analyze innovative practices and strategies of the subjects of the educational system at Madalena Travassos School, which is located in Paraíso neighborhood, Mosqueiro island, Belém, Pará. Those innovative practices and strategies might ensure the continuity of full-time school for the sons and daughters of local workers. The question that arises as a cornerstone of field research is: what actions in school management can be exported and analyzed based on the innovation category? Based on a qualitative methodology, field research was conducted with interviews, observations, photographic records and use of documentary information. The text presents a theoretical discussion about the concept of innovation and its relationship with school management; it exposes and analyzes the process of creation and revitalization of the mentioned school, and it also discusses its current processes that denote innovative ways of school management. What follows are presentations and analyses of the reality selected as a sample, which provided the empirical corpus of the research, based on the problems raised and the objectives that were set.

Keywords: Elementary School, School Management, Educational Innovation.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** Limites territoriais do município de Belém, o distrito de mosqueiro e o local da escola Madalena Travassos;
- Figuras 2 e 3** Mostra da ilha de mosqueiro (câmara, 2016) e as ruínas da fábrica Bittar (mosqueiro, 2018);
- Figura 3** Chalés na ilha Mosqueiro-PA;
- Figura 4** Chalé na praia do Murubira em Mosqueiro-PA;
- Figura 5** Chalés e casarões abandonados em Mosqueiro-PA;
- Figura 6** Portal de entrada para ilha Mosqueiro-PA;
- Figura 7** Fachada da Escola Maria Madalena Travassos;
- Figura 8** Ramal de acesso à Escola Maria Madalena Travassos;
- Figura 9** 1º Bloco da Escola Maria Madalena Travassos com copa, bebedouros e banheiro;
- Figuras 10, 11 e 12** 2º e 3º Blocos da Escola Maria Madalena Travassos;
- Figuras 13 e 14** Quadra esportiva e área livre/lazer;
- Figura 15** Resolução Nº 13 do Conselho Municipal de educação;
- Figuras 16, 17, 18 e 19** Demonstração da paisagem campesina dos moradores e moradoras que publico alvo da Escola Madalena Travassos;
- Figuras 20,21 e 22** Imagens do Refeitório da Escola durante um café da manhã;
- Figuras 23, 24, 25 e 26** Imagens que denotam as atuais condições do transporte escolar. É um ônibus novo, confortável e seguro;
- Figura 27** Quadro demonstrativo dos horários e dos pontos de coleta dos alunos em suas respectivas localidades;
- Figura 28** Croqui demonstrativo do percurso do transporte escolar da Escola Madalena Travassos;
- Figura 29** Rua localizada no bairro Carananduba, com pavimentação sem manutenção, esburacada e com um vazamento hídrico no meio da pista de rolamento, tornando difícil a mobilidade automotiva no local;
- Figuras 30, 31 e 32** Imagens que denotam a realidade do dia a dia dos trabalhadores do ônibus escolar nas comunidades da ilha.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Quantitativo de produtos por ano e abordagens referentes às palavras de busca: "gestão inovadora" (2008-2018)
Quadro 1	Quantitativo de produtos por ano e abordagens referentes às palavras de busca: "gestão escolar inovadora" (2008-2018).
Quadro 2	Quantitativo de funcionários da escola Maria Madalena Travassos (2018).

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEB - Câmara de Educação Básica

CF - Constituição Federal

CME - Conselho municipal de Educação

CNE - Conselho Nacional de Educação

DE - Diretoria de Ensino

EA - Educação Ambiental

EB - Educação Básica

EI - Educação Integral

EMEIEF - Escola Municipal de Educação Infantil e Fundamental Maria Madalena Travassos

ETIDM - Escola de Tempo Integral no Distrito de Mosqueiro

EU - Escola Unitária

FMAE - Fundação Municipal de Assistência ao Estudante

FPEC - Fórum Paraense de Educação do Campo

FUNBOSQUE - Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira

GEPEDA - Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação e Desenvolvimento da Amazônia

HESPECF - Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Educação, Sociedade e Política Educacional do Campo e Floresta

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICED - Instituto de Ciências de Educação

MADA - Maria Madalena Travassos

MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

NEB - Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica

PA - Pará

PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola

PMB - Prefeitura Municipal de Belém

PPEB - Programa de Pós Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica

PPP - Projeto Político Pedagógico

SECON - Secretaria Municipal de Economia

SEMEC - Secretária Municipal de Educação

SEMMA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente

SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

UFPA - Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1 METODOLOGIA DE PESQUISA.....	14
1.2 ORGANIZAÇÃO TEXTUAL DA DISSERTAÇÃO.....	21
2. ASPECTOS TEÓRICOS: ESCOLA BÁSICA E INOVAÇÃO NA GESTÃO ESCOLAR	22
2.1 INOVAÇÃO EDUCACIONAL E GESTÃO ESCOLAR: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO.....	22
2.2 INOVAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR INOVADORA.....	25
3. CARACTERIZAÇÃO DO <i>LÓCUS</i> DE PESQUISA	37
3.1 A ILHA MOSQUEIRO.....	37
3.2 A ESCOLA <i>LÓCUS</i> DA PESQUISA: CONJUNTURA LOCAL.....	46
4 RESISTÊNCIA E INOVAÇÃO DE GESTORES E PROFESSORES DA ESCOLA MADALENA TRAVASSOS	55
4.1 A PRIMEIRA FASE DA ESCOLA (2011-2012).....	55
4.2 A SEGUNDA FASE (2013 AOS DIAS ATUAIS).....	60
4.2.1 A questão da merenda.....	60
4.2.2 O problema do transporte escolar.....	66
4.2.2a O problema do transporte escolar: um relato de vivência.....	74
4.2.3 A questão das verbas para a manutenção da escola.....	80
CONCLUSÃO	93
REFERÊNCIAS	96
APÊNDICE 1: Documentos que compuseram o processo de autorização da pesquisa de campo pela Secretaria Municipal de Educação.....	101
APÊNDICE 2: Termos de consentimento de entrevista.....	108

1. INTRODUÇÃO

A escolarização das crianças em espaços ribeirinhos do município de Belém está sob a competência administrativa da Prefeitura. De fato, os processos educativos nos estabelecimentos de ensino da maioria dos filhos/as dos/as trabalhadores/as dessas áreas são realizados, predominantemente, no contexto das escolas gerenciadas exclusivamente pela Secretaria Municipal de Educação. De maneira geral, muitos avanços foram conquistados, mas ainda permanecem entraves de ordem infraestrutural e financeira, sérios problemas concernentes aos processos pedagógicos que deveriam promover as necessárias interfaces com a condição social, produtiva, ambiental e cultural ribeirinha, o que ainda se constitui na grande utopia educacional dos moradores das ilhas de Belém (SILVA; SANTOS; SOUZA, 2016).

A nossa inserção no âmbito do debate sobre a escola básica ribeirinha ou em áreas insulares de Belém nasce dos trabalhos realizados como professor assistente efetivo em dois grupos de pesquisa: o Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação e Desenvolvimento da Amazônia (GEPEDA) e Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Educação, Sociedade e Política Educacional do Campo e Floresta (HESPECF), na época ambos os grupos estavam ligados ao Instituto de Ciências de Educação da Universidade Federal do Pará. É neste contexto que também nos envolvemos com o Fórum Paraense de Educação do Campo. Os dois grupos e o fórum nos possibilitaram o contato aproximado com a realidade campesina paraense e dialogar com os educadores das escolas dos espaços não urbanos, em suas diversas modalidades: Indígena, Quilombola, Ribeirinha, de Assentados e outros.

Vale destacar que a nossa participação efetiva desde 2010 nos grupo e no Fórum foi indispensável para que pudéssemos participar da organização e coordenação de diversos eventos acadêmicos, cujos objetivos principais eram valorizar as experiências e vivências dos educadores e educadoras do campo, debater as especificidades de suas escolas, o modo de vida de seus sujeitos educacionais, contribuir com a mobilização para a proposição e a busca pela efetivação de políticas educacionais e outros.

Com a aprovação no programa de Pós- Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB) do Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica (NEB), da turma 2018, foi possível retomar os estudos e investigações sobre a Educação em espaços ribeirinhos, agora associado a outros temas, como escola em regime de tempo integral e inovação educacional. O lócus eleito para pesquisa foi a Escola Municipal de Tempo Integral Maria Madalena Travassos, localizada no Distrito do Mosqueiro. A Escola é a

única na ilha que atua em regime de tempo integral, com três turmas de educação infantil e três turmas do ensino fundamental, sendo este último organizado em ciclos de formação continuada.

A convivência e o diálogo com algumas lideranças (Ulisses Manassas e Teófila) dos movimentos sociais da ilha Mosqueiro, possibilitaram conhecer um pouco das demandas sociais locais, principalmente aquelas ligadas ao direito a terra e a busca por políticas sociais que garantam mais cidadania a população. Esses contatos nos possibilitaram maiores proximidades em relação às necessidades e às práticas políticas do Movimento Sem Terra que se estabeleceu localmente. Outro aspecto significativo na escolha do local da investigação foi o fato do professor-orientador Dr. José Bittencourt da Silva já desenvolver pesquisas no distrito do Mosqueiro há quase duas décadas.

Com um *Survey* realizado na Escola como parte da integração teoria-prática da disciplina Educação Integral e Escola Básica, foi possível sabermos que suas atividades curriculares no cotidiano, começam muito antes do amanhecer e termina ao anoitecer. Atualmente a escola convive com uma grande procura da população por vagas, mas ao mesmo tempo com grandes contradições, principalmente aquelas ligadas a sua manutenção com qualidade. A Escola Madalena Travassos é fundamental para a efetivação da educação do campo na ilha, pois atua hoje com quase 90% de seu alunado oriundo de quatro assentamentos e outras áreas ligadas à pequena produção agrícola familiar da ilha.

A presente dissertação tem como tema central a questão das práticas inovadoras de gestores de escola básica pública. Precisamente, o que se quer focar tematicamente são as ações no âmbito da gestão escolar que podem ser exportadas e analisadas com base na categoria analítica inovação. Para tanto, tomou-se como referência empírica a realidade vivenciada no contexto da Escola Municipal Madalena Travassos, localizada no bairro Paraíso, ilha Mosqueiro, Belém, Pará. Assim posto, configura-se como objeto de pesquisa o processo historicamente de construção dessa instituição de ensino, assim como as suas práticas atuais suscetíveis de serem caracterizadas como inovação escolar.

A Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental (EMEIEF) Professora Maria Madalena Travassos¹ localiza-se na Rua Santana, Alameda Bacuri s/n, Bairro Paraíso, distrito administrativo de Mosqueiro, Município de Belém, estado do Pará, Amazônia, Brasil. Ela é pública, gratuita, em regime de tempo integral e está sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação (SEMEC), Prefeitura Municipal de

¹ Doravante escola Madalena Travassos.

Belém. Inaugurada em 2011 (BELÉM, 2011), a Escola configura-se como uma exceção do ponto de suas instalações, com uma arquitetura que foge completamente ao padrão da maioria dos estabelecimentos de ensino rurais do interior do estado, como será mostrado mais adiante.

É importante ressaltar aqui que o debate sobre educação integral ou escola em regime de tempo integral não será o foco principal das análises levantadas neste texto. Todavia, esses termos estarão em alguma medida sendo utilizados no decorrer do desenvolvimento do trabalho, em virtude de que a escola, locus da pesquisa, trabalha em regime de tempo integral. Para aqueles leitores que desejarem aprofundar seus estudos concernentes a esses temas, sugere-se Arroyo (2012), Cavaliere (2002; 2010), Coelho e Portilho (2009), Coelho (2009), Frigotto (2012), Jaeger (1995), Libâneo (2018), Maciel (2015) dentre outros.

Em que pese entender que há especificidades de abordagem nesses diferentes autores, pode-se retirar de seus escritos uma percepção geral acerca do conceito de Educação Integral, ou seja, aquela que considera o educando em suas múltiplas dimensões, em seus aspectos cognitivos, político-sociais, ético-culturais, afetivos, estéticos etc. Pode-se ainda dizer que o conceito de educação integral apresenta uma grande utopia no sentido positivo do termo: o desenvolvimento de uma educação a mais completa possível para e com o ser humano. Como aponta Frigotto (2012, p. 267):

[...] significa, assim, a concepção de educação ou de formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para seu pleno desenvolvimento histórico. Essas dimensões envolvem sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico.

Por outro lado, a escola em regime tempo integral é aquela que, conforme proposto por Gramsci e sua Escola Unitária, deveria ser organizada da seguinte maneira:

[...] esse tipo de escola deveria ser escola de tempo integral, com dormitórios, refeitórios, bibliotecas especializadas, salas adequadas para o trabalho de seminários, etc. Por isso, inicialmente, o novo tipo de escola deverá ser - e não poderá deixar de sê-lo - própria de grupos restritos, de jovens escolhidos por concurso ou indicados sob a responsabilidade de instituições idôneas (GRAMSCI, 2004, p. 36).

Do ponto de vista do marco legal brasileiro, uma escola em regime de tempo integral se caracteriza pelo alargamento do tempo de permanência dos alunos na escola ou sob sua responsabilidade. Esse aumento do tempo de permanência do discente deverá ser de pelo menos sete (7) horas para cada jornada de trabalho diariamente (BRASIL, 2017).

Partindo-se do pressuposto de que a inovação busca contribuir com a resolução de questões estruturais ao funcionamento da escola e da sociedade em que ela está inserida (SAVIANI, 2008; VEIGA, 2003), tem-se como questão norteadora a seguinte pergunta: Quais as práticas e estratégias de gestão escolar na Escola Madalena Travassos que podem ser tomadas analiticamente como inovadoras?

Imbuído deste questionamento, tem-se como objetivo geral a análise das práticas e estratégias dos gestores da Escola Madalena Travassos, localizada no bairro Paraíso, ilha Mosqueiro, Belém, Pará que podem ser caracterizadas como inovadoras. A partir desse objetivo geral foram elencados os seguintes objetivos específicos: Analisar o processo de criação da escola, a sua vivificação, assim como as vicissitudes atuais que denotem formas inovadoras da gestão escolar no campo das finanças, do transporte de alunos e da merenda escolar.

1.1 METODOLOGIA DE PESQUISA

O positivismo clássico e suas variações trouxeram para as ciências sociais o mesmo estatuto de cientificidade próprio das ciências físicas e naturais (LÖWY, 1999). A epistemologia positivista parte do pressuposto de que no mundo social reinam leis naturais, imutáveis e independentes da ação humana. Caberia ao observador, neutro e imparcial, recolher as informações do real, aplicando sobre ele o mesmo método empírico, experimental e matemático das ciências “duras”. Nestes termos, essa ação potencializaria a capacidade dos órgãos dos sentidos do cientista para recolher do real aquilo que seria necessário à construção de um conhecimento verdadeiramente objetivo.

Todavia, faz-se necessário que se parta do pressuposto de que o percebido imediatamente, enquanto prática social historicamente determinada, não se configura como a realidade *de per se*. Ainda que seja parte integrante do processo de construção do pensamento elaborado, aquilo que se nos apresenta como realidade imediata aos nossos órgãos dos sentidos, configura-se, na verdade, como um dado bruto que se faz presente de maneira simplificada e superficial na subjetividade do homem comum, portanto, necessitando de uma ação prático-abstrata capaz de pensá-la dialeticamente, ou seja, capaz de promover um movimento do pensamento suscetível de expressar suas contradições internas a partir das mediações que a compõe, superando-a.

Para que esse movimento do pensamento seja qualitativamente diferente, faz-se necessário que se promova uma mudança no modo de proceder a percepção do real

imediatamente, um esforço de abstração que Kosik (1976) chama de *détour*, ou seja, um desvio feito pelo pensamento do observador, o qual passa da condição de indivíduo prático/utilitarista para a condição de sujeito cognoscente, capaz de visualizar outros aspectos do real não visíveis em sua aparência fenomênica. Este autor ressalva que ao tratar o processo de construção do conhecimento desta maneira, não se está simplesmente colocando que há dois tipos diferentes de percepção do real, mas fundamentalmente que há “[...] duas qualidades da práxis humana” (KOSIK, 1976, p. 13).

Entretanto, como proceder de maneira a construir um pensamento qualitativamente diferente daquele produzido pelo homem comum, pelo indivíduo historicamente determinado pela conjuntura prática de seu dia-a-dia, preso ao mundo fenomênico? Em termos gnosiológicos, como pensar certo (FREIRE, 2004) ou transformar o simplismo “teórico”, a superficialidade metafísico-abstrata, a ingenuidade do olhar imediatista em um saber elaborado, vale dizer epistemologicamente sofisticado e com um grau de profundidade capaz de superar a visão “fetichizada” da realidade?

O pressuposto inicial de que se deve partir para promover a superação do pensamento imediato é a necessidade de um método, isto é, de um caminhar bem fundamentado teórica e sistematicamente, capaz de gerar as condições objetivas para se fazer o “*détour*” proposto por Kosik (1976), imperativo ao movimento correto do pensamento. Neste sentido, Marx (2013) no Posfácio da 2ª Edição de O Capital, lança luzes importantes para que se possa encontrar possíveis caminhos necessários à superação da subjetividade utilitarista do sujeito histórico “fetichizado”.

Sem dúvida, deve-se distinguir o modo de exposição segundo sua forma, do modo de investigação. A investigação tem de se apropriar da matéria em seus detalhes [investigar minuciosamente], analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Se isso é realizado com sucesso, e se a vida da matéria é agora refletida idealmente, o observador pode ter a impressão de se encontrar diante de uma construção *a priori* (MARX, 2013, p. 128-129).

Na *Contribuição à Crítica da Economia Política*, Marx (2008) detalha com mais precisão o movimento mais apropriado do pensamento do pesquisador. Para ele a investigação deverá partir daquilo que se nos apresenta como real e mais geral. Posteriormente, vai-se buscando e apropriando-se dos elementos cada vez mais simples e particulares até chegar às mediações mais elementares que compõe a totalidade do objeto:

Quando estudamos um país determinado, do ponto de vista da Economia Política, começamos por sua população, a divisão desta em classes, seu

estabelecimento nas cidades, nos campos, na orla marítima; os diferentes ramos da produção, a exportação e a importação, a produção e o consumo anuais, os preços das mercadorias, etc. Parece mais correto começar pelo que há de concreto e real nos dados; assim, pois, na economia, pela população, que é a base e sujeito de todo o ato social da produção. Todavia, bem analisado, esse método seria falso.

[...]

A população é uma abstração se deixo de lado as classes que a compõem. Essas classes são, por sua vez, uma palavra sem sentido se ignoro os elementos sobre os quais repousam, por exemplo: o trabalho assalariado, o capital, etc. Esses supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços, etc. O capital, por exemplo, não é nada sem trabalho assalariado, sem valor, dinheiro, preços, etc. Se começasse, portanto, pela população, elaboraria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais estrita, chegaria analiticamente, cada vez mais, a conceitos mais simples; do concreto representado chegaria a abstrações cada vez mais tênues, até alcançar as determinações mais simples (MARX, 2008, 257-258).

Roberto Cardoso de Oliveira (1996), etnógrafo que discute a pesquisa de campo, caracteriza esses dois momentos colocados por Marx (2013) de *being there* (método de investigação) e o *being here* (método de exposição). O estar lá é o instante do olhar, do ouvir, do registrar, do anotar, do recolher, do perquirir as minúcias do objeto de estudo, ou seja, apropriar-se de tudo aquilo que se puder absorver das experiências dos grupos humanos que se deseja investigar. Por outro lado, o estar aqui se caracteriza pelas atividades relacionadas à produção escrita sofisticada, em um outro nível qualitativamente diferente das abstrações do senso comum. Neste momento, a produção do conhecimento estará embebida nas peculiaridades do ambiente acadêmico, na elaboração conceitual que imprimirá balizada pela teoria que condicionará a reelaboração das informações recolhidas em campo, agora em um outro patamar.

O momento do *being here* (método de exposição) é o instante em que o pesquisador busca a construção do concreto pensado (unidade da diversidade) em uma relação dialética com empírico mediado pela abstração teórico-acadêmica. De fato, o investigador enxergará os processos reais a partir do referencial teórico tomado. Por isso, quanto maior o cabedal intelectual formador da subjetividade do sujeito cognoscente, maior será a sua capacidade de percepção das coisas que se lhes apresentam aos órgãos dos sentidos. O inverso também é verdadeiro, por isso a primeira coisa a fazer será aumentar a capacidade de percepção investigativa para que se possa ver e ouvir o real (empírico) para além de suas expressões fenomênicas (KOSIK, 1976).

A investigação que subsidiará empiricamente as discussões que se pretende construir será feita a partir da pesquisa de campo qualitativa (OLIVEIRA, 1996; SEVERINO, 2007), a qual será realizada na escola básica de tempo integral Madalena

Travassos, localizada no bairro Paraíso, ilha Mosqueiro, Belém, Pará. Esta escola constitui-se como objeto de estudo, que também poderá ser entendida a partir da ideia de amostra qualitativa (PIRES, 2010), a qual fornecerá o *corpus* empírico de nossa pesquisa, entendido como o conjunto de tudo aquilo que se identificará como objeto de olhar, ouvir e recolher em campo.

Segundo Pires (2010, p. 154) a palavra amostra, em seu sentido amplo no âmbito das pesquisas qualitativas, pode ser entendida como “[...] o resultado de qualquer operação visando construir o *corpus* empírico de uma pesquisa”. É com base nesta perspectiva amostral que se entenderá aqui o significado da palavra amostra, que também pode ser percebida como amostra por caso único de instituição (PIRES, 2010, 177), que nesta pesquisa será a escola Madalena Travassos de onde serão recolhidas as informações empíricas para as discussões acerca do tema da gestão inovadora na escola básica em regime de tempo integral.

Neste contexto, utilizaremos ainda como instrumento de coleta de dados, as entrevistas no âmbito da gestão com todos/as àqueles/as profissionais da educação que fizeram, ou ainda fazem, parte do corpo administrativo da escola. Precisamente, foram entrevistadas ao todo quatro pessoas, a saber: a primeira diretora que fez parte do processo inicial de implantação da escola, uma coordenadora pedagógica que esteve em todos os momentos desse processo de construção da escola, a atual diretora e a coordenadora pedagógica da Educação Infantil.

Feitas essas observações preliminares, faz-se mister abordar agora o modo como se procedeu no campo de pesquisa na busca pelas evidências produzidas e as registradas como informações empíricas. Neste particular, foram considerados instrumentos de pesquisa o caderno de campo, a máquina fotográfica, o roteiro de entrevistas semiestruturada, esta entendida como aquela que “[...] combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (MINAYO, 2008, p. 262).

A entrevista foi uma das técnicas de coleta de dados muito importante e certamente essencial para a contribuição das respostas ao problema lançado (ROSA; ARNOLDI, 2006). Esse momento necessitou de um esforço de tempo necessário para a sua realização, por meio de um olhar mais investigativo do próprio pesquisador, que nas pesquisas qualitativas também é visto como instrumento de investigação e suas experiências, vivências, observações e relatos de campo possuem valor heurístico (SEVERINO, 2007), ou seja, podem compor o conjunto das informações suscetíveis de serem utilizadas cientificamente.

O percurso investigativo na realidade empírica (o olhar e o ouvir, ou seja, o método de investigação) foi realizado da seguinte maneira: primeiro buscou-se recolher informações capazes de dar legitimidade ao discurso acadêmico-científico sobre a localização, o processo histórico de criação da escola, sua espacialidade interna, os dados quantitativos sobre os sujeitos educacionais, os princípios e fins que a escola se propõe a efetivar, etc. É aquilo que se costuma chamar de caracterização da escola a partir de uma pesquisa exploratória. Neste momento foram essenciais o projeto pedagógico da escola, os documentos históricos arquivados com suas imagens fotográficas, a realização de entrevistas com gestores que fizeram parte ou possuem informações sobre a realidade pretérita do local, além, é claro das observações *in loco* e as fotografias que o investigador qualitativo faz ao estar lá no campo de pesquisa.

O Segundo momento teve como foco a atuação da gestão no processo de vivificação escolar propriamente dita, ou seja, o processo histórico de efetivação da escola, seus problemas e soluções encontrados. Precisamente, foram enfocados o problema do transporte escolar, a situação do financiamento da escola (deliberações sobre o que fazer com o orçamento da escola ou com a falta de dinheiro) e o problema da merenda. Neste contexto, foi importante o recolhimento de dados que expressaram essa realidade administrativa escolar em sua máxima totalidade. Por isso, fez-se necessário expor o modo como se apresenta a arquitetura organizacional e a tomadas de decisão deste estabelecimento de ensino. Nesta perspectiva, as entrevistas com os múltiplos sujeitos educacionais (mormente gestores) foram fontes importantes de dados a recolher no local da investigação.

O terceiro e último aspecto ressaltado relacionou-se às práticas pedagógicas que movimentam a vida escolar. Neste particular as observações *in loco*, as vivências do dia-a-dia, as entrevistas e as possíveis interfaces estabelecidas com as múltiplas esferas educativas no âmbito social foram aspectos que precisaram ser investigados e expostos analiticamente.

Após a etapa de coleta de dados foram feitas as exposições e análises da realidade pesquisada imprimindo sobre ela a teoria, ou seja, procedimento analítico levou em consideração o cotejamento do material empírico recolhido na pesquisa de campo e o referencial teórico utilizado (SEVERINO, 2007). “A fase do tratamento do material leva o pesquisador à teorização sobre os dados, produzindo o confronto entre a abordagem teórica anterior e o que a investigação de campo aporta de singular como contribuição” (TEIXEIRA, 2003, p. 191). É a realidade observada mediada pela teoria. Precisamente, para se discutir a questão da inovação na Escola Madalena Travassos, localizada no bairro

Paraíso, ilha Mosqueiro, Belém, Pará, foram estabelecidas ligações e diálogos com os sujeitos envolvidos e levantadas informações que foram transformadas em textos escritos. Estes textos foram alisados teoricamente, mas também sofri influência analítica do próprio autor.

Para finalizar este subitem, vale registrar algumas palavras quanto ao processo de autorização da pesquisa junto à Secretaria Municipal de Educação. Precisamente, esse processo de consentimento para a realização da pesquisa de campo foi relativamente rápida, mas não deixou de apresentar alguns entraves de ordem institucional. Estes poderiam ser mais celeremente resolvidos com a boa vontade das pessoas envolvidas na autorização dessas atividades investigativas, afinal sem esta permissão fica inviável atualmente proceder ao levantamento dos dados.

É claro que alguma forma de regulação se faz necessária para a investigação nas escolas, afinal a possibilidade do uso indevido dos dados faz com que pesquisadores e orientadores se preocupem em estabelecer relações éticas com esses espaços educacionais, pois envolve sujeitos sociais, históricos e politicamente determinados, principalmente nos dias atuais em que esses dados podem circular mais facilmente nas mídias eletrônicas, exigindo por parte das instituições e de seus agentes respeito às normas jurídicas que fundamentam legal e eticamente esse procedimento, o que não significa que as mesmas tenham que ter uma estrutura normativa rígida, inflexível dificultando o avanço do conhecimento acadêmico, elaborado e sintetizado nas Universidades.

A presente pesquisa começou de fato com essa dificuldade em ter a autorização e permissão jurídica da Secretaria Municipal de Educação (SEMEC) para o acesso ao campo da pesquisa, no caso a Escola Municipal Maria Madalena Travassos no Distrito de Mosqueiro, Belém, Pará. O primeiro passo desse processo foi solicitar junto a instituição mantenedora a autorização e consentimento para a inserção no local da pesquisa. Neste contexto, foi protocola no dia 14 de maio de 2018, no prédio administrativo da SEMEC, a carta de apresentação, a qual foi elaborada pelo professor/orientador do PPEB/NEB/UFPA, documento este que dentre outras coisas demonstrou todo o itinerário (meios e os fins) da pesquisa que se desejava implementar.

Neste documento também foi informado os endereços de contato do professor-orientador. A carta foi dirigida a Sra. Dorvalina Bastos da Silva, Diretora de Ensino do órgão. Junto do Pedido, foi anexada a cópia do projeto de dissertação do Mestrando como documentação comprobatória dos objetivos da investigação. No momento em que o

documento foi protocolado houve um comunicado de que a Diretora se encontrava de licença, mas que havia outra pessoa respondendo pela mesma.

Desde a entrada do pedido até sua autorização em 12 de setembro de 2018 decorreram mais de três (3) meses. Durante este período e diante das dificuldades em localizar e agilizar o processo, o mestrando/pesquisador fez aproximadamente dez (10) abordagens na SEMEC para saber sobre o trâmite do processo. Esse fato vem confirmar o excesso da burocracia existente dentro dos órgãos governamentais que se caracterizam pela hierarquia dos cargos e funções.

Mesmo assim não poderíamos deixar de ser grato à solicitude de todos os profissionais que se dispuseram em nos ajudar e que por conta do excesso de burocracia e verticalização do poder não puderam tomar certas decisões. Muitas vezes, um profissional possui as habilidades necessárias para executar determinada tarefa, mas fica na dependência de uma ordem ou da ação de um superior que nem sempre possui tal competência.

Em certa medida, esse processo de autorização confirma aquilo que Saviani (2008) fala sobre o sistema educacional brasileiro que se caracteriza pela falta de vontade política das elites que não querem uma educação de qualidade aos filhos dos trabalhadores e a descontinuidade dos projetos, incluindo também a troca de profissionais dentro da estrutura administrativa e jurídica das instituições, que na maioria das vezes não está preparada para atender a população que necessita desse direito social.

No que se refere aos limites da política educacional brasileira, haveria muitos aspectos a considerar. Penso, porém, que as várias limitações são, em última instância, tributárias de duas características estruturais que atravessam a ação do Estado brasileiro no campo da educação desde as origens até os dias atuais. Refiro-me à histórica resistência que as elites dirigentes opõem à manutenção da educação pública; e à descontinuidade, também histórica, das medidas educacionais acionadas pelo Estado. A primeira limitação materializa-se na tradicional escassez dos recursos financeiros destinados à educação; a segunda corporificasse na sequência interminável de reformas, cada qual recomeçando da estaca zero e prometendo a solução definitiva dos problemas que se vão perpetuando indefinidamente (SAVIANI, 2008, p. 1).

Esses dois aspectos do problema educacional brasileiro agrava-se com a falta de formação humanística dos técnicos administrativos das secretarias no que se refere à importância da pesquisa para a inovação das práticas de gestão escolar, aspecto este quase inexistente no âmbito dos processos escolares da educação básica.

1.2 ORGANIZAÇÃO TEXTUAL DA DISSERTAÇÃO

A presente Dissertação de Mestrado em Currículo e Gestão da Escola Básica, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica – PPEB, do Núcleo de Estudo Transdisciplinares em Educação Básica – NEB, da Universidade Federal do Pará está dividida em três seções.

A primeira introduz a temática e sua delimitação, lança a questão de pesquisa, o objetivo geral e os específicos, apresenta o processo de aproximação do autor com o lócus da investigação, demonstra a metodologia implementada na pesquisa, desde o estudo da arte à pesquisa de campo e expõe a maneira como o texto se encontra estruturado: 1. Introdução; 1.1. Metodologia de pesquisa; e 1.2. Organização Textual da Dissertação.

A segunda seção vem discorrer o aspecto teórico do trabalho, em que são expressos o referencial teórico que discute o conceito de inovação escolar na perspectiva de autores Saviani (1980), Veiga (2003), Nogaro e Battestin (2016) dentre outros. Nesta seção, também se apresenta um levantamento bibliográfico sobre o tema da inovação no âmbito da educação básica brasileira e finaliza apresentando a relação da questão da inovação na perspectiva de uma gestão inovadora: 2. Aspectos Teóricos: Escola Básica e Inovação na Gestão Escolar; 2.1. Inovação Educacional e Gestão Escolar: Um levantamento bibliográfico; 2. 2. Inovação e Gestão Escolar Inovadora.

No contexto da terceira seção são expostos os aspectos relativos ao campo de pesquisa e os resultados do estudo. Precisamente, é nesta seção que são apresentados e tratados o material empírico recolhido durante a pesquisa. O conjunto desse material, resultantes de entrevistas, observações, pesquisa documental, de material iconográfico, etc., constitui-se a base empírica sobre a qual são feitas as argumentações concernentes às possíveis respostas ao problema lançado e aos objetivos anunciados na introdução: 3. Aspectos da Pesquisa de Campo: Exposições. Descrições e Análises acerca da Ilha, da escola e Práticas Inovadoras; 3.1. Caracterização do Campo de Pesquisa: A Ilha de Mosqueiro; 3.2. A Escola: lócus da Pesquisa e Conjuntura Local; 3.3. Resistência e Inovação de Gestores e Professores: A Primeira Fase de 2011 a 2012; 3.4. Resistência e Inovação de Gestores e Professores: A Segunda Fase 2013 aos dias atuais.

E finalizando, são apresentados os resultados obtidos pelo trabalho por meio da pesquisa, concluindo a dissertação de mestrado em Educação, fazendo-se uma análise e discussão à luz dos autores, bem como a partir do posicionamento do próprio autor sobre as questões pesquisadas, mas sempre respeitando os padrões vigentes de discussões próprios da comunidade acadêmico-científica, sempre na perspectiva de tornar público o conhecimento produzido de maneira crítica e argumentativa.

2. ASPECTOS TEÓRICOS: ESCOLA BÁSICA E INOVAÇÃO NA GESTÃO ESCOLAR

2.1 INOVAÇÃO EDUCACIONAL E GESTÃO ESCOLAR: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

O roteiro feito na busca inicial por materiais para a realização da pesquisa se deu inicialmente por meio de investigações feitas no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Foram utilizados os seguintes termos para o levantamento: "*gestão inovadora*" e "*gestão escolar inovadora*". Também alguns filtros foram necessários para que se obtivesse um melhor aproveitamento da pesquisa e mais precisão quanto aos materiais bibliográficos a serem encontrados. Os filtros foram os seguintes: por ano (início 2008 e final 2018); idioma (apenas em português); e analisado por pares, ou seja, somente trabalhos científicos. Esses foram os recortes principais para o presente levantamento.

Após a realização do procedimento, conseguiu-se montar um pequeno acervo composto por artigos, tese e livros elaborados por profissionais da área da educação que propõem um debate sobre gestão escolar de uma forma inovadora. Houve produtos que evidenciaram o papel do docente na inovação, mostrando a ação desses sujeitos educacionais em meio às dificuldades presentes no sistema educacional brasileiro, sejam elas estruturais ou políticas, mas que conseguem se destacar ao executar suas funções de maneira eficaz, a partir de inovações e criatividade, métodos que se pode perceber como habilidades de realizar uma produção com características novas adaptadas ao contexto vivido. E com isso, buscou-se mostrar a importância da criatividade ligada à gestão e às práticas docentes inovadoras como um dos eventos encorajadores de mudanças na formação dos homens e mulheres e na sociedade como um todo.

Foram elaborados alguns quadros, os quais estão expostos a seguir. Esses quadros objetivam demonstrar quantitativamente os materiais encontrados, bem como o assunto tratado por eles. De antemão, vale ressaltar que há realmente uma lacuna na produção acadêmica acerca da inovação educacional no campo da gestão escolar.

Em geral, são produtos acadêmicos que abordam a inovação em uma perspectiva escolar apartada dos processos que se estabelecem nos contextos sociais. Toma-se a inovação como uma prática de professores ou gestores que inovam processos dentro da escola, geralmente ligadas à tecnologia, técnicas e métodos de ensino e outros

elementos relativos ao ensino e ao aprendizado. Assim, apresentamos o Quadro 1 sobre a incidência de “gestão inovadora” em periódicos no período de 2008 a 2018, conforme abaixo:

Quadro 3 - QUANTITATIVO DE PRODUTOS POR ANO E ABORDAGENS REFERENTES ÀS PALAVRAS DE BUSCA: "GESTÃO INOVADORA" (2008-2018)

Ano de publicação	Quantidade total	PPP	Gestão financeira	Gestão pedagógica	Gestão infraestrutura	Outros
2008	-	-	-	-	-	-
2009	2	-	-	1	-	1
2010	1	-	-	-	-	1
2011	-	-	-	-	-	-
2012	-	-	-	-	-	-
2013	-	-	-	-	-	-
2014	-	-	-	-	-	-
2015	-	-	-	-	-	-
2016	-	-	-	-	-	-
2017	-	-	-	-	-	-
2018	-	-	-	-	-	-

Fonte: Periódicos, CAPES, 2018.

Como se observa no Quadro 1, foram encontrados três trabalhos a partir das palavras de busca. Os dois produtos localizados no ano de 2009 são livros. Um versando sobre avaliação educacional (LORDÊLO; DAZZANI, 2009) e o outro intitulado Gestão Educacional nos Municípios: Entraves e Perspectivas (CUNHA, 2010). O primeiro enfoca o aspecto da inovação em relação à avaliação escolar, a qual pode abarcar aspectos especificamente no campo da didática, avaliação da aprendizagem implicadas na instituição educacional e as quais envolvem relações de saber-poder. O segundo analisa políticas públicas educacionais em nível municipal, em particular no que concerne ao processo de descentralização do ensino; são abordadas as origens, as relações de poder estabelecidas, sua implantação e os impactos produzidos.

No terceiro produto identificado, o autor destaca aspectos educacionais escolares relativos à descentralização, à controversa questão da flexibilidade de gestão e o pacto federativo entre as três dimensões do poder estatal e governamental brasileiro.

Neste contexto, discute-se a autonomia dos sistemas educacionais de ensino em nível municipal e estadual, mas sempre presos às diretrizes nacionais. Cunha (2010) vem abordar de maneira muito superficial as possibilidades de uma gestão educacional inovadora em nível municipal, realidade que segundo ele ainda está muito longe de ser implementada.

Partimos para a consulta no diretório da CAPES da existência do termo “gestão escolar inovadora” nos periódicos que tratam sobre a prática gestores ou professores na Educação Básica e em outras atividades relativas ao processo de ensino-aprendizagem. Assim, visualizamos 04 produtos, conforme destacamos no Quadro 2:

Quadro 4 - QUANTITATIVO DE PRODUTOS POR ANO E ABORDAGENS REFERENTES ÀS PALAVRAS DE BUSCA: “GESTÃO ESCOLAR INOVADORA” (2008-2018).

Ano de publicação	Quantidade total	PPP	Gestão financeira	Gestão pedagógica	Gestão infraestruturar	Outros
2008	-	-	-	-	-	-
2009	2	-	-	-	-	2
2010	1	-	-	-	-	1
2011	-	-	-	-	-	-
2012	1	-	-	-	-	1
2013	-	-	-	-	-	-
2014	-	-	-	-	-	-
2015	-	-	-	-	-	-
2016	-	-	-	-	-	-
2017	-	-	-	-	-	-

Fonte: Periódicos, CAPES, 2018.

No Quadro 2 observa-se que apareceram quatro (04) produtos. Precisamente, quando foram colocadas as palavras de busca “gestão escolar inovadora” apontaram-se trabalhos ligados à gestão, mas todos de maneira muito tangencial no que concerne a relação da gestão escolar com o tema da inovação, confirmando uma perspectiva inicial de que seria realmente muito difícil encontrar textos mais profundos quanto a essa interface no campo educacional escola.

Especificamente sobre o campo de estudo, no caso a escola Madalena Travassos, foram encontrados dois produtos publicados em periódicos. São os artigos intitulados Educação “Ambiental em escola de tempo integral em Belém, estado do Pará” (SILVA; SILVA, 2017) e “Aspectos históricos e institucionais do processo de criação de escola pública de tempo integral no distrito de mosqueiro: um estudo de caso na escola professora Maria Madalena Travassos” (SILVA; SILVA; OLIVEIRA, 2018).

O primeiro versando sobre um projeto de Educação Ambiental na escola a partir de um projeto de horta escolar. O Segundo abordando aquilo que os autores chamaram de irracionalidade do processo de construção da escola. Ambos os artigos, apesar de apontarem a importante presença dos professores e gestores da escola como sujeitos que verdadeiramente dão existência para o estabelecimento de ensino, não abordam o conceito de inovação educacional. Para ser visto como sendo um processo inovador não

basta ser algo apenas criativo, há que existir a possibilidade daquilo que é inovador individual ou coletivo, mas que tenha uma finalidade superior, um alcance social, educacional, cultural, tecnológico e que possa ampliar as possibilidades à qualidade humana e material do que está em processo.

2.2 INOVAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR INOVADORA

Cada formação social possui uma especificidade, uma forma peculiar de produção material, a qual engendra formas específicas de subjetividade. Essa relação entre o modo de produção da vida material e suas subjetividades forma o corpo social, o qual determina modos de ser, de pensar e de estar na coletividade. Por isso é que Marx (2008) observa que cada sociedade produz as categorias empíricas que lhes são próprias, sobre as quais deverá ser impresso um esforço racional elaborado para que sejam construídas novas e mais complexas elaborações acerca do real percebido. Em síntese, são essas categorias empíricas que são a base real da qual o intelecto humano crítico deverá partir, negar e retornar para que se possa construir o concreto pensado enquanto unidade da diversidade.

A categoria inovação é sem dúvida uma das ideias-força peculiar a toda formação social capitalista independentemente do espaço territorial na qual ela foi edificada. De fato, a categoria inovação está presente nos mais diferentes campos da vida coletiva, podendo mesmo ser percebida no campo jurídico, político, econômico e educacional. Contudo, o que se pode entender por inovação? Qual seu sentido corrente e seu sentido elaborado por diferentes sujeitos do campo acadêmico?

Tomando-se a palavra “inovação” enquanto verbete definida no dicionário Houaiss como “aquilo que é novo, coisa nova, novidade; o que apareceu recentemente” (HOUAISS, 2001, p. 168). Etimologicamente, a vocábulo “inovação” possui sua origem no latim, mais precisamente na palavra “*innovatio*”, que significa renovação. Do ponto de vista da ideologia desenvolvimentista (SILVA, 2009), a inovação relaciona-se à condição indispensável ao crescimento econômico continuado.

O conceito de inovação quase sempre esteve associado à ideia de incremento produtivo, aumento da capacidade laboral de transformação da natureza e, portanto, da criação de riqueza. Nestes termos, inovar seria criar tecnologias ou novos insumos capazes de revolucionar o que está estabelecido como padrão, potencializando o trabalho enquanto componente essencial das forças produtivas, com objetivo ao desenvolvimento

econômico de uma sociedade. No modo de produção capitalista a inovação é a condição indispensável para a sobrevivência das empresas no contexto concorrencial entre os capitais.

Foi com Schumpeter (1982) que o progresso tecnológico voltou a ser estudado como um elemento fundamental para o desenvolvimento econômico em economias capitalistas. “Inovação” foi a palavra usada pelo autor para descrever uma série de novidades que podem ser introduzidas no sistema econômico e que alteram substancialmente as relações entre produtores e consumidores, sendo o elemento fundamental para o desenvolvimento econômico.

No livro de Leo Huberman (1983), “História da Riqueza do Homem”, o autor indica que a questão da inovação técnica foi um ponto essencial no contexto do mercantilismo europeu dos séculos XVI, XVII e XVIII. Nesse período, em que o ouro e a prata constituíam-se na fonte da riqueza das nações, a manufatura era a única alternativa que tinham países como Inglaterra e França para conseguir esses metais. Por isso reis e rainhas faziam de tudo para aumentar a capacidade produtiva de seus artesãos e seus pequenos empreendimentos fabris.

[...] Os países começaram, portanto, a se ocupar do importante problema de qual a melhor forma de ajudar as velhas indústrias a prosperarem e estimular a organização de novas. Na Baviera de Maximiliano I, em 1616, foi nomeada uma comissão especial para examinar a questão: ‘Resolve-se que pessoas especiais sejam nomeadas, que em dias fixos da semana se reunirão para diligentemente discutir e deliberar... ..os meios pelos quais mais comércio e ofício serão exercidos no país, e como poderão continuar existindo com utilidade (HUBERMAN, 1983, p. 133).

No início do século XX, o economista austríaco Joseph Schumpeter (1882-1950) foi uma das referências neoclássicas para a compreensão e proposição de alternativas às crises cíclicas que interrompem o desenvolvimento capitalista. Sua obra “Teoria do Desenvolvimento Econômico” (SCHUMPETER, 1982) está fundamentada na ideia de inovação ou, como o próprio autor propõe “destruição criativa”. Para ele, a letargia do crescimento econômico em determinados períodos, pode ser resolvida pela capacidade inovadora de um empresário criativo e inventivo, capaz de desestruturar o *status quo* econômico vigente e recriar outras possibilidades produtivas (tecnológicas), mercadológicas, metodológicas, gerenciais e, até mesmo, de novos produtos capazes de alavancar novos processos de crescimento econômico.

Essa relação entre inovação, produção e mercado consumidor recrudesciu, chegando aos dias atuais de maneira imperativa à sobrevivência do modo de produção

capitalista. Para Berman (1986) essa atualidade que se auto consome, essa destruição e recriação, essa novidade permanente é a condição *sine qua non* dos processos modernos da atual economia capitalista. Para Paul Singer, as disputas pelos mercados por parte das empresas capitalistas e as inovações tecnológicas “imanescentes” ao sistema, são componentes de um mesmo contexto de expansão e acúmulo de riqueza.

A mola que impulsiona o desenvolvimento capitalista é a concorrência entre os capitais privados pelo domínio dos mercados em que atuam. Nessa luta, a superioridade técnica é um dos elementos determinantes da competitividade. Por isso, as empresas capitalistas investem muito em P&D [pesquisa e desenvolvimento]. Embora, ao fazerem isso, as empresas visem apenas ao lucro, elas acabam possibilitando persistente avanço do conhecimento científico. Por consequência, o desenvolvimento, entendido como processo de fomento de novas forças produtivas [inovação], é cada vez mais intenso. Estamos, agora, no meio de nova revolução industrial, a terceira desde o século XVIII, e ela continua a ser impulsionada pelas empresas capitalistas, sobretudo as de grande porte [...] (SINGER, 2004, p. 10).

De fato, o conceito de inovação aparece atrelado a ideias relativas à tecnologia, produção, crescimento econômico, geração de riqueza e tantas outras próprias da condição existencial da sociedade capitalista. Neste sentido, pode-se associar o conceito de inovação ao discurso hegemônico dicotômico entre progresso e declínio, moderno e tradicional, avançado e atrasado. Essa bipolaridade impostas ideologicamente de cima para baixo tornou-se rapidamente senso comum pelos atuais meios de comunicação, os quais promovem a naturalização coletiva dessas ideias.

Nogaro e Battestin (2016, p. 360) corroboram com esta perspectiva acerca do conceito de inovação, afirmando que este conceito se vincula ao mundo empresarial, das forças produtivas, do mercado, pois “[...] inovar tem a ver com sobrevivência, com manter-se em sintonia com o desejo do cliente ou do consumidor”.

Todavia, os autores levantam um questionamento: como esse conceito tem sido pensado no âmbito da educação escolar? Qual o sentido de inovação para a escola e seus processos de gestão e prática docente? Com base nestes questionamentos os autores passam a expor vários conceitos de inovação, a saber.

No entendimento de Cardoso (2007, p. 2) a inovação não se trata de uma mudança qualquer, ela tem um caráter intencional, afastando do seu campo “[...] as mudanças produzidas pela evolução ‘natural’ do sistema. A inovação é, pois, uma mudança deliberada e conscientemente assumida, visando uma melhoria da ação educativa”.

Também não é sinônimo de reforma, pois a reforma sempre resulta de um exercício de poder instituído de que dispõe o planejador e o legislador, gestada no exterior do ambiente onde deve ser aplicada:

[...] intervenções, decisões e processos, com certo grau de intencionalidade e sistematização, que tratam de modificar atitudes, ideias, culturas, conteúdos, modelos e práticas pedagógicas. E, por sua vez, introduzir, em linha renovadora, novos projetos e programas, materiais curriculares, estratégias de ensino e aprendizagem, modelos didáticos e outra forma de organizar e gerir o currículo, a escola e a dinâmica da classe (CARBONELL, 2002, p. 19 apud NOGARO; BATTESTIN, 2016, p. 360-361).

Para Messina (2001, p. 226) “[...] de acordo com a literatura sobre o tema, podem-se identificar dois componentes que distinguem a inovação: a) a alteração, o de sentido a respeito da prática corrente e b) o caráter intencional, sistemático e planejado, em oposição às mudanças espontâneas”.

Também se enfatiza que atualmente a inovação é “algo aberto, capaz de adotar múltiplas formas e significados, associados com o contexto no qual se insere.” (NOGARO; BATTESTIN, 2016, p. 361).

Nóvoa (1988, p. 8 apud COSTA, 2008, p. 72, grifo nosso) apresenta uma visão processual, em movimento da inovação educacional, e defende que:

[...] A inovação não se decreta. A inovação não se impõe. A inovação não é um produto. É um processo. Uma atitude. É uma maneira de ser e estar na educação que necessita de tempo, uma ação persistente e motivadora, requer esforço de reflexão e avaliação permanente, por parte dos diversos intervenientes do processo inovador.

Nogaro e Battestin (2016), buscando sentidos possíveis para a inovação em educação, assumem posição crítica sobre os diferentes conceitos de inovação e como as concepções adentraram no contexto educacional. O termo inovação difundiu-se em múltiplos sentidos, ora como adjetivo, ora como estratégia comercial, mas sem uma precisão conceitual.

Há de se questionar um discurso que profere ações ou ideias, e podem ser entendidas como verdades inovadoras, mas, que de fato, são estratégias e que, por vezes, necessitam de argumento teórico, descartando, assim, a intuição como orientação para inovar. “...precisamos lançar o olho crítico, perguntarmo-nos o que há por trás das aparências, qual sua essência?” (NOGARO; BATTESTIN, 2016, p. 359 (grifo nosso).

Após essa exposição conceitual acerca da inovação e sua relação com o contexto escolar, Nogaro e Battestin (2016) propõe que uma escola inovadora: forma para além do espaço da fábrica; trabalha com outra forma de organização; possui energia criativa para enfrentar a complexidade; tem capacidade de inovar; é plena quando todos os professores forem atores; está propensa à mudança de método; o conhecimento da neurociência para ensinar e fazer aprender melhor; prepara a mente aberta e ética para viver na sociedade pluralista; educa para a autonomia e a responsabilidade; ancora sua ação e atua com base no planejamento; reconhece e valoriza as emoções.

Para além da ideia de inovação como desenvolvimento tecnológico no campo educacional, para uma sociedade justa e democrática. A inovação não deve:

[...] satisfazer uma minoria, deve ser democrática, com uma perspectiva essencialmente social e não comercial. À inovação cabe implementar a noção de prática social, incluindo representações, grupos, conhecimentos, sempre através de práticas realizadas no coletivo. A inovação com o coletivo apresenta maior capacidade de integrar, de organizar regras, assumir transparência, cooperação e reconhecimento de necessidades por meio de uma construção política, para um bem comum. Sem este propósito, a sociedade poderia se desagregar, descontextualizar com o compromisso das práticas sociais. Ou seja, precisamos de uma inovação que inclua ao invés de excluir [...] (NOGARO; BATTESTIN, 2016, p. 370).

Portanto, a inovação na educação não pode deixar de considerar que existem sujeitos com expectativas, que recorrem à educação ou ao ensino - de qualidade e, portanto, inovador (a), como direito, para ampliar as possibilidades de enfrentamento das conjunturas que se constroem no mundo. A ideia de inovação no campo educacional pode ser pensada a partir de uma perspectiva crítica e não apenas conservadora e pragmática. Inovar tem estreita vinculação com pensar no devir, no vir-a-ser, no que ainda não é, mas possui potencialidade para tornar-se. Esta capacidade de vir-a-ser algo que ainda não é ou de fazer algo que difere do que é feito agora, está na essência do aprender e do ser humano, como construtor de si mesmo (NOGARO; BATTESTIN, 2016).

Ainda, segundo Saviani (1980), para se pensar criticamente a inovação, faz-se necessário ultrapassar seu sentido puramente reprodutivista e superficial. Para este autor pensar a inovação numa perspectiva crítica é analisar a escola a partir de seus determinantes sociais e econômicos. O autor apresenta quatro maneiras de perceber a educacional escolar associada ao tema da inovação, as quais se filiam a concepções

filosóficas determinadas. São elas: a humanista tradicional, humanista moderna, a concepção analítica e a dialética.

A primeira e a segunda corrente (humanista tradicional e moderna) seguem um mesmo princípio de percepção do ser humano, fortemente marcado por uma visão essencialista de homem. Todavia, enquanto a primeira percebe o indivíduo de maneira imutável e sem possibilidade para se pensar a inovação, a segunda (que engendra correntes múltiplas como o existencialismo e a fenomenologia) adere ao debate pelo viés do aluno e, neste sentido, a inovação é vista como uma crítica ao tradicionalismo educacional. “[...] Ao invés de se centrar no educador, no intelecto, no conhecimento, centra-se no educando, na vida, na atividade (ação)” (SAVIANI, 1980, p. 19).

A terceira percepção negligencia os aspectos filosóficos do debate sobre a essência humana e centra seus esforços na análise do contexto linguístico das palavras, deixando de lado o âmbito social, político e econômico, ou seja,

julga não ser necessário ultrapassar o âmbito da linguagem corrente para se compreender o significado das palavras. De acordo com essa concepção, para se determinar o significado de “inovação” será necessário analisar o contexto (linguístico) em que ela é utilizada. Não há, pois, critérios predeterminados (SAVIANI, 1980, p. 20).

Por fim, tem-se a concepção dialética da Filosofia da Educação que, conforme o autor, também se recusa a colocar em debate uma certa visão de homem abstrato. Ao invés disso, propõe-se a analisa-lo enquanto homem concreto, isto é, síntese de múltiplas determinações. “A concepção dialética aponta, pois, para um sentido radical de inovação, isto é, inovar significa mudar as raízes, as bases. Trata-se, pois, de uma concepção revolucionária de inovação” (Ibidem, p. 21).

Deve-se notar que as experiências inovadoras tenderão a se enquadrar, via de regra, nos segundo e terceiro níveis. O primeiro nível, enquanto limite inferior, não constitui, ainda, a inovação propriamente dita. E o quarto nível, enquanto limite superior, supõe um salto qualitativo que ultrapassa o significado contido na palavra inovação. Com efeito, as experiências aí enquadradas, mais do que inovar o ensino, tentam colocar a educação a serviço da revolução social (Ibidem, p. 26-27).

Para que a inovação não se restrinja ao nível conjuntural dos processos escolares, de maneira alienada da prática social e, por conseguinte, incapaz de contribuir com a superação dos problemas essenciais da coletividade e da própria instituição de ensino, “[...] para a concepção dialética, inovar, em sentido próprio, será colocar a

educação a serviço de novas finalidades, vale dizer, a serviço da mudança estrutural da sociedade” (Ibidem, 1980, p. 26).

Veiga (2003) faz uma discussão relacional entre inovação e o projeto político-pedagógico das escolas. A autora inicia seu texto fazendo uma distinção entre a perspectiva regulatória ou técnica e a ação emancipatória ou edificante. Na primeira, a inovação está presa às amarras normativas e institucionais com um forte viés conservador. Na segunda, a inovação é vista como um componente da prática libertária.

Parto do princípio de que a inovação emancipatória ou edificante não pode ser confundida com evolução, reforma, invenção ou mudança. Lucarelli considera-a uma “(...) ruptura do *status quo* com o institucional” (Lucarelli, 1994, p. 10), significando a construção dos projetos pedagógicos para atingir objetivos, no âmbito de uma determinada instituição educativa (VEIGA, 2003, p. 274).

Pode-se pensar na escola como um campo fértil para a elaboração e realização de projetos inovadores, que ajudam na realização de transformações substantivas daquilo que está estabelecido como normal e paralisam o desenvolvimento sócio educacional daqueles enredados neste campo (NUNES; MONTEIRO, 2007). Por isso, uma gestão escolar inovadora deve levar em consideração esses pressupostos teóricos de emancipação e edificação do novo.

Contudo, não um novo pensado de forma alienada dos processos e dos sujeitos educacionais, ou seja, de cima para baixo, a partir de um poder central iluminado que, supostamente, tudo vê e tudo sabe. Paro (2010) vem afirmar que esse é um padrão de gestão que tende ao fracasso e não tem nada de inovador.

Uma gestão inovadora não comporta atos de tomadas de decisão individual, nem tampouco se liga unilateralmente a valores ditados pelo mercado, pelo lucro empresarial, pela empregabilidade e pelos interesses do capital. Muito ao contrário dessa perspectiva unilateral, uma gestão inovadora observa os processos educacionais numa perspectiva *omnilateral* (FRIGOTTO, 2012), ou seja, propõe-se a contribuir com a construção multidimensional de sujeitos ativos e autônomos em relação ao mundo do trabalho e à prática social, “[...] voltado para a construção integral, ética, estética, político e social dos sujeitos [...], superando a verticalização das relações e o autoritarismo” (FAVARIN, 2015, p. 74).

Se a gestão escolar implica em atuar sobre as questões que envolvem ações de pessoas para a promoção do desenvolvimento social e humana a partir de objetivos organizacionais pré-estabelecidos (CROTI; BULLA; RUIZ, 2014), pode-se pressupor

que, no âmbito da gestão educacional escolar, a categoria analítica de inovação apresenta algumas características gerais, a saber:

- I) a inovação pode ser entendida como uma prática subversiva em relação à ordem estabelecida ou àquilo que se tem como rotina burocrática no âmbito da gestão escolar e/ou das práticas docentes;
- II) a inovação não é produto de um ato praxista ou de um modismo educacional, mas sim resultante de uma prática intencional, coordenada e coerente, na qual são envolvidos múltiplos sujeitos enredados no processo cotidiano da escola;
- III) a inovação não surge subitamente de mentes brilhantes, tampouco se institui legalmente. Ela resulta de um processo e, por isso, necessita de tempo, planejamento, organização e reflexão continuadas;
- IV) Inovação não é um dado imanente ao sistema. Ela é um processo de disputa e conquista em um campo de forças que tende sempre à normalidade, à manutenção do *status quo* vigente;
- V) a gestão inovadora busca enfrentar problemas estruturais e complexos da escola e objetiva contribuir com a resolução de problemas estruturais e complexos da sociedade onde os sujeitos educacionais estão inseridos;
- VI) a gestão inovadora potencializa a consecução de objetivos e metas estabelecidos contribuindo para as mudanças estruturais necessárias à formação de sujeitos educacionais;
- VII) a inovação necessita de uma gestão aberta, suscetível ao diálogo e efetiva participação coletiva;
- VIII) Inovação também se revela como uma resistência às formas conjunturais de poder e dominação estabelecidas na/para escola;

A partir destas premissas, deve-se observar que a ideia de estrutura aqui colocada configura como um aspecto da realidade sem o qual não há existência do todo. Por exemplo, Marx (2008) fala da estrutura econômica de uma sociedade, base concreta sobre a qual se elevam formas específicas de relações de poder e ideologia, que expressam formas históricas de consciência social.

A estrutura condiciona existencialmente uma série de elementos constitutivos de um todo orgânico determinado. Precisamente, dela derivam vários outros aspectos também importantes e necessários à permanência do todo. É a estrutura que mantém em

pé dada organização social, conforme Marx (2008) é o que lhe permite efetivar os seus objetivos.

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência (MARX, 2008, p. 47).

Tomando-se esta ideia marxiana de estrutura como conjunto de elementos essenciais à existência das coisas, pode-se dizer que há no contexto institucional escolar elementos essenciais à sua existência e permanência no tempo. Não há sentido existencial em um estabelecimento de ensino se nele não estiverem presentes os alunos/as, os professores, seus estatutos reguladores das condutas internas, seus gestores com os instrumentos gestão e seu pessoal de apoio. O conjunto desses elementos é, sem dúvida, a base real sobre a qual se coloca em movimento o currículo, a didática, as metodologias de ensino, a avaliação, ou seja, tudo aquilo que envolve a prática pedagógica ou mais precisamente as relações de ensino – aprendizado.

Vale também fazer uma breve abordagem acerca da ideia de resistência no campo educacional, em que pese não seja um conceito estruturante das ideias aqui colocadas. Em certos contextos sociais, políticos, econômicos e culturais faz-se necessários entender que inovar no campo educacional escolar é, acima de tudo, um ato de resistência, um comportamentopositor a certas conjunturas que emperram o processo de desenvolvimento dos sujeitos educacionais, quer estejam estes dentro da escola, quer estejam fora dela ou mais precisamente no campo social-comunitário.

A palavra resistência pode ser conceituada de diferentes formas e perspectivas, de acordo com os interesses de um grupo ou classe social que objetiva resistir. Segundo o dicionário *online* de Português (2019) a ação de resistir, de não sucumbir a vontades de outrem, é o mesmo que oposição ou reação. Ainda segundo o este dicionário a etimologia de resistência vem do latim *Resistentia*, de *Resistere*, “mater-se firme”, aguentar, suportar. O prefixo “Re” está associado ao “para trás, contra” e *Sistere* significa manter a posição. Na Física resistência está ligada a causa que se opõe a ação de uma determinada força e movimento de um corpo. No âmbito da Engenharia Elétrica diz respeito a propriedade dos condutores em se contrapor a passagem de corrente de eletricidade, “é a força que se opõe ao movimento; inércia” (DICIONÁRIO, 2019).

O conceito de resistência também é utilizado no campo das humanidades. Lorenz (2015) o associa à noção de enfrentamento entre fracos e fortes, entre o justo e o injusto, com o objetivo de promover a justiça. Nesta perspectiva, a ideia de oposição à determinada ordem vigente e considerada opressora é fundamental. Fernandes (2001), ao buscar conceituar resistência a partir de Theodor Adorno, pensador da Escola de Frankfurt, ressalta que é preciso contrapor o conceito de resistência ao sentido de coisificação, no qual em um contexto de fragmentação e subordinação o indivíduo perde o sentido de sua existência, até mesmo de forma inconsciente. Assim, resistência é associada à busca da própria existência humana sucumbida contemporaneamente pela indústria cultural, o que não significa a fuga da realidade, mas a força motriz que impulsiona sua transformação.

Para Giroux (1986) e sua Pedagogia Radical, que busca a superação dialética das teorias reprodutivistas, o ato de resistir é visto como o resultado de processos formativos e políticos, que tem como objetivo essencial a emancipação social. Este autor critica o determinismo reprodutivista de autores como Althusser, Bourdieu, Passeron, Establet e Baudelot, enfocando que as escolas não possuem simplesmente a função de reproduzir no campo educacional as desigualdades sociais do sistema de produção capitalista. A escola não deve ser vista de maneira reducionista a serviço do capitalismo. Segundo Giroux no cotidiano escolar pode haver muita luta resistência.

Vares (2011, p. 138) observa que a criticidade presente nas teorias da reprodução está presente na teoria de resistência. Para este autor o que houve foi que estas foram mais além, buscando uma transformação, uma ação política: “Assim, a escola constitui um espaço que se caracteriza tanto pela reprodução quanto pela capacidade de resistência. Podemos mesmo afirmar que ambas (reprodução e resistência) são intrínsecas ao jogo da educação”. Portanto, é a ação política a principal diferença entre ambas as teorias, isto é, é a ação que constitui o conceito de resistência, ainda que esta se estabeleça em um texto reprodutivista das relações sociais capitalistas.

Para Ramos e Frigotto (2017, p. 30) quando se pretende abordar o tema é preciso observar que “A resistência é tanto necessária, quanto a ser guiada por aprendizados com a história e pela precisão analítica sobre a estrutura do capital, de sua forma dependente do Brasil, e da conjuntura em que vivemos hoje”. As ditaduras e golpes na história do nosso País buscaram guardar o domínio do capital, e para isso, umas das medidas necessárias é a intervenção nos processos educativos.

Para Saviani (2018), as estratégias de resistências são imprescindíveis nesse contexto. Isso implica dois requisitos:

Que seja coletiva, pois as resistências individuais não têm força para se contrapor ao poder dominante exercido pelo governo ilegítimo e antipopular. Que seja propositiva, isto é, capaz de apresentar alternativas às medidas do governo e de seus asseclas (SAVIANI, 2018, p. 785).

Aponta o autor que esses requisitos correspondem a dupla função da educação: a de resistir e transformar. Resistir é um dos objetivos centrais dos processos e sujeitos envolvidos no processo educativo.

Para Lorenz (2015) é preciso pensar em um “para onde” sobre o sentido da resistência, é preciso permanecer firmes e vislumbrar ações políticas efetivas:

[...] Seja na forma de um mandato, de uma recordação ou de um projeto materializado. Pensar as resistências historicamente, então, é ao mesmo tempo, estudar projetos e identidades na história e imaginar os nossos na atualidade (LORENZ, 2015, p. 15).

No âmbito da educação podemos identificar formas de resistências diversas, as quais se manifestam no contra discurso oficial do governo, nas manifestações organizadas em defesa da educação pública e da garantia de direitos, as ocupações de escolas, as manifestações de ruas em defesa da educação pública, dentre outras.

Mas a resistência também pode aparecer de maneira latente, pouco aparente e às vezes imperceptível. Nos escritos de Freire podem-se encontrar aspectos da resistência nesta direção, isto é, a partir de uma análise sobre diversidade, cultura e política. Por exemplo, para Ana Maria Freire (1992) a “manha” é uma característica individual de defesa e de resistência de um sujeito que não pode enfrentar uma outra pessoa. Dessa forma, ele esconde e/ou titubeia para tentar escapar de uma dada situação, até mesmo consistindo como um jogo de palavras: “[...] manha é tudo isso e mais a necessária forma de defesa que se encontra na resistência cultural e política dos oprimidos” (FREIRE, A. M. 1992, p. 105).

Para Paulo Freire (2001), a existência das diferenças interculturais gera diferentes ideologias, de um lado as discriminatórias, geradas pela cultura hegemônica e de outro as de resistência, originárias da cultura discriminada. As ideologias de resistência se apresentam ora de forma pacífica, rebelde ou voltada para a recriação do mundo. Essas ideologias só podem ser compreendidas imersas nas relações de poder e fraqueza, isto é, são concebidas nas relações antagônicas entre aquele que domina e aquele que é dominado (FREIRE, 2001).

As discussões convergem para compreender resistência como uma ação, uma força que busca se contrapor a um determinado contexto considerado injusto e que, para isso, são necessárias formas organizadas e coerentes de agir de uma coletividade motivada por um objetivo ou causa comum. De certa maneira, dadas as precariedades das escolas públicas da educação básica brasileira, em particular a ribeirinha amazônica, o empenho de professores e gestores para fazer com que os filhos e filhas dos trabalhadores acessem a cultura letrada com qualidade pode ser considerado como uma ação de resistência.

Por isso inovar nesta perspectiva é resistir e neste sentido seu significado deve ser entendido com base no devir histórico. Quando se busca alternativas para fazer algo novo tido como inovação para resolver, por exemplo, a falta da merenda ou mesmo a ausência do transporte escolar, dois aspectos essenciais para a permanência dos/as alunos/as na escola pública, isso pode ser caracterizado como resistência. A própria gestão democrática e participativa em tempo de autoritarismo também é uma prática inovadora e, portanto, uma forma de resistência ao estabelecimento no campo das relações de poder.

3. CARACTERIZAÇÃO DO LÓCUS DE PESQUISA

3.1 A ILHA MOSQUEIRO

O município de Belém apresenta áreas contínuas e insulares e seu território político-administrativo limita-se “[...] ao norte com a Baía do Marajó; ao leste com os municípios de Santo Antônio do Tauá, Ananindeua, Santa Bárbara e Marituba; ao Sul com o município de Acará e a oeste com a Baía do Guajará e Baía do Marajó” (BELÉM, 2007, p. 7 apud SILVA; SANTOS; SOUZA, 2016, p. 11). Conforme dados do último censo demográfico (IBGE, 2010) 34% da área de Belém são terras continentais (contínuas) e 66% são de ilhas o que dá à paisagem territorial deste município características peculiares e faz dele um espaço heterogêneo e multifacetado.

Em seu conjunto (continente e ilhas), o município de Belém está constituído por 71 bairros e 08 Distritos Administrativos que funcionam como unidades de planejamento territorial (IBGE, 2010). Como parte dessa configuração distrital destaca-se a ilha Mosqueiro (ou do Mosqueiro ou de Mosqueiro), a qual se configura como polo administrativo que agrega os outros espaços insulares belenenses, como se observa na Lei nº 7682 de 05 de janeiro de 1994 a seguir:

Art. 7º - Os Distritos Administrativos são definidos por territórios, descritos em conformidade com o Artigo 29 da Lei Orgânica do Município de Belém, e ilustrados nos anexos, parte integrante desta Lei como segue:

I - 1º Distrito Administrativo - Mosqueiro - DAMOS: é composto das ilhas de Mosqueiro, São Pedro, do Maracujá, das Pombas, do Papagaio, Cunuari, da Conceição, do Maruim I, do Maruim II e mais 4 (quatro) sem denominação (BELÉM, 1994).

A ilha do Mosqueiro encontra-se localizada no estuário do rio Amazonas, em frente à Baía do Marajó. Sua área é de 11.000 hectares (SECON, 1992 apud CARDOSO, 1994) e suas praias são banhadas pelo rio Pará e Baía do Marajó, formadores das Baías de Santo Antônio e do Sol. Esta última determina o fluxo das águas para o Furo das Marinhas, conforme destacamos na Figura 01, o mapa da ilha abaixo:

FIGURA 1- MAPA: LIMITES TERRITORIAIS DO MUNICÍPIO DE BELÉM, O DISTRITO DE MOSQUEIRO E O LOCAL DA ESCOLA MADALENA TRAVASSOS



Fonte: Construído pelo autor a partir de Silva, Santos e Souza (2016, p 12).

Mosqueiro foi habitada por grupos indígenas (Tupinambás) que viviam da coleta de frutos, da caça e da pesca. Com a chegada dos colonizadores portugueses na Região Amazônica a partir dos anos de 1500, a presença desses primeiros habitantes, que se faziam presentes de maneira indelével por toda a ilha, foi se tornando paulatinamente rarefeita até o seu total desaparecimento do lugar no século XIX (MOSQUEIRO, 2018).

Em que pese a extinção de espécies, a fauna estuarina permanece um recurso importante para a economia local, o que inclui o consumo dos próprios pescadores e pescadoras (SIMONIAN, 2001). Em termos de recursos naturais, essa ilha teve a floresta tropical disseminada em sua área, com áreas de floresta de terra firme, de várzea, de mangues, as quais têm passado por processos de desflorestamento, desde o início do século XIX, principalmente devido ao adensamento populacional.

Segundo informações de Meira (1978), o nome Mosqueiro surgiu da prática indígena-cabocla do “moqueio de peixes”, que consistia na defumação do pescado para mantê-lo conservado por bastante tempo. No contexto das relações com as sociedades

não indígenas e o consequente processo de urbanização, destaca-se o período do “boom da borracha”, momento em que Mosqueiro, segundo Cardoso (1994), passará a ser vista pela elite de Belém como área de lazer (Figura 2). Entretanto, ali também foram instaladas indústrias, a exemplo da Fábrica Bittar² (Figura 3), a primeira fábrica de pneus do país e da qual restam o prédio em condições precárias, para não dizer, em ruínas.

FIGURA 2 – 3 – MOSTRA DA ILHA DE MOSQUEIRO (CÂMARA, 2016) E AS RUÍNAS DA FÁBRICA BITTAR (MOSQUEIRO, 2018).



Fonte: Silva, Silva e Oliveira (2018).

O período concernente ao final do século XIX e início do século XX foi marcante para a ocupação da ilha, momento fortemente influenciado pelo chamado ciclo da borracha e a expansão da economia gomífera na Amazônia. Mosqueiro passará por mudanças indeléveis neste contexto. São mudanças em sua infraestrutura, paisagem, serviços mobilidade etc., tudo em função dos novos arranjos econômicos e sociais infligidos pelas grandes companhias estrangeiras que chegaram a Belém a partir de 1839, período que também ficou conhecido como a *Belle Époque*³.

² Segundo a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (2018) em 23 de julho de 1924, a firma Bittar Irmãos adquiriu uma extensa área de terra em Mosqueiro, situada na praia do Areião, denominada de Pedreira. Neste local foi construída a primeira fábrica de pneumáticos do país – Fábrica Bittar. A Fábrica ficou em atividade por doze anos, período em que exportou óleos vegetais e borracha para os Estados Unidos, Europa e sul do país. Mudou-se em 1936 para o bairro Cidade Velha, em Belém, para compor com a Usina Progresso. Até hoje ainda se pode visualizar as ruínas das instalações da fábrica no distrito do Mosqueiro.

³ A expressão francesa Belle Époque significa “bela época”, e representa um período de cultura cosmopolita na história da Europa. A época em que esta fase era comum foi marcada por transformações culturais intensas que demonstravam novas formas de pensar e viver. A cultura da modernidade predominante na Belle Époque é

De fato, o crescimento do comércio e das exportações, assim como o incremento populacional da cidade de Belém, demandava a implantação de infraestrutura local para satisfazer as necessidades produtivas das elites da borracha. Neste período foram construídos o Cais do Porto, a Companhia das Águas do Grão-Pará, os serviços de esgoto, usina de gás, a Pará Telefones, a Amazon River, a Port of Pará, a Pará Electric Railways Company, o Matadouro Público, a usina de lixo e outras (MEIRA FILHO, 1978). Este cenário foi um atrativo para a presença maciça de estrangeiros em Belém, tais como franceses, alemães e ingleses, profissionais europeus contratados para empreender as grandes obras patrocinadas pela riqueza dos barões da borracha.

A presença dos referidos técnicos em Belém está relacionada à implementação na cidade de um considerável número de obras demandantes de mão-de-obra estrangeira, como frutos da acumulação de capital proporcionada pelo ‘Ciclo da Borracha na Amazônia’ e por sua concentração na capital paraense – a chamada *belle-époque* (RIBEIRO, 2007, p. 11).

É esse *staff* (e as elites econômicas e políticas da borracha) que irá desencadear um movimento de ocupação da ilha Mosqueiro, seguindo o hábito das classes médias urbanas europeias de procurar por lugares aprazíveis para o descanso aos finais de semana.

O efetivo uso turístico de Mosqueiro irá se caracterizar entre o final do século XIX e início do século XX com a chegada a Belém de técnicos alemães, franceses, ingleses e americanos trazendo o hábito de procurar nos momentos de lazer, lugares belos e agradáveis próximos à cidade com vistas ao repouso semanal (RIBEIRO, 2007, p. 9).

A presença dessas pessoas em Mosqueiro trouxe um certo desenvolvimento econômico para o local. É neste período que a ilha sai da condição administrativa de *freguesia* passando para a condição de *vila*. Note-se que o termo *freguesia* era usado durante o período imperial, o qual se relacionava a um pequeno povoado, parecido com o que se chama hoje na Amazônia de localidade, ou seja, um lugar sem infraestrutura, com poucas casas, uma capela, um barracão para as festas e um incipiente comércio. Por outro lado, a *vila* pode ser caracterizada como uma área mais desenvolvida do ponto de vista do acesso, da quantidade de moradores, dos serviços públicos e do comércio. Somente no início do século passado é que a Vila do Mosqueiro passa a ser considerada, administrativamente, distrito de Belém.

eminente urbana, e a cidade é consolidadora, ou seja, ela própria torna-se tema e sujeito das manifestações culturais e artísticas. A cidade é o lugar da construção da modernidade, é a metrópole (ORTIZ, 1991).

Mosqueiro, que já havia estado na condição político-administrativa de Freguesia e de Vila, passa, com a entrada em vigor da Lei nº 753 de 26 de fevereiro de 1901, baixada pelo Governador Augusto Montenegro, a ser um distrito de Belém. Segundo Cardoso (2000, p. 78) essas alterações legais estão relacionadas “[...] a inauguração do processo de visitas constantes dos estrangeiros e da elite belenense à Ilha [...] imprimindo um caráter de valorização de suas terras [...]” e gerando, com isso, “[...] a preocupação do Estado em disciplinar e controlar o domínio das terras que assumiam nova valoração no contexto da *belle époque*, ou seja, a partir da função social emergente desse território [...]” (RIBEIRO, 2007, p. 12)

O aumento de pessoas para a ilha do Mosqueiro recrudescceu no século XX. Este fluxo marca uma nova fase na sua ocupação, em que se destaca a utilização da ilha como balneário, e assim aumentando os interesses comerciais e imobiliários por parte de das classes médias urbanas de Belém à procura por sítios, terrenos e lotes de terra para a construção das chamadas casas de veraneio. Neste período predominou também a construção de exuberantes chalés e palacetes no estilo de algumas construções existentes na Belém da *Belle Époque* que copiavam as edificações francesas, alemãs, suíças e belgas, localizadas, em sua grande maioria, próximas às praias do Chapéu Virado, Farol e Murubira, como o exposto na Figura 3 e 4.

FIGURA 3 - CHALÉS NA ILHA DE MOSQUEIRO-PA



Fonte: OLIVEIRA, 2010. Disponível em: <chalesdemosqueiro.blogspot.com>

FIGURA 4: CHALÉ NA PRAIA DO MURUBIRA EM MOSQUEIRO.



Fonte: R. LEITE, 2017.

Todo em madeira de lei, este chalé é uma das poucas edificações que permanece em perfeito estado de uso até os nossos dias. Segundo Ribeiro (2007), a presença dos estrangeiros em Mosqueiro, traz consigo toda uma nova infraestrutura, um impulso ao desenvolvimento econômico do local, um novo ordenamento do território, o que foi acompanhado da implementação de grandes obras, seguindo a lógica de modernização estabelecida na sede municipal de Belém. Desse modo, foram construídas na Ilha de Mosqueiro “[...] uma agência postal e do “telegrapho subfluvial da Amazon Telegrapho”; um grupo escolar, um ferro carril até a praia do Chapéu Virado, ao norte da Vila, que era iluminada à luz Electra; entre outras obras relevantes” (RIBEIRO, 2007, p. 11).

Todavia, isso não é um padrão na ilha. Muito ao contrário, o que se observa hoje são casas históricas em ruínas Figura 5, abandonadas pelos seus proprietários e pelo poder público que não tem nenhuma política séria voltada ao resgate e manutenção da

memória do Mosqueiro, essencial para o turismo local, o qual se restringe basicamente ao turismo de praia.

FIGURA 5: CHALÉS E CASARÕES ABANDONADOS EM MOSQUEIRO-PA



Fonte: OLIVEIRA, 2010. Disponível em: <chalesdemosqueiro.blogspot.com>

Segundo Oliveira (2008), a maioria das edificações data da primeira metade do século XX, com modelos copiados da França, Alemanha, Suíça e Bélgica. Grande parte dos chalés está concentrada na orla das praias do Chapéu Virado, Farol e Murubira. Muitos dos antigos casarões, quando não abandonados, encontram-se em ruínas. Algumas dessas estruturas preservam azulejos portugueses, escondidas entre o mato e o lixo que toma conta do interior desses prédios.

[...]. Alguns estão sendo destruídos e seus objetos de grande valor cultural, estão sendo roubados e danificados. Para recuperá-los, os proprietários devem possuir autorização do Departamento de Patrimônio Histórico e por isso estão sendo vendidos para especulação imobiliária que, em muitos casos, promovem a destruição ou alteram suas características patrimoniais arquitetônicas, sem a devida apresentação de projeto. Acompanhar essa destruição é algo criminoso, pois cada casarão possui uma história e por isso, além de tombados,

deveriam ser revitalizados, criando-se, pelos menos um espaço público para reunir o que ainda resta da história da Ilha (OLIVEIRA, 2018, p. 1).

Mais recentemente, dois momentos são fundamentais no processo urbano-migratório na ilha do Mosqueiro. Como posto por Cardoso (1994), o recrudescimento da urbanização do distrito de Mosqueiro se deu, principalmente, com a abertura da rodovia Augusto Meira, na segunda metade da década de 1960, bem como com a construção da ponte Sebastião Oliveira sobre o Furo das Marinhas, em 1976, que ligou ao lado continental de Belém à parte insular ora estudada.

Na trilha do turismo e do veraneio (CARDOSO, 1994), o setor terciário constitui-se como a base da economia local. O mesmo consolidou-se em função da forma específica de ocupação recente da ilha, calcada na ideia de área de lazer em finais de semana ou nas férias escolares, feriados e períodos carnavalescos.

A entrada no Distrito da Ilha de Mosqueiro é restaurada e traz o saudosismo dos chalés do século XIX/XX (Figura 6). Mosqueiro apresenta hoje atividades de serviços diversos. Dentre esses, têm-se hotéis e pousadas, bares, lanchonetes, churrascarias, restaurantes, drogarias, lojas de material de construção, floriculturas e lojas de plantas ornamentais, agências bancárias, barracas de comidas regionais, postos de gasolina, etc.

FIGURA 6: PORTAL DE ENTRADA PARA ILHA MOSQUEIRO-PA



Fonte: C. MARTINS, O Liberal, 2017.

O setor informal também é bastante expressivo, principalmente nos momentos de veraneio. Comumente, observa-se pelas ruas e praias da ilha, camelôs, vendedores ambulantes de camarões, doces e salgados, sanduíches, sorvetes, picolés, bebidas em geral, carros de lanche, etc. Em função da construção civil local, implantou-se micro indústrias voltadas para a produção de grades, moirões e muros pré-moldados, bem como marcenarias, serrarias e olarias⁴. Ressalta-se que os eventos durante o verão se constituem em uma base econômica importante do setor terciário, o que do ponto de vista econômico traz alguns ganhos para a população local.

O extrativismo, que já foi base da economia local, constitui-se em importante fonte de renda para muitos moradores do distrito, principalmente o seguimento da pesca artesanal realizada nas imediações das Baías de Santo Antônio e do Sol. Parte da produção do pescado é comercializada na ponte sobre o Igarapé Cajueiro, que se constituiu em uma feira livre e ponto de venda dos mais diferentes produtos. Por outro lado, o setor público, além de servir como empregador da mão de obra local, também fornece serviços em gerais, a saber: hospital, pronto socorro, escolas, correios, banco e outros.

Contudo, há que se fazer um breve esclarecimento. No contexto da ocupação do espaço territorial da ilha do Mosqueiro, percebe-se que houve um desenvolvimento desigual, o que foi e vem sendo reproduzido pelas ações do poder público local. A par dos vários problemas observados, a parte oriental da ilha, onde está localizado o núcleo populacional mais antigo – a Vila – e as praias adjacentes, possuem melhores condições infraestruturas, de lazer e serviços públicos em geral; entretanto, na parte nordeste do Mosqueiro, as populações locais carecem de melhores condições de vida e de trabalho e moradia (LEITE, 2017).

Ultimamente as ocupações de áreas rurais da ilha têm mudado a paisagem local. Além dos chamados empreendimento habitacionais, há uma intensa antropização sem planejamento estatal, com desmatamento acentuado e poluição dos recursos naturais da ilha. De fato, as ocupações por empresas e movimentos sociais tornaram-se numa constante, cujos impactos sobre os recursos naturais são indeléveis, transformando a paisagem e os reais rebatimentos ambientais e sociais de todo esse processo ainda estão por ser avaliados.

⁴ Apontamentos da pesquisa de campo na ilha Mosqueiro – Belém – PA, realizados pelo autor: Raimundo Leite, 2017.

3.2 A ESCOLA *LÓCUS* DA PESQUISA: CONJUNTURA LOCAL

Conforme informações de Silva, Silva e Oliveira (2018) e Belém (2015) a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental (EMEIEF) Professora Maria Madalena Travassos localiza-se na Rua Nossa Senhora de Santana, Alameda Bacuri s/n, Bairro Paraíso, distrito administrativo de Mosqueiro, Município de Belém, estado do Pará, Amazônia, Brasil. A escola é pública, gratuita e está sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação (SEMEC), Prefeitura Municipal de Belém. Ela foi criada pelo Decreto N° 68.679/2011-PMB, de 21 de dezembro de 2011, o qual dispõe de maneira extremamente sucinta sobre a sua criação.

O texto do Decreto é tão pequeno que é possível coloca-lo na íntegra sem prejuízo para o conjunto dos objetivos desta dissertação. Como se observa a baixo, não se tem neste expediente legal de criação nenhuma informação quanto aos seus objetivos ou mesmo apresenta alguma consideração quanto à necessidade de funcionamento dessa Escola, nem tampouco remete o leitor a um documento indicativo do processo administrativo que teria levado a Prefeitura Municipal de Belém a expedir o referido Decreto.

DECRETO N° 68.679/2011-PMB, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011.
Dispõe sobre a criação de Escola Municipal e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE BELÉM, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 94 da Lei Orgânica do Município de Belém.

DECRETA:

Art. 1° - Fica criada a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Professora Maria Madalena Travassos, localizada na rua Santana, Alameda Bacuri s/n°, Paraíso, no distrito de Mosqueiro;

Art. 2° - As despesas com o funcionamento e manutenção da Escola Municipal de que trata o artigo 1° deste Decreto correrão por conta de dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação; e

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO ANTÔNIO LEMOS, 21 DE DEZEMBRO DE 2011.

DUCIOMAR GOMES DA COSTA

Prefeito Municipal de Belém

Diferentemente da maioria das escolas públicas brasileiras e paraenses, que geralmente recebem nomes de autoridades do campo político, a escola faz uma

homenagem à Maria Madalena Travassos, uma antiga professora do Bairro Paraíso, conhecida por “Mestra Madá” (SEMEC, 2018). Filha de um proprietário rural, esta professora teria sido uma das primeiras moradoras do local e herdeira das terras do bairro Paraíso. Ela teria trabalhado de maneira voluntária no início do século XX nesta área alfabetizando os filhos de antigos negros escravizados, trazidos nos navios negreiros e que ancoravam na praia do Paraíso. As aulas de alfabetização ministradas por “Mestra Madá” aconteciam em uma antiga senzala, onde atualmente está situado um hotel de nome Fazenda Paraíso. Por força judicial este hotel preserva as ruínas do lugar até os dias atuais.

Ainda com base nas informações contidas em seu PPP (SEMEC, 2018), pode-se ler que nos anos 80 do século XX, em um processo de luta pela ocupação da terra, organizado por movimentos sociais locais, as lideranças decidiram tomar posse das terras do bairro. No processo de loteamento da área havia por parte do movimento uma preocupação em reservar um local com o intuito de construir um espaço que atendesse as necessidades sociais da população. Foi nesse lugar reservado que o executivo Municipal, atendendo às reivindicações dos participantes desse movimento, construiu em 2010/2011 a Escola Maria Madalena Travassos.

A administração Municipal, mesmo atendendo às solicitações e necessidades dos moradores do bairro, não planejou a estrutura da escola de acordo com o número efetivo de alunos da comunidade. Com a justificativa de cumprir as metas orçamentárias federais, a gestão Municipal construiu a escola para uma demanda maior do que a existente localmente, inviabilizando o início das aulas por falta de um número de alunos suficiente, o que só irá acontecer efetivamente aproximadamente dois anos depois da sua inauguração, a partir da ação coordenada pelos gestores e professores da instituição de ensino.

A Secretaria Municipal de Educação de Belém, nesse contexto, estava sob a égide da Professora Terezinha Gueiros, conhecida por ser uma gestora pública muito ligada às chamadas pautas ambientais. Ela foi uma das responsáveis pela criação de inúmeras escolas municipais em momentos históricos diferentes, sempre com viés ambientalista. Dentre as escolas a que tomou maior notoriedade foi a Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira, hoje denominada de Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira, ou simplesmente FUNBOSQUE (FEIO, 2017).

Criada em 1995 pela Lei Ordinária N.º 7747, de 2 de janeiro de 1995 (BELÉM, 1995), a Escola Bosque fica localizada na Av. Nossa Senhora da Conceição, s/n, Bairro do São João do Outeiro, na Ilha de Caratateua, Distrito de Outeiro, Município de Belém, Estado do Pará. Sua criação ligou-se às discussões nacionais e internacionais neoliberais do desenvolvimento sustentável das décadas de 1980 e 1990 (BELÉM, 1994). Neste contexto ambientalista, buscava-se tão somente a “correção dos ‘excessos’ do produtivismo capitalista” (LÖWY, 2014, p. 37), atacando os aspectos fenomênicos da “crise ambiental” (LAYRARGUES; LIMA, 2014). Para a resolução dos “problemas do meio ambiente”, propunha-se como alternativa a construção de uma suposta ética ecológica que, na prática, alienava-se dos processos imanentes ao modo de produção (racionalidade do lucro imediato) e consumo (consumo desnecessário) da sociedade capitalista mundial e periférico, em particular a sociedade brasileira.

Foi imbuído dessa perspectiva ambientalista do desenvolvimento sustentável que a Escola Madalena Travassos foi pensada e construída (SILVA; SILVA; OLIVEIRA, 2018). “Inicialmente o projeto da professora Terezinha Gueiros, que era a secretária de educação da SEMEC na época, era de construir uma eco-escola neste local [...]” (Ana Cristina Raiol Gomes, Ilha Mosqueiro, maio de 2017). Todavia, os processos reais direcionaram a escola para a construção de uma outra identidade escolar.

Naquele momento a Escola atuava somente com vinte oito (28) alunos distribuídos em três turmas, sendo duas turmas na educação infantil (jardim I e jardim II) e uma turma no primeiro ano do primeiro ciclo do fundamental. (GOVERNO MUNICIPAL, 2018). Em 2012, para resolver o problema vivenciado, ou seja, número baixo de alunos atendidos, a Secretaria Municipal de Educação resolveu transformá-la em Escola de Tempo Integral fundamentada no Artigo 36 da Resolução do Conselho Nacional de Educação- CNE/ Câmara de Educação Básica/ CEB N° 07/2010, sendo a única Escola de Tempo Integral no Distrito de Mosqueiro.

Apresentamos na Figura 7 a imagem da fachada da Escola Maria Madalena Travassos, que objetiva a visualização de aspectos da área externa da escola. Para além desta perspectiva que se objetiva demonstrar, pode-se observar uma paisagem tipicamente das áreas periféricas da ilha de Mosqueiro. A rua de “terra batida” ainda sem pavimentação, uma área de bosque ao fundo e algumas casas de veraneio que ficam fechadas no período letivo da região metropolitana de Belém. No contexto

desta paisagem é que se apresenta a escola como uma realidade que, em certa medida, destoa da paisagem local como se fosse um “enclave”. Uma escola construída para atender um público que não se estabeleceu em sua vizinhança.

FIGURA 7: FACHADA DA ESCOLA MARIA MADALENA TRAVASSOS



Fonte: R. Leite (2018).

Com a adesão ao Programa do Governo Federal “Caminho da Escola” que possibilita o transporte escolar dos alunos, foi possível atender outras comunidades que ficam mais distantes do Bairro Paraíso. Com essa mudança de organização administrativa e pedagógica, a escola trabalha atualmente com seis (6) turmas, sendo três na Educação Infantil e três no Ensino Fundamental e um número significativo de demandas.

Afastada dos espaços privilegiados da ilha, o acesso à escola se dá exclusivamente por via terrestre. Não é raro observar-se localmente situações que entravam a mobilidade em direção à escola. As estradas e ramais sofrem constantemente com a falta de políticas de urbanização que possam contribuir com processos de erosão muito comuns na Amazônia. Certamente a pavimentação resolveria problemas simples para o melhor tráfego como esse das Figuras 8, 9, e 10 a seguir, em que se vê o completo descaso do poder público local que negligencia essas questões que são de suma importância para o acesso com segurança dos sujeitos educacionais da Escola Madalena Travassos.

FIGURA 8: RAMAL DE ACESSO À ESCOLA MARIA MADALENA TRAVASSOS



Fonte: R. Leite, 2018

Conforme informações colhidas junto a moradores locais, o ramal de acesso à escola está colocado como pavimentado no planejamento da prefeitura. Todavia, observou-se exatamente o contrário. Aliás, essa situação só tende a piorar em virtude do chamado inverno amazônico com o aumento das chuvas e a formação dos lamaçais em característicos dos terrenos sem drenagem e pavimentação.

Até o momento da pesquisa de campo, a escola atendia a 157 crianças em regime de tempo integral, das 7h 30min. às 17h30min., sendo as turmas organizadas da seguinte forma: na Educação infantil 27 no maternal, 27 no jardim I e 25 no jardim II. No Fundamental a Escola está organizada em Ciclos de formação continuada⁵, mas atuando somente com o primeiro ciclo, assim organizado: 25 alunos no primeiro ano, 26 no segundo ano e 27 no terceiro ano.

A estrutura física da Escola é constituída por quatro blocos: 1º Bloco - composto por salas administrativas, banheiros, copa/cozinha (Figura 9) e biblioteca.

⁵ Para compreensão acerca dos ciclos de alfabetização ver Brasil (2012).

FIGURA 9: 1º BLOCO DA ESCOLA MARIA MADALENA TRAVASSOS COM COPA, BEBEDOUROS E BANHEIRO



Fonte: R. Leite, 2018.

Já o 2º- Bloco composto por seis (6) salas de aula; 3º- Bloco- composto por escovódromo, três (3) banheiros infantis (masculino, feminino e portadores de necessidades especiais - PNE), sala de banho, refeitório, cozinha, dispensa, área de serviço, e mais dois (2) banheiros, conforme se apresenta nas imagens das Figuras 10, 11 e 12 a seguir.

FIGURAS 7, 11 e 12 - 2º e 3º BLOCOS DA ESCOLA MARIA MADALENA TRAVASSOS



Fonte: R. Leite, 2018.

4º Bloco- área aberta dentro dos limites da escola está dividida em área livre e lazer, garagem e quadra poliesportiva. Em que pese haver essa área livre, a escola apresenta limitações espaciais que precisariam ser redirecionadas, haja vista as futuras pretensões de ampliação quantitativa em relação às necessidades dos moradores locais que demandam por mais vagas e ampliação de oferta de vagas para os outros níveis de escolarização na escola, não apenas para a conclusão da primeira etapa do ensino fundamental (a escola só oferece ensino infantil e fundamental até o 3º ano), como também para a sua segunda etapa e quiçá para o ensino médio.

FIGURA 13 e 14: QUADRA ESPORTIVA E ÁREA LIVRE/LAZER



Fonte: R. Leite, 2018.

O público alvo da Escola Maria Madalena Travassos é composto de apenas 16,5% de alunos do Bairro Paraíso onde a Escola se localiza e os outros 83,5% são de outros bairros e comunidades: Caruara, Elizabeth Teixeira, Marahu, Carananduba, Ramal DMER, Caruaru, Mari, Rodovia Augusto Meira e os assentamentos Mártires de Abril, Paulo Fonteles, Doroty Stang e Chico Mendes.

Em relação ao quadro funcional, atualmente a escola possui 32 funcionários, conforme Quadro 3 abaixo.

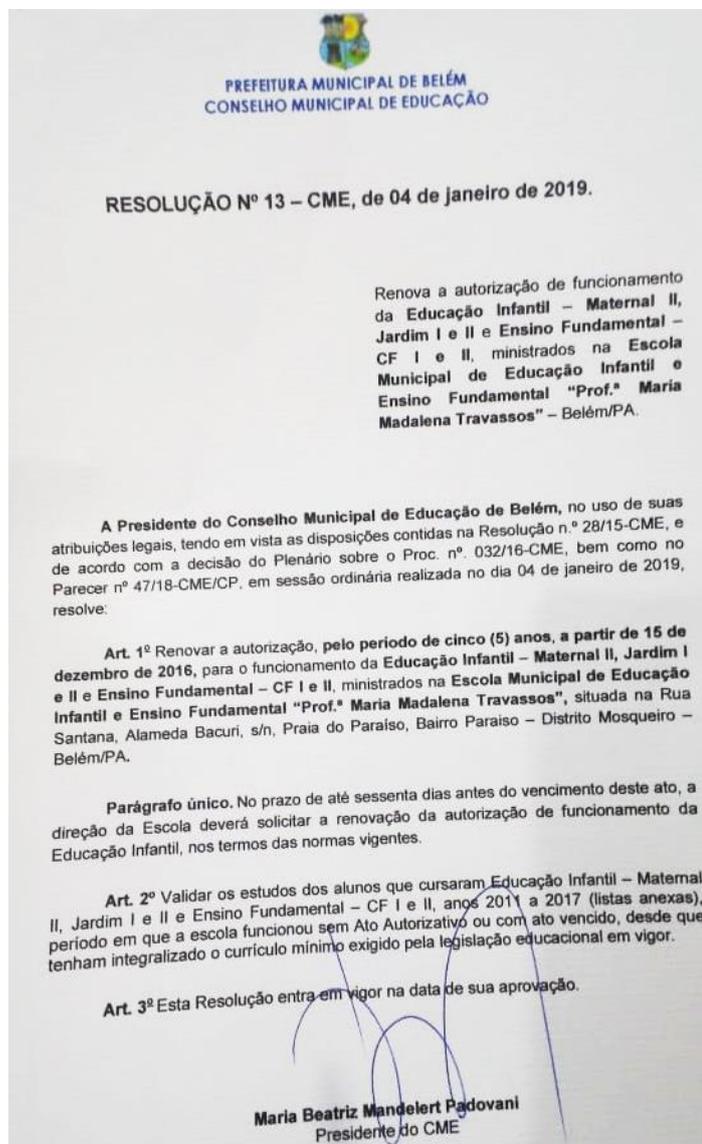
QUADRO 5: QUANTITATIVO DE FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA MARIA MADALENA TRAVASSOS (2018)

FUNCIONÁRIOS	QUANTIDADE
DIRETOR	01
COORDENADOR PEDAGÓGICO	02
PROFESSORES	14
APOIO	07
SECRETÁRIAS	03
MONITOR	01
MOTORISTA	02
VIGILANTE	02
TOTAL	32

Fonte: Construído pelo Autor, 2018 (Pesquisa de Campo).

Como se observa na Resolução nº 13, do Conselho Municipal de Educação, a seguir, a escola encontra-se atualmente em condições legais de funcionamento até dezembro de 2021. Essa realidade racional legal pode ser considerada como uma verdadeira conquista de gestores, professores e demais membros educacionais da escola, afinal, como se observará mais a diante, essa estrutura legal se caracterizou como uma das mais importantes conquistas dos sujeitos educacionais desta unidade de ensino na ilha Mosqueiro.

FIGURA 15: RESOLUÇÃO Nº 13 DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



Fonte: arquivo institucional da escola Madalena Travassos, pesquisa de campo, 2019

4 RESISTÊNCIA E INOVAÇÃO DE GESTORES E PROFESSORES DA ESCOLA MADALENA TRAVASSOS

4.1 A PRIMEIRA FASE DA ESCOLA (2011-2012)

O período que concerne ao momento que aqui se está chamando de primeira fase do processo de construção e efetivação da escola Madalena Travassos caracterizou-se, basicamente, pela busca de resolução de questões estruturais e estruturantes herdadas do próprio processo de construção da escola. Precisamente, a escola, construída em um local onde praticamente só havia casas de veraneio, possuía pouquíssimos alunos/as em seu espaço predial, e sua existência racional-legal estava completamente comprometida.

Como afirmaram Silva, Silva e Oliveira (2018, p. 319), “a escola foi se efetivando em meio às incertezas e esperanças por parte de todos os sujeitos envolvidos neste processo”. Essas questões colocavam em perigo a real existência da escola enquanto espaço de aprendizado voltado aos filhos dos trabalhadores na ilha Mosqueiro.

[...] Na verdade a escola foi inaugurada com uma quantidade muito pequena de alunos pra ela funcionar. Ela também não tinha pessoal de apoio, professores e corpo técnico-administrativo. O que realmente tinha era um grande e bonito prédio escolar mal utilizado. Sofremos muitas críticas, inclusive chamaram a escola de elefante branco, ou seja, um grande espaço construído, mas baixa utilidade (Entrevistada 1, coordenadora pedagógica, escola Madalena Travassos, Ilha Mosqueiro, 2018).

É possível que essa ideia de que a escola era um “elefante branco” faça parte de um discurso preconceituoso e discricionário por parte de certos setores da sociedade e do Estado, bem como expressão de pensamentos estereotipados acerca de um certo modelo de escola que historicamente se apresenta na realidade educacional pública. Preconceituoso porque voltado para as classes trabalhadoras que supostamente necessitariam de conhecimentos elementares para trabalhar (LIBÂNEO, 2012) e por isso não precisariam de uma estrutura predial com essas dimensões. Estereotipados porque veem no modelo predial do tipo diretoria e sala de aula o único espaço necessário para os alunos da rede pública de ensino estudarem.

Por outro lado, havia de imediato uma questão estrutural, a qual se constituía na base essencial para que a escola efetivamente funcionasse como espaço de ensino-aprendizado. Ela precisava de alunos, professores, corpo técnico e pessoal de apoio,

organização racional-legal, bem como instrumentos de gestão escolar e pedagógico. Precisamente, a escola possuía um prédio sem as ferramentas que possibilitariam aos sujeitos educacionais, em particular aos gestores uma ação planejada e organizada dos processos educativos locais. Não havia Projeto Político-Pedagógico, Plano de Gestão Escolar, Regimento e nenhum dos professores possuía sequer um Plano de Aula.

Essa realidade caótica do processo de construção da escola Madalena Travassos foi caracterizada por Silva, Silva e Oliveira (2018) como irracional. Para os autores,

a proposta de criação dessa escola esteve imersa em irracionalidades e improvisos, deixando a realidade educacional escolar dependente da boa vontade de professores e gestores que pouco sabiam sobre a funcionalidade das escolas de tempo integral (SILVA; SILVA; OLIVEIRA, 2018, p. 304).

Tal percepção foi corroborada pela pesquisa de campo. Em entrevista realizada com a primeira diretora da escola Madalena Travassos, foi possível compreender um pouco dessa irracionalidade presente no processo de construção e vivificação da escola inaugurada precariamente em 2011. Naquele contexto, havia sérios problemas estruturais, e um deles relacionava-se ao lugar onde a escola foi feita, ou seja, construída distante das áreas mais povoadas na Ilha do Mosqueiro. Para resolver essa questão, gestores e professores mostraram muita criatividade, trabalho árduo e inovador.

As minhas atividades como diretora da escola Professora Maria Madalena Travassos na ilha de Mosqueiro, iniciaram em abril de 2012 e terminaram em junho de 2013. O desafio maior era fazer com que a escola oferecesse de fato e de direito as condições efetivas de funcionamento para atender as crianças que lá estavam inseridas, assim como as que iriam fazer parte desse projeto escolar, porque a escola possuía uma demanda, mas havia muitos entraves para as crianças acessarem o prédio, entre esses entraves posso citar a distância e a falta de transporte digno para os alunos. A escola estava sendo subaproveitada, que iniciou em agosto de 2011, com 28 alunos matriculados (Entrevistada 2, pedagoga e segunda diretora da escola Madalena Travassos, 2018).

É interessante notar o forte viés pragmático dessa proposta de escola baseada no discurso do desenvolvimento sustentável e na escola de tempo integral, viés este que se caracterizou como uma marca do discurso e da prática governamental da década de 1990 e que ainda perdurou nos governos onde a professora Terezinha Gueiros esteve presente como secretária de educação. Para Layrargues e Lima (2014) há atualmente a hegemonia de uma macrotendência educacional ambiental chamada de Pragmática. Fortemente marcada por uma perspectiva neoliberal, conservadora e comportamentalista, ela aborda

temas como lixo, coleta seletiva, reuso e reciclagem, consumo sustentável, mercado verde, uso de energia limpa, uso da água, etc.

Todavia, balizada na lógica do “cada um fazer a sua parte”, está macrotendência apresenta uma concepção genérica e abstrata de ser humano, este causador e vítima da crise ambiental a qual pode ser resolvida pela tecnologia, pelo autoconhecimento e capacidade de mudança do próprio comportamento do indivíduo em relação à natureza. Daí a necessidade de escolas com conteúdo, instrumentos e normas que viabilizem o repasse de conhecimentos para as pessoas, desde a mais tenra idade até chegar às outras fases do desenvolvimento humano. Tudo isso seria essencial para a implementação de um desenvolvimento sustentável, ou seja, crescimento econômico, sustentabilidade ambiental e regulação a partir do mercado.

A Escola Professora Maria Madalena Travassos, no Bairro Paraíso, ilha de Mosqueiro foi inaugurada em 2011, no final do último mandato do prefeito Duciomar Costa. Ela foi criada originalmente como uma eco-escola de educação infantil, em regime de tempo integral e baseada nos princípios do desenvolvimento sustentável. Eu acabei indo pra lá pelas minhas experiências como professora da Escola Bosque do Outeiro e também em função das atividades que eu havia desenvolvido no Planetário do Pará, uma unidade de ensino vinculada à Universidade do Estado do Pará (UEPA) (Entrevistada 2, pedagoga e segunda diretora da escola Madalena Travassos, 2018).

A diretora expressa claramente a subutilização do prédio da escola, a distância do seu público alvo para acessar o local e falta de transporte para as crianças chegarem no estabelecimento de ensino. Por isso, o ano de 2012 foi um período de estruturação da escola para uma efetiva construção e vivificação do espaço construído. O planejamento das ações se voltou para a organização estrutural da escola.

Quando a professora Terezinha Gueiros me convidou pra assumir a direção da escola, havia muitos problemas para serem resolvidos. Mas, primeiro eu fui me apropriar teoricamente dessa proposta de eco-escola, fui saber mais sobre seus princípios e práticas. Depois eu fui pra lá com os olhos e ouvidos abertos para perceber a realidade local da escola, de seu entorno e das comunidades da Ilha. Eu posso dizer que o ano de 2012 foi um ano de escuta, de arrumação da escola, de organização de documentos, de trabalho em equipe, e de melhorias que precisavam ser feitas no prédio, como por exemplo, o banheiro da escola que precisava ser refeito, que era pequeno demais para a demanda de meninos e meninas. Não havia dignidade para as crianças realizarem as suas necessidades básicas de higiene pessoal e o tempo desse atendimento reduzia em muito o trabalho nos demais ambientes pedagógicos.

Eu posso dizer que eu encontrei uma realidade caótica na escola. Só para se ter uma ideia dos problemas, alguns alunos não tinham nenhum

documento na escola, pois sequer tinham uma certidão de nascimento, mas estavam supostamente matriculados. Tudo estava sendo feito no improvisado e a gestão da escola estava com muitas dificuldades diante da carência do alunado e dos entraves burocráticos.

Em relação aos professores e suas práticas a realidade não era diferente. Não havia um projeto político pedagógico da escola ou um programa de disciplina para as atividades pedagógicas. Todos os professores eram contratados e a grande maioria tinha apenas o ensino superior incompleto. Alguns até cursavam faculdades particulares, mas estavam sem condições de continuar seus estudos por falta de pagamento.

Para uma eco-escola tudo precisaria ser revisto, refeito. E assim, o ano de 2012 serviu para nós colocarmos a escola em condições de funcionamento. Construimos novos banheiros, estruturamos documentalmente a escola, fizemos o seu projeto político pedagógico, enfim, construimos a base para iniciarmos nossas atividades com uma melhor qualidade educacional, exercendo o protagonismo dessa gestão com o trabalho parceiro de todos os educadores da escola, ou seja, convidando para o trabalho de planejamento e visitas às comunidades, todos os profissionais que atuavam na escola: professores, merendeiras, auxiliares de secretaria, secretária, motoristas, auxiliares de serviços gerais, incluindo os profissionais que trabalhavam na segurança da escola. Aos poucos, a comunidade, formada também pelos responsáveis do alunado, tornou-se nossa maior parceira. (PEDAGOGA EMEIF M. M. TRAVASSOS, 2018)

Saviani (2008) faz uma análise quanto ao problema da eficácia das políticas educacionais brasileiras apontando dois aspectos que entravam esse processo: a resistência das classes dirigentes e das elites estatais quanto à manutenção da escola pública, e a histórica descontinuidade das ações que ficam presas aos ditames dos grupos que se sucedem no poder. Essa análise de Saviani é essencial para entender o que aconteceu na primeira fase de construção da escola Madalena Travassos.

E assim, a partir de 2013, entramos em um momento de prática para mudar essa realidade. Foi aí que iniciamos um processo de busca dos alunos em outras áreas da ilha, como por exemplo, Carananduba, Curva da Mica, Marau, São Francisco, Caruaru, Mari-Mari, Baia do Sol. Também fizemos contatos com as famílias das ocupações da reforma agrária, tais como Paulo Fonteles, Chico Mendes, Mártires de Abril e Dorothy II. (PEDAGOGA EMEIF M. M. TRAVASSOS, 2018)

A pedagoga da escola responsável pela educação infantil afirmou que esse foi um momento de muito trabalho, mas também muito gratificante.

Nós fomos a uma rádio comunitária na rua 16, a Rádio Praiana. Chegando lá nós conversamos sobre a escola e a oferta de vagas para as famílias com crianças que quisessem se matricular. Eu também consegui um carro-som pra chamar os alunos para virem estudar na escola Madalena Travassos. Nos saímos pelas ruas do bairro Carananduba chamando, falando e esclarecendo sobre a escola. Isso

também foi muito importante e deu muito certo. (PEDAGOGA EMEIF M. M. TRAVASSOS, 2018).

No final da entrevista, a diretora disse que seu trabalho foi interrompido em meados de 2013. A nova gestão municipal vai implementar um novo modelo administrativo que será posto em prática na escola e esta também sofrerá mudanças significativas na gestão escolar, agora com uma postura de distanciamento dos movimentos sociais. Todavia, grandes mudanças foram realizadas até então, dentre as quais é possível citar a transformação da escola com a nova demanda de alunos/as, não apenas para a educação infantil, mas também para a primeira etapa do ensino fundamental em regime de dedicação exclusiva. Também, foram empossados professores concursados, pessoal de apoio, regularização de documentação dos alunos, o projeto político-pedagógico, ficando apenas de fora o conselho escolar, o qual até os dias atuais ainda não foi regularizado.

Minhas atividades na escola foram interrompidas em junho de 2013 quando a Secretaria de Educação me chamou de volta para exercer minha função de professora da Escola Bosque. Neste momento a professora Terezinha Gueiros já havia saído e o prefeito agora era o Zenaldo Coutinho do PSDB. (PEDAGOGA EMEIF M. M. TRAVASSOS, 2018).

Apesar dos gestores e professores contribuírem de maneira indelével com o processo de vivificação estrutural da escola, todas essas iniciativas de busca da relação entre escola e a sociedade local, em particular com o movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), assim como o financiamento educacional e as melhorias prediais são colocadas momentaneamente em letargia a partir da mudança do grupo no poder. De fato, há uma descontinuidade do direcionamento dado até então na escola, inaugurando um novo momento, agora marcado afirmação de direitos para a manutenção das conquistas na busca pela implementação de uma escola verdadeiramente integral em regime de tempo integral. Essa nova realidade irá exigir por parte desses sujeitos um maior esforço e criatividade inovadora para pôr em prática os objetivos e metas estabelecidos pela escola Madalena Travassos.

4.2 A SEGUNDA FASE (2013 AOS DIAS ATUAIS)

Após o processo de vivificação da Escola Madalena Travassos, a qual necessitou de muita criatividade, inventividade e espírito inovador por parte de seus gestores e professores, tanto no que concerne ao número satisfatório de alunos para fazer a escola funcionar, quanto em relação aos seus aspectos estatutários e legais, outras demandas se mostraram imperativas aos seus processos escolares, as quais permanecem até os dias atuais. Dentre essas demandas foram destacadas e analisadas três, tidas neste estudo como estruturais ao funcionamento desta unidade pedagógica, a saber: a questão da merenda, o transporte escolar e o repasse de verbas por parte da Secretaria de Municipal de Educação para a manutenção infraestrutural do local.

4.2.1 A questão da merenda

A oferta de alimentação aos alunos na escola Madalena Travassos configura-se como um dos elementos estruturais para a existência deste estabelecimento de ensino. Enquanto espaço estatal de aprendizado, a escola recebe crianças pertencentes a famílias de trabalhadores da Ilha Mosqueiro, que em sua maioria, estão ligados à produção agrícola familiar. Como se observa nas imagens a seguir, pode-se ver em destaque a paisagem rural ou campestre na qual as crianças são apanhadas pelo ônibus escolar nos chamados pontos de coleta.

FIGURAS 16, 17, 18 E 19: DEMONSTRAÇÃO DA PAISAGEM CAMPESINA DOS MORADORES E MORADORAS QUE PUBLICO ALVO DA ESCOLA MADALENA TRAVASSOS



Fonte: R. Leite, 2018.

A Constituição Federal de 1988 mostra expressamente que é dever do Estado, enquanto ente coletivo, garantir educação pública e qualidade para todos os cidadãos brasileiros. Em seu Artigo 208 a Carta Magna reza que é dever do Estado garantir uma educação de qualidade a partir, dentre outras coisas, do “[...] atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (BRASIL, 2015, Art. 208, Inciso VII). Ao se observar hoje as crianças fazendo quatro refeições diárias (café, almoço, lanche e jantar), pode-se supor que o texto constitucional sempre esteve presente nas práticas locais da escola Madalena Travassos. Na verdade, a letra da lei

estaria “morta” se não fosse a luta, resistência e inovação de seus gestores e professores. De fato, a merenda escolar no lócus desta pesquisa é uma conquista, não nasce junto com a escola, sequer era tida inicialmente pelo governo municipal de Belém como componente essencial ao processo ensino - aprendizagem.

Em entrevista feita no segundo semestre do ano de 2018 com a professora e coordenadora pedagógica do ensino fundamental da Escola Madalena Travassos, foi possível compreender um pouco desse processo de conquista aquilo que deveria ser um direito, mas que somente se efetivou (ainda com precariedades) nos dias atuais. Segundo ela:

Em 16 de agosto de 2011, quando as atividades se iniciaram na escola, ela era conhecida no período como Ecoescola Professora Maria Madalena Travassos. Nesse momento a escola não foi contemplada com merenda escolar pela Fundação Municipal de Assistência ao Estudante [FMAE], órgão responsável pela distribuição de alimentos escolares municipais. Segundo a Secretaria de Educação isso acontecia porque havia um baixo número de alunos matriculados.

Como já demonstrado anteriormente, não havia um número suficiente de alunos/as para que a escola funcionasse a contento. Precisamente, havia 28 (vinte e oito) crianças “matriculadas”, o que gerou uma série de problemas de ordem funcional para a gestão escolar, a qual buscou a todo momento estratégias para a vivificação desse espaço educacional de ensino, dentre as quais a busca nas comunidades da ilha de crianças para se tornarem alunos e alunas da escola.

A coordenadora pedagógica afirmou que:

Apesar dessa situação toda da falta de estudantes e da negativa da prefeitura, a escola nunca ficou sem merenda para oferecer aos alunos, nós sempre buscamos outras formas de suprimento dessas necessidades. Havia doações oferecidas pela Guarda Municipal-Inspetoria Mosqueiro, outras escolas da ilha também ajudavam, a própria comunidade fazia doações e até mesmo íamos até Belém para conseguir mantimentos, mas nós não tínhamos a autorização da FMAE.

Durante esse período, a escola só oferecia uma refeição aos alunos. Essa refeição era feita às 10h da manhã, pois às 11h30min os mesmos já estavam saindo da escola para retornarem às suas casas. Nesse período todos moravam nas proximidades da escola. Essa rotina de doações ainda persistiu até o mês de dezembro de 2011.

Quando o ano letivo iniciou em janeiro de 2012 a FMAE passou a oferecer aos alunos a merenda escolar que era de direito deles como todos os alunos das escolas municipais de Belém recebiam, mas que até aquele momento lhes havia sido negado por esta fundação. Para que

isso acontecesse foi necessário muita luta de todos nós, gestores e professores da escola que precisamos mostrar um quantitativo maior de alunos para que o problema da merenda fosse resolvido definitivamente.

A Lei Federal nº 11.346/2006 que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, pode ser colocada como um marco importante para a garantia institucional do direito à nutrição saudável das crianças da escola básica pública.

Art. 2º A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população.

§ 1º A adoção dessas políticas e ações deverá levar em conta as dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais.

§ 2º É dever do poder público respeitar, proteger, promover, prover, informar, monitorar, fiscalizar e avaliar a realização do direito humano à alimentação adequada, bem como garantir os mecanismos para sua exigibilidade (BRASIL, 2006).

Todavia, esse direito não se deu de maneira simples e fácil. Na verdade, precisou-se de muita resistência e espírito inovador para garantir a merenda escolar na escola do Bairro Paraíso do Mosqueiro.

Nós nos envolvemos todos para irmos buscar os alunos. Conseguimos carro de som, a gestora na época foi até uma rádio localizada na ilha para convidar os pais para conhecerem a escola, foi feita distribuição de *flyers* mostrando a proposta pedagógica da escola e tudo o mais. Mas isso ajudou muito pouco na época, e continuamos com um número ainda reduzido de alunos por conta da localização da escola.

Passamos então a oferecer na escola duas refeições diárias, sendo café da manhã e almoço. Todos os gêneros alimentícios recebidos eram conferidos e divididos minuciosamente para que não viessem a faltar nas refeições dos alunos. Nutricionistas e supervisoras da FMAE passaram a assessorar a escola periodicamente.

Nesse período a escola funcionava somente pela parte da manhã com alunos e à tarde todos os professores, coordenação pedagógica e direção ficavam em momento de estudo das 13h30min até às 17h30min, pois a proposta pedagógica da época era “meio ambiente” e a secretária de educação mantinha um calendário de estudos para as Ecoescolas que precisava ser cumprido rigorosamente.

Em dezembro de 2012 quando a secretaria de educação troca a gestão da escola mudam também a proposta pedagógica. A escola passa por uma transformação de pessoal, pedagógica, materiais, recursos financeiros, estrutura e merenda escolar.

A partir desse período, a Escola Professora Maria Madalena Travassos Municipal de Ensino Infantil e Fundamental passa a ser a primeira escola em regime de tempo Integral do Município de Belém, oferecendo aos seus alunos 4 refeições diárias, sendo elas: café da manhã, almoço, lanche da tarde e jantar. Juntamente com tudo isso, a escola recebe também uma nutricionista com carga horária de 6h a cumprir dentro do espaço escolar.

Em 2013 a escola já está com um número de cento e vinte [120] alunos. Para atender esse número maior de alunos, a cozinha precisou ser reequipada com freezers de tampa dupla, geladeira pequena, fogão industrial e outros. Todos esses novos equipamentos foram necessários por conta do número de gêneros alimentícios e refeições que aumentaram.

Desde então, os alimentos recebidos são classificados por secos e perecíveis e armazenados de acordo com especificação e orientação da nutricionista. Todos os gêneros recebidos são renovados a cada 12 dias, conforme cardápios contidos nas *per capita*s do período⁶.

Hoje a escola recebe, não somente gêneros secos e perecíveis, mas também hortifrúti como forma de oferecer uma merenda escolar mais diversificada e nutritiva. A Prefeitura de Belém trabalha com os pequenos produtores ou aqueles da chamada agricultura familiar que oferecem as frutas, verduras, legumes recebidos pela escola.

Para que os alunos tenham sempre uma alimentação saudável, sadia e de qualidade nós precisamos construir e aprender no dia-a-dia estratégias de como usar a merenda, mantendo a quantidade e a qualidade de sua base nutricional.

⁶ Chama-se localmente de *per capita* o documento emitido de 12 em 12 dias pela FEMAE, o qual estipula a quantidade e a qualidade da merenda escolar. É neste documento que estão expressos os cálculos referente à quantidade de arroz, feijão, frutas, legumes, proteínas, etc., que são levados para a alimentação das crianças.

Nas figuras 20, 21 e 22 a seguir, têm-se imagens que denotam um pouco da realidade do refeitório da escola durante o café da manhã. Nestas fotografias é possível observar crianças na fila para receber bolachas cream cracker e um composto lácteo com cacau, bem como outras crianças sentadas e já consumindo os alimentos. Neste contexto pode-se observar também o amplo espaço arejado, tudo muito bem limpo e um excelente nível de organização das coisas e das pessoas.

FIGURAS 20, 21 e 22: IMAGENS DO REFEITÓRIO DA ESCOLA DURANTE UM CAFÉ DA MANHÃ



Fonte: R. Leite, 2019.

A organização atual da merenda escolar nesta unidade pedagógica já alcançou um *status* de importância tão relevante que em fevereiro deste ano de 2019 uma comissão, oriunda do Suriname, juntamente com membros de Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), fizeram uma visita na Escola Madalena Travassos para conhecer o modo como a gestão da alimentação escolar é realizada.

É de se destacar que ainda há muito a percorrer no tocante à questão da merenda escolar na Madalena Travassos, principalmente no que tange a maior participação da comunidade, particularmente da organização de pais e alunos visando avançar ainda mais nesta questão. Todavia, faz-se necessário reconhecer que em um espaço territorial com gritantes desigualdades socioeconômicas, como é a Ilha Mosqueiro, a garantia da merenda escolar se mostra imperiosa, pois muitas vezes a única refeição com qualidade nutricional que essas crianças têm é aquela oferecida pela própria escola.

4.2.2 O problema do transporte escolar

Uma pessoa que chegar sem a visão do processo histórico de conquista dos sujeitos educacionais escolares locais, ficará surpresa com a qualidade do ônibus novo que a escola Madalena Travassos possui nos dias atuais. De fato, como se observa nas imagens a seguir (Figura 23, 24, 25 e 26), o transpor escolar desta unidade pedagógica constitui-se em um modelo/ano 2018/2019, com lugares suficientes para transportar com segurança todas as crianças, assim como acondicionar os seus materiais escolares.

Figura 23, 24, 25 e 26: Imagens que denotam as atuais condições do transporte escolar. É um ônibus novo, confortável e seguro.



Fonte: R. Leite, 2019.

Em entrevista realizada com a professora e coordenadora pedagógica da educação infantil da escola municipal Maria Madalena Travassos no primeiro semestre do ano de 2018, pode-se notar o processo longo de luta e resistência dos sujeitos educacionais da escola na busca pela garantia do acesso das crianças ao local de ensino. Foi solicitado

que a professora fizesse um relato desse processo de aquisição do transporte escolar e ela discorreu da seguinte maneira:

Então, quando eu entrei em setembro 2012 já tinha o ônibus, mas pequeno, mas no início mesmo não era assim. Quando a professora Ana Cristina era diretora ainda não tinha o ônibus e aí tinha vinte sete (27) alunos, porque na comunidade onde a escola está não tinha demanda para os alunos, até hoje não tem nas proximidades da escola. Então a gente teve que buscar nos assentamentos, fora do local e, sem o transporte escolar, os pais não tinham condições de todo dia deixar o aluno e buscar o aluno. Tanto que quando acontece hoje do ônibus quebrar ou não ter gasolina ou alguma coisa ocorre não tem aluno. Então hoje para a gente o ônibus significa a garantia de alunos e aí ele atende treze comunidades.

Antigamente o transporte escolar era feito com o micro-ônibus. Se não estou enganada a lotação dele era de vinte nove lugares. O transporte era muito pequeno e começava a recolher as crianças cinco e meia da manhã. O ônibus pequeno iniciou e ficou com a gente até o ano passado em 2018, na verdade até o início deste ano de 2019. Era preciso no início duas viagens, depois passou a fazer três e depois quatro, porque a gente não podia lotar muito micro-ônibus, porque todas as crianças têm que vir sentadas e com cintos de segurança.

Nós começamos a fazer o transporte com duas rotas, depois como o número de alunos foi crescendo as turmas foram enchendo e tivemos que aumentar o número de rotas. Tinha dia que o motorista precisava fazer quatro viagens, às vezes acabava quase nove da manhã e ele começa antes das seis. Isso atrasava toda a questão pedagógica, porque os alunos chegam e primeiro eles vão lanchar e depois é que eles vão pra sala de aula.

Então, para os professores ficava muito complicado iniciar com aqueles alunos que chegavam primeiro e quando os outros chegavam os professores tinham que retomar ou então deixavam pra iniciar quando estavam todos juntos. O primeiro ponto de coleta dos alunos era no assentamento Paulo Fonteles até o Caruaru. Nesse período o nosso primeiro aluno entrava no ônibus ainda escuro, mas ele era o último que chegava em casa de volta, e era sempre assim. Os primeiros a entrar eram os últimos a sair.

Uma vez fui fazer a rota e o primeiro ponto era no Caruaru, na estrada Belém - Mosqueiro, depois vinha Mari-Mari, Paulo Fonteles e deixamos esses alunos na escola. Depois voltamos para rota para trazer o pessoal do Mártires de Abril. Depois voltava para o Carananduba e vinha olhando os outros lugares pra ver se tinha aluno.

Essa situação de dificuldade era porque nós não tínhamos um ônibus grande. A gente até conseguiu um ônibus, mas ele era muito velho e quebrava muito. Depois em 2013 mais um micro-ônibus chegou e aí um ia pra um lado o outro ia pra outro, então cada um fazia duas rotas, mas mesmo assim ainda chegava muito tarde.

Nós lutamos muito, mostrávamos nossa necessidade, que sem ônibus não tem aluno, o tempo todo a gente mostrava para a secretaria a

demanda, sem ônibus não tem aluno, compromete todo o rendimento, quando não tinha ônibus a gente mandava a relação, a gente tá funcionando com tantos alunos tudo isso pra eles verem a importância do ônibus pra gente. Nós mandávamos pelo whatsapp, fazíamos documento demonstrando a situação [...].

No final do meio do ano passado pra cá, 2018, ficou só o ônibus menor, pois o outro foi pra conserto e não voltou mais. Com isso tivemos que voltar as quatro viagens e com o ônibus pequeno, às vezes era mais de quatro viagens, pois o ônibus pequeno reduzia a questão dos lugares, então era mais de quatro voltas. E o sufoco só aumentava. Nós íamos quase todo dia ao setor de transporte da prefeitura, que cuida só do transporte escolar, e também nós íamos à diretoria de ensino, porque tem que se dirigir diretamente. Tudo em Belém é assim. Tem que ir lá, porque tudo se resolve por lá.

Em 2012 e até junho de 2013 era a professora Rocil e a professora Terezinha Gueiros na SEMEC. Nesse período a gente lutou muito, às vezes nós resolvíamos problemas de saúde na família do aluno. Muitas vezes nós levávamos o aluno doente pra consultar no posto de saúde, também nas reuniões, festinha da escola, qualquer coisa, trazia os alunos e depois ia buscar os pais, deixava os alunos e depois ia deixar os pais com mesmo ônibus da escola e a escola tinha autorização pra isso.

A escola não recebia verba para o ônibus, a não ser o cartão corporativo pra abastecer, no qual a secretaria deposita o dinheiro pra abastecer. Às vezes eles colocam 400,00 é de acordo com que vai acabando, se já tiver só cem (100,00) reais, por exemplo, aí já liga pra avisar, olha a gasolina já vai acabar, já não vai dar, ou seja, não tem um valor fixo, entendeu, varia muito. Tem mês que vai 400,00, tem mês que o ônibus faz a rota pra outra escola aí eles têm que depositar um valor extra, e cai automático tipo vale digital.

As verbas para a manutenção do transporte, ou a sua insuficiência, configura-se em realidade bem característica dos sujeitos educacionais escolares do campo, os quais fazem cotidianamente “malabarismos” para fazer a escola funcionar. Em geral, os problemas são resolvidos pelos próprios professores, coordenadores e diretores, estes não raramente colocam seus proventos particulares para a resolução de questões do dia-a-dia que poderiam ser facilmente resolvidos pelo poder municipal.

Às vezes quando há um problema pequeno no ônibus nós mesmos resolvemos. Muitas vezes o pneu fura e o próprio motorista dá um jeito de trocar ou a diretora com verba própria manda consertar. Às vezes a troca de óleo nós mesmo somos obrigado a fazer porque demora muito pedir pra secretaria. Às vezes nós levamos as notas pra SEMEC, às vezes nós deixamos pra lá e assim vamos tocando. É uma coisinha assim tipo o pneu, antes o motorista fazia muito isso, agora é mais a diretora, quando é tipo um pneu furado ela nem manda a notinha, quando o problema é mais sério aí eles mandam pra cá geralmente outro ônibus.

Mas com muita luta conseguimos esse ônibus grade e aí todos os alunos estão presentes 7h30min na escola, e com isso foi possível fazer uma única rota e aí começa por volta de 6h e aí às 7h30min. os alunos já tão lá na escola. Aí à tardinha, às 17h30min. já sai todo mundo, porque antes a gente também tinha um problema que eram as várias rotas que tinha que fazer. Tinha vezes que ficava muito tarde da noite e ainda fica aluno na escola esperando e aí só ficava a professora Ana Cristina, pra poder dar conta daqueles alunos enquanto o motorista ia deixar os outros.

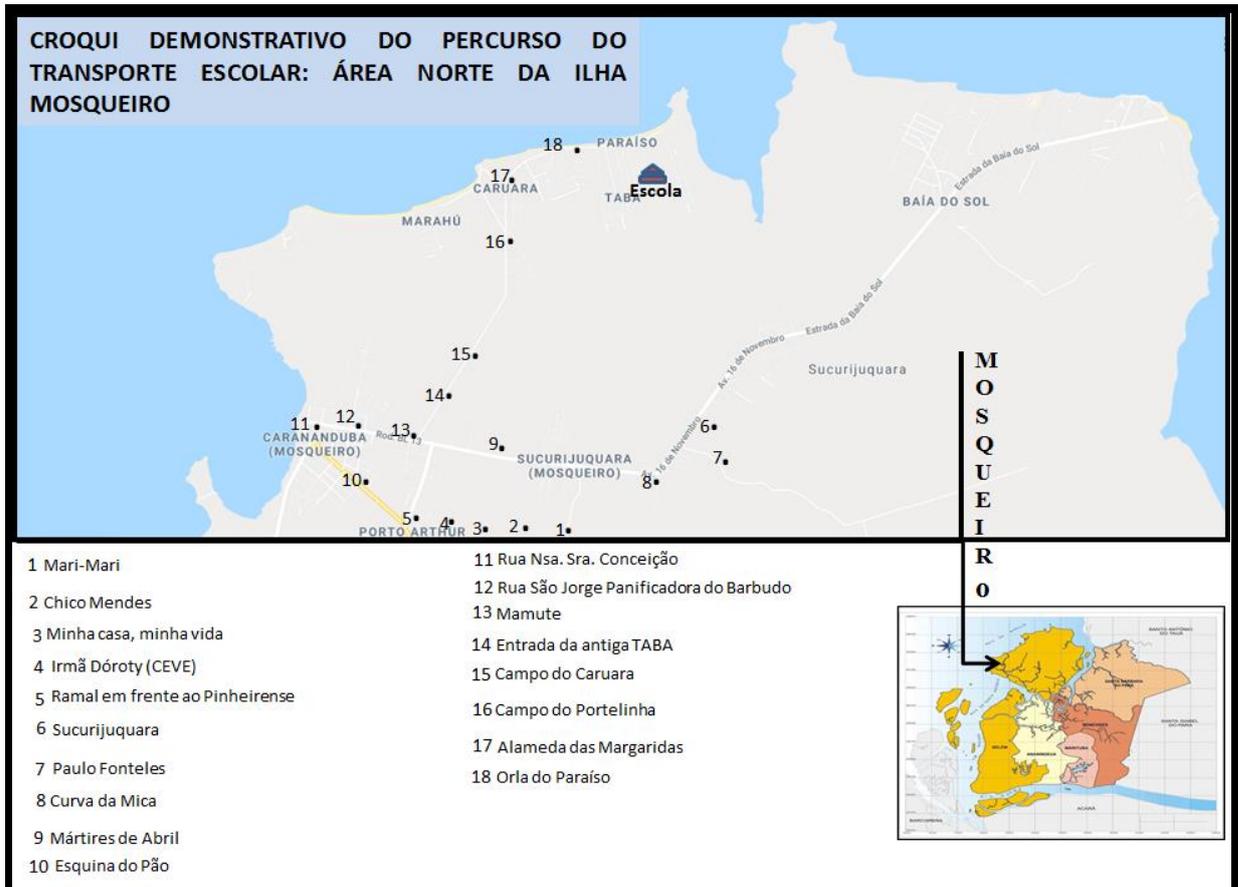
Agora não, agora resolvemos esse problema e conseguimos montar uma única rota mais organizada. Agora saí todo mundo junto. 17h30min. Todos estão no ônibus com a monitora e o motorista levando os alunos sentados. Com a chegada desse ônibus grande tudo melhorou. Esse novo ônibus foi uma conquista muito importante pra nós porque com ele nós conseguimos organizar, organizar melhor o tempo, a chegadas de todos os alunos pra tomarem o café da manhã, ir pras salas, as professoras e os professores começarem as atividades pedagógicas no horário correto, fazer tudo no horário. Esse ônibus veio pra resolver mesmo.

FIGURA 27: QUADRO DEMONSTRATIVO DOS HORÁRIOS E DOS PONTOS DE COLETA DOS ALUNOS EM SUAS RESPECTIVAS LOCALIDADES

QUADRO DE HORÁRIOS DO TRANSPORTE ESCOLAR					
Trecho 1 - RODOVIA ESTADUAL (PA)					
Localidade	Mari Mari	Chico Mendes (Próximo à Assembleia de Deus)	Minha Casa, Minha Vida	Dórothy (em frente ao CEVE)	Ramal (Em Frente ao Pinheirense)
Parada(s)	01	02	03	04	05
Horário	06:08h	06:13h	06:14h	06:15h	06:18h
Trecho 2 – ESTRADA DA BAÍA DO SOL					
Localidade	Sucurijuquara	Paulo Fonteles	Curva da Mica	Mártires de Abril	
Parada(s)	06	07	08	09	
Horário	06:33h	06:43h	06:53h	06:58h	
Trecho 3 – CARANANDUBA					
Localidade	Esquina do Pão	Praça (Em frente à igreja Católica)	Rua Ns^a da Conceição	Rua São Jorge (Panificadora do Barbudo)	
Parada(s)	10	11	12	13	
Horário	07:08h	07:10h	07:12h	07:14h	
Trecho 4 – ESTRADA DO CARUARA					
Localidade	Mamute	Entrada da antiga TABA	Campo do Caruara	Campo do Portelinha	Alameda das Margaridas
Parada(s)	14	15	16	17	18
Horário	07:17h	07:19h	07:21h	07:22h	07:23h
Localidade	ORLA DO PARAÍSO				
Parada	19				
Horário	07:25h				
CHEGADA NA ESCOLA ÀS 07:30H					

Fonte: Material construído pelos gestores da Escola Madalena Travassos e recolhido durante a pesquisa de campo, 2019.

FIGURA 28: CROQUI DEMONSTRATIVO DO PERCURSO DO TRANSPORTE ESCOLAR DA ESCOLA MADALENA TRAVASSOS



Fonte: Construído pelo autor a partir de dados de campo fornecido pela monitora do ônibus a Sra. Erica Silva Souza (2019).

Hoje a contemporânea tecnologia de comunicação das redes sociais, aquela feita pelos aplicativos dos celulares, constitui-se em ferramenta essencial para a eficácia e a eficiência do transporte escolar. É pelo celular que grande parte dos problemas surgidos são resolvidos rapidamente.

Sempre acontece algum problema por isso a gente sempre tá se comunicando pelo celular. Por exemplo, se quebrar o carro na estrada ou acontecer algum imprevisto aí a gente já se comunica pra saber como vamos resolver. Já aconteceu de eu tá aqui em casa e a Érica, monitora, ligar pra mim dizendo que o ônibus tinha quebrado e ainda tinha criança dentro do ônibus, aí daqui mesmo a gente fica tentando entrar em contato com outra escola até conseguir falar com a diretora que conseguiu o contato com outro diretor de uma outra escola lá perto que mandou o ônibus da sua escola resgatar os alunos. Outra coisa importante é o nosso grupo de whatsapp. A gente coloca todo mundo que tem whatsapp no grupo e aí se acontece algum problema a gente resolve mais rapidamente.

Uma questão importante que precisaria de melhor atenção por parte do poder público municipal refere-se às condições de trafegabilidade das ruas e ramais de acesso aos pontos de coleta das crianças em seus locais de moradia. Essa realidade pode ser facilmente percebida na ilha Mosqueiro, como se pode observar nas imagens a seguir.

FIGURA 29: RUA LOCALIZADA NO BAIRRO CARANANDUBA, COM PAVIMENTAÇÃO SEM MANUTENÇÃO, ESBURACADA E COM UM VAZAMENTO HÍDRICO NO MEIO DA PISTA DE ROLAMENTO, TORNANDO DIFÍCIL A MOBILIDADE AUTOMOTIVA NO LOCAL



Fonte: R. Leite, 2019.

Neste ponto é importante destacar o que disse a entrevista.

Aqui as ruas são muito ruins e os ramais são pior ainda. Teve uma época que a própria população bloqueou, bloqueou mesmo, o ramal de acesso à escola. Colocou pedaço de árvore, um monte de coisa pra não deixar passar porque piora muito a situação com o tráfego ali a rua da escola. Então a gente ficava um grupo lá próximo da orla esperando os alunos chegarem e quando eles chegavam a gente avisava o outro transporte do lado de cá pra trazer as crianças pra escola. Quando era pra voltar ficava um grupo ali esperando chegar o carro e depois voltava pra buscar os outros. Realmente, quando ficava ruim o ramal os alunos iam de ônibus até a entrada e de lá iam a pé até a escola, mas aí assim, a gente sempre deixa os pais cientes né do que tá acontecendo do que tá fazendo e a própria SEMEC também. Quando a gente tinha dois micro-ônibus dava pra deixar um em cada lado do atoleiro, mas antes era a pé mesmo que iam e voltavam. Agora o mais interessante foi saber que lá na agência distrital de Mosqueiro consta essa rua de acesso a escola está

toda asfaltada, e também que o ramal da escola já foi asfaltado. Mas como! Agora mesmo as vans não tão entrando, só vai até onde tem asfalto. Tem lugares que os alunos até brincam que estão na montanha russa de tanto buraco e solavanco do ônibus.

Sem o transporte não tem aluno. É só a gente se reportar ao início da escola, a gente tinha uma escola bonita, a gente tinha uma escola nova com uma estrutura física muito boa, mas não tinha aluno porque eles não tinham como chegar até a escola. Uma coisa é o pai deixar um dia que perdeu o ônibus, outra coisa é pai todo dia deixar, e aí tem lugar, como por exemplo, quem mora no assentamento Paulo Fonteles, que tem que pegar três vans ou duas vans pra ir e pra voltar. É claro que isso faz falta no orçamento dessa família. Então sem ônibus não tem aluno e sem aluno não tem escola.

A violência que o poder público local inflige sobre os sujeitos educacionais na realidade pesquisada não os intimida. Eles/as se lançam cotidianamente como as ações de resistência a essa situação, com muito empenho, criatividade, inventividade e espírito inovador. Como afirma Bogo (2012, p. 477) “A criatividade que surpreende o inimigo surge das práticas mais simples, originadas na inspiração de produzir o novo”. Esse novo se reflete nas conquistas que vão se dando, ora de maneira mais lenta, ora de forma mais rápida, mas sempre avançando na busca por fazer valer os direitos daqueles que historicamente estão alijados dos processos de desenvolvimento do Estado Nacional Brasileiro, que são os filhos e filhas dos trabalhadores, particularmente daqueles que moram em áreas ribeirinhas.

4.2.2a O problema do transporte escolar: um relato de vivência

Na manhã do dia 20 de abril de 2019, às 5h45min, foi iniciada uma vivência no interior do próprio transporte escolar da Escola Maria Madalena Travassos. O objetivo desta atividade foi vivenciar cotidianamente o modo como é feito o percurso de recolhimento dos/as alunos/as dos 18 (dezoito) pontos de embarque das crianças, bem como observar as vicissitudes peculiares a essa realidade.

Essa vivência foi indispensável para a complementação das outras técnicas implementadas para o recolhimento das evidências do real, tais como as entrevistas, o *survey* e as diversas participações nas ações da escola que foram importantes para as atividades de campo. Precisamente, essa vivência no ônibus foi necessária para uma compreensão mais detalhada dessa realidade, a qual possibilitou refletir mais

criticamente sobre aquilo que é dito pela comunidade acerca do transporte escolar, assim como para a visualização das práticas inovadoras dos sujeitos educacionais escolares.

De fato, com essa atividade foi possível uma maior aproximação do percurso completo da rota de coleta das crianças, o tempo de deslocamento, os pontos de embarque dos/as alunos/as, a paisagem e a territorialidade das populações locais, os bairros, assentamentos e vilas, tudo percebido como *corpus* empírico indispensável para as análises críticas dos principais problemas enfrentados nessa atividade e o modo como os sujeitos educacionais resolvem essas situações.

Vale ressaltar que a viagem aos pontos de coleta dos alunos em seus locais de moradia contou com a participação do professor Dr. José Bittencourt da Silva, orientador da pesquisa, docente e pesquisador do programa de Pós-Graduação em Educação Básica e do mestrando Raimundo Nonato Leite de Oliveira. Além dos pesquisadores estavam no interior do ônibus André Luiz de Souza, motorista e a monitora Érica Silva Souza, estes últimos funcionários temporários contratados do município de Belém e moradores locais da ilha Mosqueiro.

Efetivamente, a partida aos pontos de embarque das crianças começou às 5h45min, tendo como local de partida a própria Escola. Logo na saída foi possível constatar as precárias condições do ramal que dá acesso à unidade pedagógica em tela, condição esta já registrada em outros momentos desta dissertação. Depois de alguns minutos a monitora Érica embarcou com a função de receber e embarcar todas as crianças, colocando-as nos assentos e com os cintos devidamente afivelados segundo tamanho e parentesco.

Durante a viagem percebeu-se o descaso do poder público municipal no que se refere à pavimentação e manutenção das estradas e ramais de acesso às comunidades. Uma viagem que poderia ter em média 1h, acaba sendo concluída em torno de 1h45min, isso em função das precárias condições de trafegabilidade. Para a monitora Erica, que auxilia o embarque das crianças, houve um dia que “[...] choveu e o ônibus ficou atolado no assentamento Paulo Fonteles, interrompendo a viagem e prejudicando todo o planejamento das aulas” Também já houve casos em que o pneu do carro furou provocado pelos buracos na estrada. Estes problemas citados pela monitora foram são confirmados na entrevista com a diretora e as coordenadoras da escola.

Nessa vivência aos pontos de embarque, pode-se perceber as vicissitudes do percurso, situação que se agrava com o período chuvoso do inverno amazônico. Nesse momento do ano o motorista precisa diminuir muito a velocidade do ônibus, e a

monitora precisa de mais cuidado com as crianças em função do aumento dos buracos e riscos de acidentes com os alunos menores da educação infantil. Os buracos aumentam os riscos de acidentes, impactando a segurança das crianças e a regularidade do tempo de execução do percurso.

Percebeu-se durante a viagem que há uma predominância da presença feminina quanto às responsabilidades para o embarque das crianças, sendo bastante pontuais no que tange à entrega das mesmas nos 18 pontos da rota de embarque. A pouca presença masculina, pode ser atribuída ao machismo estrutural no campo, que ainda delega às mulheres as tarefas de educar, cuidar, proteger etc. os filhos menores. Para a monitora Erica a ausência da figura masculina resulta também, do aumento de mães separadas dos maridos. Diante deste quadro, associa-se também a necessidade da mulher trabalhar fora do ambiente doméstico para a manutenção da família. De fato, as mães procuram a escola para cadastrar outras pessoas da família para o embarque e recebimento das crianças, muitas vezes essa pessoa é um irmão ou irmã mais velha, que em geral é um adolescente.

A escola em função desta condição precisa cadastrar mais de um responsável na tentativa de diminuir os riscos da ausência do pai ou da mãe na hora da entrega no fim do dia. Segundo a monitora a escola já foi obrigada denunciar uma família ao Conselho Tutelar pelo abandono das crianças no ponto de entrega, em que pese a direção da escola ter chamado várias vezes os responsáveis para fazer os devidos aconselhamentos. Depois da denúncia a criança foi retirada da escola pelos pais.

O transporte escolar segue uma normatização da Secretaria Municipal de Educação de transportar apenas as crianças da escola. Os pais e responsáveis não têm direito ao transporte escolar, mesmo quando há atividades que exigem sua participação. Para as coordenadoras, no início do programa Caminho da Escola, os pais e responsáveis tinham acesso ao ônibus e isto era essencial para maior participação dos mesmos nas ações da escola. Segundo a diretora, essa permissividade da presença dos pais no ônibus facilitava e melhorava o diálogo e comunicação entre escola e comunidade.

Com a vedação completa do transporte escolar aos pais, a escola perdeu muito com participação dos mesmos nos coletivos democráticos e essa política de governo comprometeu a autonomia da unidade escolar. Para uma das coordenadoras, mesmo com a falta de transporte escolar, alguns pais ainda participaram da elaboração do projeto político pedagógico da escola, os quais vêm de longas distâncias utilizando a bicicleta como transporte.

Essa impossibilidade do uso do transporte escolar por parte dos pais dos alunos reflete uma dicotomia institucional a ser debatida e superada, ou seja, por um lado os preceitos da Educação do Campo ratificam a necessária participação de todos os sujeitos educacionais nos processos pedagógicos e de gestão escolar, aí incluso os pais dos alunos; por outro lado têm-se as determinações legais que restringem o uso do transporte escolar exclusivamente para a condução dos alunos. Neste caso, os gestores não devem se apequenar e se esconder nas amarras burocráticas, no labirinto das formalidades e normas procedimentais, pois se assim não o fizer a escola não servirá ao cidadão, mas sim tão somente a interesses menores da ensinagem burocrática, submetendo-se ao estado de coisas vigente.

É de se ressaltar que essa vivência no ônibus aconteceu logo após um longo feriado. Perguntada à monitora se esse fato comprometia o número de crianças na lotação e nas aulas, a mesma disse que não, mas constatamos um número menor de crianças e que isto se agravou com a ausência de duas professoras da escola, sendo uma da educação infantil e outra do fundamental, dificultando o aviso às famílias sobre este problema. Esse fato causa grande efeito emocional nas crianças, principalmente naquelas que vão com irmãos e irmãs e são obrigadas a ficar em casa pela ausência do professor na escola, esta não possui no seu quadro o professor suplente que substitua o ausente, mesmo sendo uma escola de tempo integral.

Ressaltamos que a direção e coordenação da escola busca contornar esse tipo de problema e outros com os aplicativos usados pelas redes sociais, criando grupos (*whatsapp*), exclusivo para famílias terem acesso às notícias da escola. Segundo os técnicos e a monitora do ônibus, esse recurso de comunicação foi uma dos gestores para facilitar a comunicação, pois uma criança às vezes tem mais de quatro responsáveis e ficava difícil dar os avisos da escola a todos individualmente, principalmente aqueles relacionados ao embarque e entrega dos discentes nos pontos.

Foi criado um grupo para avisar e dar celeridade à comunicação entre escola e família. Mesmo assim ainda há muitos problemas, pois em muitas áreas, como no assentamento Paulo Fonteles, na comunidade Sucuri, o sinal da internet é precário, principalmente depois do pórtico na entrada do Distrito de Mosqueiro, onde residem quatro alunos e que esse problema é recorrente. Quando acontece de um professor faltar, as crianças que ficam nessa turma são devolvidas depois do almoço e no momento de entrega a monitora diante do problema da falta de comunicação nessas áreas é obrigada

deixar o ônibus e seguir a pé até a casa do aluno, que em geral moram distante do ramal de entrada.

Em todos os pontos as crianças são levadas a pé ou de bicicleta pelos seus pais ou responsáveis. No distrito de Mosqueiro e especificamente para as crianças que usam o transporte escolar da rede municipal de Ensino e moram em áreas afastadas do centro, o dia começa muito mais cedo que na maioria das áreas urbanas, principalmente para aquelas que moram nos primeiros pontos de embarque do ônibus e que são os mais distantes. Afinal, caso perca o horário o ônibus não tem como voltar, uma vez que atrasaria todo o planejamento de horário para fazer o percurso.

No assentamento Paulo Fonteles, onde embarcam cinco alunos, percebeu-se que a maioria dos imóveis que ficam próximos ao ramal são todos de alvenaria, sem o reboco, mas muito bem estruturados. Constatou-se também que ao contrário do é dito no senso comum sobre os assentamentos, os mesmos se mostram organizados e produtivos, em que pese se observar que no local há sérios problemas relacionados à falta de sinal de telefonia ou internete, o que dificulta a comunicação entre escola e comunidade.

Um aspecto muito importante observado na viagem diz respeito aos cuidados do motorista na condução do ônibus que, como já dito acima, sofre com os sérios problemas da falta de pavimentação adequada e consertos dos grandes buracos que se formam ao longo da estrada e ramais. Observou-se também uma receptividade afetuosa por parte da monitora ao receber as crianças e no momento da entrada no ônibus. Esse momento de receptividade e condução dos alunos acaba se tornando um grande componente do processo educativo, o que denota uma postura inovadora desses sujeitos educacionais sob a coordenação dos gestores da escola.

FIGURAS 30, 31 E 32: IMAGENS QUE DENOTAM A REALIDADE DO DIA A DIA DOS TRABALHADORES DO ÔNIBUS ESCOLAR NAS COMUNIDADES DA ILHA



Fonte: R. Leite, 2019.

Ao chegar à escola os/as alunos/as são organizados em filas e são encaminhados para o refeitório, onde tomam o café da manhã, que para a maioria é a primeira refeição do dia. Pode-se destacar que esse fato acontece em função dos mesmos serem oriundo de famílias com baixa renda e também por saírem muito cedo de casa. O ônibus está programado para chegar às 7h30min na escola, mas acontece frequentemente do mesmo atrasar, em função dos diversos problemas já citados. Este fato acaba comprometendo o início da primeira refeição e das atividades pedagógicas. Com a falta dos dois professores no dia da nossa vivência e a impossibilidade do aviso às famílias, as crianças foram encaminhadas para biblioteca e para sala de leitura, logo após a primeira refeição.

FIGURAS 33, 34 E 35: IMAGENS QUE DENOTAM A REALIDADE DO DIA A DIA DOS TRABALHADORES DO ÔNIBUS ESCOLAR NA CHEGADA À ESCOLA



Fonte: R. Leite, 2019.

4.2.3 A questão das verbas para a manutenção da escola

Sem sombra de dúvidas, a questão do financiamento ou do repasse de verbas da prefeitura para a manutenção da escola, configura-se como um dos aspectos indelévels para a sua permanência no tempo de maneira duradoura ou sustentável. Por outro lado, essa realidade vivenciada localmente, a qual se materializa no repasse do mínimo necessário para a manutenção desta unidade pedagógica municipal, constitui-se como aspecto emblemático para que se possa observar de maneira clara a categoria analítica inovação. Na entrevista com a atual diretora, pode-se depreender que a gestão inova a todo instante para garantir a organização de sua infraestrutura, dar conta dos seus eventos e apoiar os professores em suas atividades pedagógicas com qualidade possível.

A entrevista foi bastante produtiva, pois a diretora revelou minúcias sobre o total dessa verba, sua origem e o modo como fazem para o seu uso dentro do marco legal.

Hoje nós estamos recebendo R\$ 2.870,00 (dois mil e oitocentos e setenta reais) pela per capita de aluno. Esse valor é trimestral, então a gente tem que gerenciar esse valor com tudo que a gente tem feito. Esse valor cai numa conta que eu tenho da própria prefeitura, que eu movimento por meio de um cartão corporativo do governo em uma conta correte no Banco do Brasil.

Uma escola de tempo integral apresenta uma característica muito peculiar. Atende a uma quantidade menor de crianças, mas apresenta um custo maior de financiamento. De fato, para que ela seja realmente integral (COELHO; PORTILHO, 2009) necessitaria de fornecer pelo menos 4 (quatro) refeições diárias, maior cuidado com a higiene pessoal dos alunos, ter seus professores em regime de dedicação exclusiva, um espaço predial com maior infraestrutura, uso dos múltiplos equipamentos sociais por parte das crianças, etc., tudo isso é muito mais necessitaria, por parte da prefeitura, um estudo contábil mais apropriado que certamente mostraria que o valor de R\$ 2.870,00 não é suficiente para suprir as necessidade da escola Madalena Travassos.

Com esse dinheiro a gente compra material de limpeza, tem uma cota de R\$ 850,00 (oitocentos e oitenta reais) pra gente gastar com material de limpeza, tem os itens que a gente pode comprar, tem toda uma normativa. Tem uma cartilha que nos orienta sobre o que pode comprar e o que não pode comprar. Nessa cartilha vem dizendo o que é bem de consumo, o que não é, e aí tem alguns itens que entram como manutenção, como acontece quando quebra uma torneira. Mas, a gente não pode comprar nada que não esteja dentro dessa normativa, então tudo que a gente comprar tem que dar uma olhadinha no regulamento, na portaria.

Engessados pela burocracia estatal municipal, a gestão da escola não se esconde atrás dessas estruturas reguladoras da maquina governamental. Eles cumprem os prazos, organizam suas despesas dentro do estipulado, enfim, cumprem as ordens estabelecidas administrativamente pela Secretaria Municipal de Educação. Isso tudo é garantido pelos gestores, afinal esse é o único recurso que eles têm para gerir o funcionamento deste estabelecimento de ensino.

A gente tem prazo para sacar e para gastar esse dinheiro. De dez a quinze dias para sacar, mas é o pessoal da secretaria, por meio de portaria, que marca o período para sacar. Na verdade são noventa dias a partir do momento que eles emitem a portaria, as em muitos casos vem uma portaria que já tem dez dias, que já saiu e só depois chega pra

gente, é uma portaria que sai o recurso pra usar em três meses. O primeiro recurso sai em março de cada ano, e assim por diante até completar o ano todo.

Uma situação interessante percebida foi que a prefeitura de Belém não estaria repassando dinheiro de outros fundos porque a escola não possui o seu Conselho legalmente instituído. Mas a questão é por que a prefeitura não age de maneira a resolver essa pendencia? Os gestores educacionais municipais não repassam certas verbas porque a escola não tem conselho, e a escola não tem conselho porque não tem dinheiro para reunir os pais para reunião. No final das contas os prejudicados são as crianças, gestores e professores que, no chão da escola, sofrem as precariedades dessa situação.

A única fonte de receita da escola é esse repasse da prefeitura. Mas se nós tivéssemos com nosso conselho ativo, então poderíamos conseguir recurso do PDDE interativo, mas isso é só para quem tem conselho ativo na escola. Nós não conseguimos ainda porque a nossa demanda é muito rotativa, os pais que aceitam participar do conselho, normalmente eles não querem participar do conselho, muitos se afastam porque é muito trabalhoso, é muita responsabilidade.

Com o suprimento de fundo que recebemos a gente não pode comprar nada permanente para escola, por exemplo, uma impressora, uma caixa de som, nada. Nós temos uma cota em serviço, dentro do valor, temos R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais) pra manter material de limpeza, agora pra serviço nós temos mais ou menos R\$ 400,00 (quatrocentos reais), a gente vai ter que se virar se tiver inúmeros serviços, mas a gente vai ter que gastar só quatrocentos reais que é o nosso caso.

É preocupante saber que quase todo o dinheiro repassado pela prefeitura é gasto com gás de cozinha e limpeza do prédio. Isso se torna mais difícil ainda se levarmos em consideração a ilha Mosqueiro, um local onde os preços quase sempre são majorados com a justificativa de que o transporte encarece os produtos que lá são consumidos.

Quase a metade do total do dinheiro repassado pela prefeitura nós gastamos na compra do gás de cozinha, porque são quatro refeições e nós trabalhamos com merenda o dia inteiro. O gás aqui em Mosqueiro está R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais). Agora nesse último que pagamos R\$ 78,00 (setenta e oito) numa promoção. Na verdade o gás e o material de limpeza consomem quase 80% da verba que a prefeitura repassa, o que sobra a gente tem que se virar pra ajeitar uma pintura, uma reforma, um portão que a gente está precisando agora e lâmpadas. Olhe a gente compra muita lâmpada, porque queima muito, a rede aqui puxa muita energia. Já chamei o pessoal da SEMEC para vir aqui com os engenheiros

deram uma vitória, ficaram de voltar para ver, mas não encontraram nada de errado, tudo novo, os padrões são novos, a fiação. A gente compra vinte e queimam quase todas, todas às vezes, já trocamos para as lâmpadas mais resistentes e seguras, mas precisa trocar. Não sei o que é. Eu acho que o problema é estrutural.

O que sobra de verba não é suficiente para dar respostas às demandas da instituição. Coisas simples como uma pintura, a compra de uma ferramenta, lâmpadas para reposição, um pneu furado do transporte escolar e outras coisas ficam prejudicadas. A resistência a essa precariedade é rotineira e faz parte do dia a dia dos sujeitos educacionais da escola Madalena Travassos.

A gente está juntando de um suprimento para outro, um materialzinho ali que é para dar uma repaginada no portão e no muro, não sei se vocês viram uma tinta que está ali dentro, já é do outro suprimento passado, a gente está juntando agora com um pouco mais desse que está chegando agora em junho que é para gente dar uma repaginada no muro, pequenas coisas, reparos. Mas olhe nós aqui também fazemos coisas pra escola tirando dos nossos recursos pessoais. Por exemplo, o próprio gás de cozinha eu já tirei. Uma vez acabou o suprimento e o dinheiro do suprimento seguinte não tinha chegado ainda. De onde tive que conseguir o dinheiro? Do meu bolso, porque a criança não pode ficar sem merenda. A gente tenta equilibrar isso e jogar a nota do suprimento anterior para o próximo quando dá, quando não dá, sai do bolso e aí saiu e esqueça e vai para frente.

Tem coisinhas assim, o ônibus furou o pneu, até ligar para SEMEC, até resolver esse problema, no outro dia a viagem tem de estar em atividade e isso demora muito. Aí eu mando para borracharia, R\$ 40,00 (quarenta reais), R\$ 60,00 (sessenta reais). Já fizemos um levantamento dos custos da escola, para provar que a mesma precisaria de mais verba, mandamos para lá [SEMEC] e nós não fomos contemplados por conta do número de alunos, porque isso é federal e por conta do conselho escolar não está ativo.

A escola não recebe um volume maior de verbas porque tem poucos alunos, mas tem poucos alunos porque é de tempo integral e, por conta disso, os custos são mais altos em relação às escolas com dois ou três turnos. Isso é um contrassenso, porque invariavelmente as escolas de tempo integral, de um turno só, não deveriam estar presas a essa relação per capita aluno – financiamento, afinal o número de alunos diminui, mas os custos aumentam.

É professor, mas é assim, a secretaria vê assim a escola que está com 166 (cento e setenta e seis) alunos matriculados, e esse valor de suprimentos corresponde a esse número de alunos, que do meu ponto de

vista deveria ser dobrado, afinal a escola é de tempo integral. Isso tudo a gente já buscou, já tentamos aumentar, mas a gente não conseguiu aumentar, porque eles estão amarrados, inclusive pelo próprio governo federal pela *per capita* de aluno. A desculpa é essa, mas o nosso valor em dinheiro que nós trabalhávamos hoje mudou agora, e foi a gente lutando, lutando, falando da nossa dificuldade, que nós colocamos dinheiro do nosso bolso.

A Secretaria repassou pra gente no início do ano, uma cota para gente de papel, mas já mandando o material e não o dinheiro. Ela no início do ano dá esse suporte pra gente, quando acaba a gente vai ter que comprar, a gente consegue ainda tirar desse dinheiro e comprar, mas bem pouquinho, e aí a gente gasta logo com o pedagógico, não falta porque a gente é muito organizado aqui, dá de pouco, tenta fazer poucos eventos, porque tudo isso é gasto. Também fazemos reaproveitamento, a gente guarda muito bem o material do ano anterior, pra gente usar no próximo, então é um equilíbrio muito grande, poucas despesas, muita contenção.

Fizemos já uma estimativa mensal outro dia de quanto precisaríamos em dinheiro para que a escola funcionasse legal e chegamos à conclusão de que hoje uns R\$ 3.000,00 (três mil reais) por mês daria pra gente trabalhar, pagando gás, comprando um pouco mais de material, pra manter melhor aquilo que a escola tem hoje.

Como se não bastasse a questão da relação quantidade de aluno – custo – financiamento, a escola Madalena Travassos tem esbarrado em formalidades que poderiam ser facilmente resolvidas, como por exemplo, a criação, legalização e funcionamento do conselho escolar, que ficou durante muito tempo só no papel e agora a grande questão é fazê-lo funcionar simplesmente pela alta rotatividade das crianças matriculadas (a escola vai somente até o terceiro ano) e o fato de que os pais têm dificuldades de acessar a escola.

A gente tem toda essa preocupação. A escola já tentou várias vezes, na questão de aumentar essa parte aqui, mas a questão do conselho escolar, eles tem esse argumento que a escola acaba parando porque o conselho não está ativo, que a nossa *per capita* é essa, o conselho já foi formado, mas nunca esteve ativo, porque quando eu cheguei aqui a antiga gestora tinha conseguido formar o conselho, mas não chegou formalizar, porque tinha todo um gasto com registro, era quase mil reais para registrar esse conselho. Hoje nós conseguimos que a Secretaria pague todas dívidas com a criação do conselho e a grande dificuldade são os pais quererem participar desse conselho

O ano passado a gente conseguiu no final do ano reunir um grupo de pais e aceitaram participar, só que a maioria era do terceiro ano. Acabou o ano e os pais, automaticamente, deixaram o conselho e aí eu disse não, nós temos que pegar e fazer uma seleção dos pais da educação infantil, mas não pode ser qualquer pessoa, tem que entender do que está fazendo, tem que saber prestar conta, porque normalmente o

presidente do conselho é alguém da comunidade, quem está habilitado para fazer prestação de conta, para fazer essas compras, saber gerenciar cheques [...].

No contexto da entrevista a questão do material didático também foi levantada, afinal o financiamento para as atividades escolares acabou tocando neste assunto. Lápis, caneta para os professores escreverem no quadro, papel e outros insumos educacionais, se viessem em quantidade suficiente, poderiam amenizar os impactos causados pela falta de verbas. Muito ao contrário disso, o que se viu foi que há certa precariedade também neste aspecto. O material didático e também material de consumo não satisfaz as necessidades anuais da escola, o que tem exigido dos gestores e professores um esforço maior para suprir essas carências.

Em relação ao material didático a SEMEC manda, mas não é suficiente, e aí a gente vai repondo caneta para quadro, caixa de lápis para as crianças, porque elas não têm lápis e a própria escola que fornece. Por exemplo, as nossas caixas de lápis acabaram, mas acabou junto com o final do semestre, mas segunda feira eu vou providenciar e trazer para cá. A gente já está com uma cota de material que a gente vai comprar, para abrir o semestre, receber bem todos, fazer um cartaz, fazer o acolhimento do primeiro dia.

Já foi dito acima que a inovação não é produto de um ato praxista ou de um modismo educacional, mas sim resultante de uma prática intencional, coordenada e coerente, na qual são envolvidos múltiplos sujeitos enredados no processo cotidiano da escola. A realização dos eventos escolares configura-se como indelével demonstração da capacidade criativa, inventiva, inovadora na perspectiva da resistência dos sujeitos educacionais da Escola Madalena Travassos. A rigor, esses momentos são realizações de metas traçadas e pensadas coletivamente e implementadas de maneira organizada, ainda que para isso sejam montadas estratégias que permitem situações não pensadas em seu caminho.

Exemplo neste sentido foi o Auto de Natal, um evento de culminância das atividades escolares que pretendeu fechar o ano letivo de maneira festiva, mas também dentro do planejamento pedagógica da escola.

Em relação aos nossos eventos, como exemplo o Auto do Natal, que contou muito com ajuda, com ajuda de pessoas de fora e, principalmente, com o professor Leandro, professor da escola do terceiro ano do fundamental que conseguiu o rapaz do teclado, que é um amigo dele, o amigo dele é cantor, o som é de um funcionário da escola, ele gosta muito desse negócio, e sempre ele vem nos ajudar nessa

questão do som, caixa de som, amplificador, ele sempre está auxiliando a gente sem cobrar nada, tudo de graça. A gente pensa assim é um momento especial, a gente quer oferecer para crianças um lanche diferente, aí a gente se organiza, quem vai poder dar alguma coisa, quem vai poder dar isso, quem vai poder dar aquilo, o pão, canudinhos, a secretaria de educação não permite, mas a gente nunca deixou de comprar, sempre foi do nosso próprio bolso, doação dos pais, uma conversa em reunião quem pode doar o refrigerante, quem pode doar um bolo, quem pode doar um salgado, mas tudo é feito dessa forma, sem comunicado escrito, nada, porque pode soar como forma de denúncia, tem que ter muito cuidado, tem que tomar todos cuidados possíveis para que não gere um problema maior para gente, mas tudo é feito de comum acordo também com os professores, nós não podemos gastar com isso, quem dera se nós pudéssemos manter e realizar as ideias que surgem em sala de aula para os nossos professores realizarem.

A seguir têm-se duas imagens fotográficas. Uma apresentando o espaço onde o evento foi realizado, em que se observa a qualidade das instalações prediais e a amplitude do *hall* da escola, a outra mostra o público (pais, irmãos, amigos e outros) que vem prestigiar a atividade. Como se observa, a plateia sentada de maneira ordeira e atenta é formada, em sua grande maioria, de mulheres jovens, com presença masculina rarefeita no local.

FIGURA 36: PÁTIO INTERNO DA ESCOLA MARIA MADALENA TRAVASSOS ONDE O AUTO DO NATAL FOI REALIZADO.



Fonte: R. LEITE, 2018.

FIGURA 37: IMAGEM DO PÚBLICO (PAIS E RESPONSÁVEIS) ESPECTADORES DAS PERFORMANCES DAS CRIANÇAS NO ALTO DE NATAL EM DEZEMBRO DE 2018.



Fonte: R. LEITE, 2018.

Os gestores além de construírem estratégias para garantir as metas estabelecidas em seus planejamentos anuais, também são sensíveis aos valores sociais que determinam a conduta comunitária das famílias dos alunos, principalmente por conta das doutrinas religiosas. De fato, as igrejas evangélicas estão muito presentes no local e por isso grande parte dos eventos que são tidos como nefastos a família foram ressignificados pela direção para que ocorram sem grandes problemas. O folclore, as festinhas de carnaval, o dia das bruxas e outros são momentos colocados como parte da cultura e da história local e é neste sentido que os pais são informados e conscientizados sobre esses momentos.

A gente tem que ter muito cuidado com a questão religiosa, porque eles estão muito presos à questão religiosa. Eles dizem: eu não posso deixar meu filho ir para a festa junina, para dança da turma dele, porque ele é católico, ou ele é evangélico, aliás, os nossos alunos são muitos evangélicos, a maioria mesmo, por isso a gente passou a falar mais do lado cultural, porque esse é o nosso papel. Aí a gente fala de cultura e não de religião.

Quando a gente vai falar para eles que tem todo um projeto pedagógico e que não podemos abrir mão, os pais já vão tendo uma outra visão, aceitando mais o que a gente quer trabalhar nas brincadeiras, nas danças que vão acontecer, a homenagem ao carimbo, ao Boi Pavulage, o Boi de Bragança, a marujada de Bragança. Tem toda uma conversa e os pais vão tendo uma outra posição, participam mais e aí vamos ganhando a confiança deles e eles participam mais. Com essa visão da questão cultural a gente consegue que eles tenham essa mudança mesmo, mudança dessa visão deles, que eles estavam muito presos a festa junina que tá ligado a uma visão meio preconceituosa.

Aí a festa junina não é festa junina, na verdade é um mês onde nós comemoramos a cultura, mas a gente precisa focar não que a cultura não faça parte do pedagógico, incentivar a cultura faz parte do pedagógico e a gente acha que não tem problema agindo assim. Aí a gente não faz concurso de miss pra conseguir dinheiro, nem vendas de comida, mas a gente vê que eles gostam muito de vir para escola, eles gostavam de ajudar a escola, mas infelizmente nós ficamos impedidos de conseguir algum dinheiro dos pais pra ajudar na escola.

Essas atividades de base religiosa, que chamadas de culturais na escola, evidentemente também necessitam de financiamento. Aí mais uma vez a reorganização das finanças escolares sofrem as ações criativas e inventivas dos gestores.

Temos o nosso festival de folclórico, o carnaval, o bloquinho de carnaval, o dia da família, que têm um custo, mas a gente dá um jeito, usa muito material do ano anterior, renova muitas coisas. Nós vamos juntando todos os meses recursos para comprar os materiais. É uma sobrinha daqui, outra dali, de uma compra, a gente vai guardando. Mas

a prestação de conta é feita tudo certinho. Só pra se ter uma ideia nós vamos ter até o final do ano, seis eventos, três no primeiro semestre e mais três no segundo. Por exemplo, agora em junho tem uma moça, uma funcionária nossa na verdade, Simone, que o filho dela dança em quadrilha e ela ofereceu para gente a quadrilha do filho dela pra vir dançar aqui na escola. Ficamos de conversar pra ver como vai ficar, porque tem uma questão do transporte.

A escola precisa mostrar para os pais, para a comunidade que ela tem os seus eventos, que a escola também tem outras atividades que fazem parte da escola, outros momentos que não é só aqui em sala de aula, só que a gente tem um número bem pequeno de pais nesses eventos, a gente faz todo um trabalho de reunião, de chamado, porque é assim, a gente tem o ônibus, a gente até vai buscar o aluno nesse dia do evento, mas a gente não pode trazer os pais, porque está dentro do regulamento, a gente tenta seguir para que não haja nenhum problema para escola, e aí a gente traz os alunos e aguarda os pais aqui. Normalmente eles não vêm, mandam os filhos e não vêm por causa da distância. Vocês viram, vocês acompanharam o ônibus que foi buscar as acrianças. A questão financeira é muito forte, até para chegar aqui eles vão gastar duas vans, duas para vir e duas para voltar. R\$ 3,80 por passagem nas vans pesa muito pra eles.

Um dos aspectos que fazem parte dos princípios pedagógicos das escolas de tempo integral é o uso dos equipamentos sociais a partir da perspectiva das cidades educadoras (MOLL, 2012). Evidentemente que essa realidade precisa fazer parte de um planejamento escolar no qual se sabe claramente qual a sua função no percurso formativo dos alunos. O corre que tais equipamentos sociais (museus, parques, bibliotecas públicas, cinemas, teatros, etc.) são inexistentes na ilha Mosqueiro. Para que este aspecto seja contemplado, os alunos precisam ir até à área urbana de Belém onde essa realidade se apresenta. É neste momento que o fazer inovador dos gestores aparece de maneira contundente para resolver questões relativas ao transporte, alimentação, tempo da atividade, organização das acrianças e tantas outras questões.

Nós também levamos os alunos pra fazer atividades fora da escola. Até teve agora no último dia dezessete de maio, nós conseguimos levar para o teatro, no teatro da Paz. Aí tem que calcular o número X de lanche, de água, organizar, separar tudo. O que eles iam consumir na escola eles consumiram na viagem. Conseguimos criar um kit de suco com biscoito e fizemos a viagem logo após almoço, mas sempre têm imprevistos. Nesse dia precisamos improvisar, porque eles ficaram com fome duas vezes, aí tivemos que fazer uma coleta com os professores e comprar um novo lanche. Paramos no supermercado grande na BR, compramos vários biscoitos e vários refrigerantes, copos descartáveis e todos lancharam novamente e prosseguimos viagem pra a escola, chegando aqui umas 7h30min e depois de tudo isso fomos fazer a entrega dos alunos.

A SEMEC cobra muito essa questão de sair com o ônibus, porque a gasolina torna muito dispendioso, eles dizem que é um gasto muito grande com combustível para manter esse ônibus e a gente tenta fazer tudo por aqui mesmo. Aí muitas vezes fazemos uma programação na beira da praia com as crianças, porque para sair com o ônibus é muito dispendioso realmente, depende da autorização dos pais, depende do dia e da autorização da Secretaria e às vezes nada disso funciona e a gente acaba nem fazendo a atividade fora da escola.

A escola depende muito desse ônibus e também muitas vezes precisamos de outro ônibus de outra escola para nos dar suporte, aí tem que pedir autorização lá do setor de transporte pra eles mandarem outro ônibus para fazer a rota e ao mesmo tempo fazer a rota para outra escola.

Todavia, o que se observou foi que atualmente essas atividades fora das salas de aula, de visitação dos equipamentos sociais, são muito raras. Na maioria das vezes os alunos ficam dentro da escola mesma ou no seu entorno, nas áreas de praia. Novamente esse aspecto formativo dos alunos é impactado pelo financiamento, ou mais precisamente pela insuficiência das verbas destinadas a esta unidade pedagógica da SEMEC.

O nosso público tem uma renda muito baixa, é baixa renda mesmo, então temos que pensar mesmo em fazer a programação dentro da escola, pensando mais no pedagógico mesmo do que em qualquer outra coisa, que é o certo. A gente não tem arrecadação pra fazer evento, por isso a gente trabalha só pelo pedagógico, pela alegria das crianças, porque essas atividades deixam elas muito felizes.

Pelo que informou a Diretora não é permitido nenhum tipo de venda para aquisição de renda monetária à escola, em que pese já ter havido momentos em que os professores e gestores tentaram implementar a venda de comida e bebida para aquisição de fundos, mas apesar de terem conseguido algum dinheiro, ao final não houve um fim muito satisfatório.

No ano 2015, não estou muito bem lembrada, fizemos uma prestação de conta com todos os funcionários, porque saiu dinheiro teu, dela, dele, meu, para comprar material para fazer vatapá, tacacá, fazer tudo, ou seja, trabalhamos um número X de doações, então quando tu trabalha com um dinheiro que não é teu, existe isso que essas desconfianças, então eu lembro que nessa época não estou lembrado o valor exato, se eu não estou enganada foi R\$ 1.590,00 que arrecadamos nessa festa. Foi um festão porque foi para arrecadar dinheiro mesmo pra nossa escola comprar uma impressora. Depois prestamos conta de tudo, pagamos e

que devíamos e compramos nossa impressora. Nós em 2017 fizemos a mesma coisa pra comprar uma televisão melhor pra biblioteca, e nós conseguimos também.

Mas em 2018 SEMEC chegou e disse: nós recebemos uma denúncia assim, assim que vocês vão fazer uma festa assim, já tinha vendido bingo, a gente já tinha feito várias coisas e aí tivemos que cancelar tudo, aí reunimos os pais, falamos, depois a gente descobriu quem foi o pai que foi lá na SEMEC fazer a denúncia. Aí o que foi que nós fizemos, conversamos com eles, a gente vai precisar devolver porque a gente tinha número de turma, quem doou, quem doou o que, a gente não gastou a gente devolveu, o que a gente gastou a gente fez um lanche e deu para as crianças, os brindes a gente devolveu para os fornecedores, explicou o porquê a gente devolveu todinho, e não houve nada mais, desde desse momento a gente faz só um encontro de brincadeiras junina, quebra pote, o fura balão, pau de sebo, fizemos um resgate das brincadeiras que se brincava antigamente, foi muito bom, teve inclusive dança, mas não entrou mais nessas atividade a venda de comida e bebida que nos ajudava muito a conseguir as coisas pra cá e os alunos e os pais, todo mundo gostava muito.

Esse ano de 2019 também não vai ter nada de venda. Esse ano a gente está contando com a doação dos pais, para fazer um grande mesão de lanche de mingau, bolo e a escola também ajuda. No final escrevemos na nossa ocorrência, no nosso relatório de maneira bem informal e passamos também a frequência dos pais no dia da reunião. Aí cada turma faz a sua doação, quem vai dar isso, quem vai dar aquilo, tem tudo, a gente prefere não amarrar nada. Tudo é muito bem explicadinho para eles o que vamos fazer

Como se observa, fazer a escola Madalena Travassos funcionar é acima de tudo um ato de coragem de seus sujeitos educacionais. Isso ficou patente nas vivências e experiências realizadas cotidianamente. E mais do que isso, o fazer escolar nessa unidade pedagógica deve ser percebida como uma posição de resistência às precariedades infligidas pelo poder municipal local que acaba por promover uma educação minimalista aos filhos dos trabalhadores. Em que pese a lógica conservadora e elitista da prefeitura, gestores e professores subvertem essa ordem problemática e repleta de incertezas, organizam-se intencionalmente, coordenam e envolvem vários outros sujeitos no processo cotidiano da escola fazendo-a funcionar dia após dia, inclusive com reflexões continuadas para a construção de novas possibilidades e resolução dos problemas que aparecem diariamente.

Os gestores disputam, lutam e conquistam benefícios em um campo de forças que tendem sempre ver os problemas locais como uma coisa normal, banalizando as demandas escolares como se fossem próprias do lugar, mas que refletem problemas estruturais e complexos da escola e da própria sociedade onde os sujeitos educacionais

estão inseridos, realidade esta e que o poder público tem por obrigação (ou força de lei) que garantir esse que é um direito inalienável dos cidadãos brasileiros, que o direito a educação expresse claramente no Artigo 205 da Constituição Brasileira que estabelece: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 2015, p. 160).

CONCLUSÃO

Conceitualmente, o debate sobre inovação liga-se ao modo de produção e consumo da sociedade capitalista em suas diferentes fases. De fato, inovar seria como que um sinônimo de criatividade para incrementar a produção e a produtividade do sistema a partir de novas tecnologias ou novos insumos capazes de revolucionar o que está estabelecido como padrão na economia. No modo de produção capitalista a inovação é a condição indispensável para a sobrevivência das empresas no contexto concorrencial entre os capitais. Pode-se mesmo afirmar que o produtivismo é impulsionador de inovações.

No campo educacional, em que pese as tensões infligidas pelo viés hegemônico produtivista da sociedade capitalista, é possível compreender este conceito a partir de uma perspectiva diferente, ou seja, como um componente de mudança da ordem estabelecida, necessário e mesmo indispensável ao desenvolvimento escolar, uma vez que a inovação busca a quebra da rotina burocrática, bem como contribui para a edificação de pontes necessárias à transformação positiva de problemas estruturais e complexos na escola e na sociedade onde os sujeitos educacionais estão inseridos.

Como exposto acima, a inovação no âmbito escolar precisa ser compreendida como uma prática subversiva em relação à ordem estabelecida, por isso não é produto de um ato praxista ou de um modismo educacional. Ela resulta de uma prática intencional, envolvendo múltiplos sujeitos enredados no processo cotidiano da escola e, por isso, não emerge da mente brilhante de poucos e sim de processos coletivos de participação, com a perspectiva de que o que está em jogo, em disputa é o enfrentar de problemas estruturais e complexos na escola e na sociedade onde os sujeitos educacionais estão inseridos, contribuindo e criando pontes para as mudanças estruturais necessárias à formação de sujeitos educacionais autônomos.

Todavia, essa inovação somente floresce em ambientes horizontais de relação institucionais, isto é, em organizações escolares abertas, suscetíveis ao diálogo e efetiva participação coletiva. Por isso a inovação também se caracteriza por ser uma resistência às formas conjunturais de poder e dominação vigentes nos atuais estabelecimentos de ensino, os quais estão fortemente marcados por uma conjuntura elitista, burocrática, gerencialista e voltada quase exclusivamente a resultados expressos na certificação em massa de seu público alvo.

A Escola Municipal Madalena Travassos, localizada no bairro Paraíso, em Mosqueiro, Belém, Pará, constitui-se em um estabelecimento de ensino onde é possível observar processos inovadores escolares, em que pese haver atualmente uma conjuntura administrativa municipal conservadora. Nesta escola observaram-se realidades inovadoras pontuais, tais como o seu processo de vivificação, as formas alternativas de resolução de problemas relativos ao transporte escolar, merenda e financiamento, tudo podendo ser tomado e analisado como uma contribuição empírica na compreensão do conceito de Inovação no âmbito da gestão escolar.

Em relação ao caso tomado como amostra, reconhece-se que a Escola em sua estrutura legal apresenta totais condições de implementação de uma gestão e uma escolarização inovadora. Todavia, sua conjuntura administrativa municipal acaba tornando este estabelecimento de ensino um espaço de reprodução da ordem social e econômica de um capitalismo periférico e individualista, que aprofunda as desigualdades sociais e limita o desenvolvimento social local.

De fato, a escola em foco apresenta aspectos importantes que podem ser caracterizados como inovação, mas também evidencia elementos da sua realidade conjuntural que não podem ser tomados como inovadores. Talvez a maior prova disso seja o encastelamento da escola, a pouca participação dos sujeitos sociais nos processos de gestão escolar. De fato, pode-se observar um arrefecimento da proximidade da escola com as organizações e movimentos sociais locais, o que outrora caracterizou a escola quando do seu processo de vivificação. Se no passado a escola estabelecia uma íntima relação com famílias assentadas e ligadas ao Movimento Sem Terra (MST) e outras organizações de caráter comunitário, nos dias atuais há uma clara cisão, uma descontinuidade com o legado social participativo que caracterizou o processo de vivificação da escola.

Apesar de se observar que há inovação da gestão em outros aspectos do fazer educacional escolar, pode-se dizer que esse afastamento da escola Madalena Travassos em relação aos movimentos sociais locais impacta indelevelmente em todo o seu processo educacional, quer esteja este ligado à gestão quer esteja relacionado aos aspectos pedagógicos. E mais do que isso, esse afastamento institucional em relação aos movimentos sociais fragiliza a luta e conquista de benefícios legalmente adquiridos por parte dos filhos e filhas dos trabalhadores na ilha Mosqueiro.

Mas a inovação na perspectiva que se está colocando aqui se revela em outros aspectos da vida escolar, inclusive enquanto resistência à precarização infligida pelo

poder público municipal, que negligencia as demandas escolares, despense muito tempo para ajudar os sujeitos educacionais na resolução de suas demandas, escudando-se em um discurso burocrático-administrativo que só tem emperrado as melhorias dos processos de ensino-aprendizagem das crianças atendidas pela Escola Madalena Travassos, uma escola em regime de tempo integral, do campo e pautada na integralidade educativa.

Todavia, não existe inovação com risco zero. Por isso dois aspectos são essenciais para os sujeitos promotores de uma educação escolar inovadora, a saber: uma boa análise de conjuntura e a coragem para fazer o enfrentamento necessário em relação àqueles que certamente não aceitarão as mudanças, afinal, todo processo de inovação traz consigo conflitualidades, reações contrárias e movimentos de retorno ao *status quo* vigente, ou seja, o retorno a uma certa realidade considerada como normal e necessária pelos mantenedores da ordem estabelecida.

Não se pode negar, o voluntarismo e o assistencialismo estão muito presentes no atual fazer educacional da Escola Madalena Travassos. Isso reflete muito claramente a conjuntura política do grupo no poder da Prefeitura Municipal de Belém, fortemente marcado por uma postura neoliberal e elitista de educação. Todavia, há claramente nessa realidade um componente inovador que precisa ser reconhecido, inclusive na perspectiva da resistência. Só o fato dos gestores e professores se empenharem cotidianamente para garantir o acesso e a permanência dos filhos e filhas dos trabalhadores da ilha Mosqueiro em tempo integral, lhes credencia como inovadores e resistentes à precarização da educação básica nos espaços insulares belenenses.

Ressalte-se finalmente que as condições indispensáveis para uma efetiva educação escolar inovadora (com base nos parâmetros propostos nesta dissertação), dentre outras coisas, pressupõe a existência de gestores e professores motivados, concursados, com dedicação exclusiva na escola, tempo livre para planejar, com embasamento formativo consistente, liberdade de se expressar autonomamente sem medo, mesmo que haja reação contrária da administração da escola, do poder municipal ou mesmo da sociedade na qual os sujeitos educacionais estão inseridos.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. 3 ed. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980;
- ARROYO, Miguel. O direito a tempos-espacos de um justo e digno viver. In: MOLL, Jaqueline et al. **Caminhos da Educação Integral no Brasil**: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 33-45.
- BATTESTIN Cláudia; NOGARO, Arnaldo. **Sentidos e Contornos da Inovação na Educação**. *Holos*,2, 357-372. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.15628/holos.2016>>. Acesso em: 09 out. 2018.
- BELÉM (Governo). **Secretaria Municipal de Educação (SEMEC)**: Escolas. Disponível em: <http://acomsemec1.blogspot.com.br/search?q=legisla%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 10 ago. 2015.
- _____. Decreto nº 68.679, de 21 de dezembro de 2011. Dispõe sobre a criação de Escola Municipal e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de Belém**. Belém, PA, 21 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.cinbesa.com.br/diario/arquivos/dom-04-01-2012.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2016.
- _____. **Projeto Educacional**. Secretaria Municipal de Educação, Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira. Belém: 1994.
- _____. SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE. **Parque Municipal da Ilha do Mosqueiro**. Disponível em www.belem.pa.gov.br/semma/proj_mosqueiro.htm. Acesso em 6 jan. 2018.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BOGO, Ademar. Mística. In: CALDART, Roseli Salette. et al. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola politécnica de saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 477).
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). Revisada em 16 de abril de 2015. Senado Federal. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/legislacao/const/>>. Acesso em: 1 maio 2015.
- BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017, 58p. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf. Acesso em: 10 out. 2018.
- BRASIL. **Lei Federal nº 11.346/2006**, Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm>. Acesso em: 26 Abr. 2018.
- CÂMARA, Rafael Sette. **Ilha do Mosqueiro, Pará**: praias pertinho de Belém, 2016. Disponível em: <<https://www.360meridianos.com/dica/ilha-do-mosqueiro-para>> Acesso em: 16 dez. 2018.
- CARDOSO, Ana Paula P.O. Educação e inovação. **Millenium**, nº 6, março de 2007. Disponível em: http://www.ipv.pt/millenium/Millenium_6.htm. Acessado em: 10 out. 2019

- CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v. 4, n. 15, p. 679-684, out/dez. 2006.
- CAVALIERE, Ana Maria Villela. Educação Integral: uma nova identidade para a escola brasileira? **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 23, n. 81, p. 247-270, dez. 2002. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 17 ago. 2018.
- _____. Anísio Teixeira e a educação integral. **Paidéia**, vol. 20, n. 46, maio-agosto, p. 249-259, 2010. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305423778012>. Acesso em: 17 ago. 2018.
- COELHO, L. M. C. C.; PORTILHO, D. B. **Educação integral, tempo integral e políticas públicas**: reflexões sobre concepções e práticas. In: COELHO, Lígia Martha Coimbra da Costa (Org.). Educação integral em tempo integral: estudos e experiências em processo. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2009. p. 89-99.
- COELHO, Ligia Martha Coimbra da Costa. **História(s) da educação integral**. Brasília, v. 22, n. 80, p. 83-96, abr. 2009.
- CROTI, Adriana; BULLA, Elisangela Aparecida; RUIZ, Adriano Rodrigues. **Gestão Escolar**: reflexões e importância. UNOESTE: Universidade do Oeste Paulista. 2014. Disponível em: <<http://www.unoeste.br/site/enepe/2014/suplementos/area/Huma.pdf>> Acesso em: 03 out. 2018.
- CUNHA, Maria Couto. **Gestão educacional nos municípios**: entraves e perspectivas. EDUFBA, 2009. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/bxgqr/pdf/cunha-9788523209025.pdf>>. Acesso em: 1 jan. 2018.
- DICIONÁRIO online de língua portuguesa. Disponível em: www.dicio.com.br. Acesso em 9 Jul. 2019.
- FAVARIN, Edenise do Amaral. Gestão educacional inovadora: o professor na cultura digital. **Regae: Revista de Gestão e Avaliação Educacional**. Santa Maria, v. 4, n. 8, p. 59-78, jul./dez. 2015. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/4718092020202>> Acesso em 10 out. 2018.
- FEIO, Aldemyr. Escola Bosque, 16 anos depois. In: **Jornal do Feio**. Disponível em: <http://aldemyrfeio.blogspot.com.br/2012/04/escola-bosque-16-anos-depois.html>. Acesso em: 23 out. 2017.
- FERNANDES, Natalia Ap. Morato. O conceito de resistência em Benjamin e Adorno. **Estudos de sociologia**. v. 6 nº 10. 2001 disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/186> acesso em 03 de agosto de 2018.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo, Paz e Terra, 2004.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação Omnilateral. In: CALDART, Roseli Salete (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 267-274.
- GENTILINI, João Augusto. **Planejamento e gestão educacional nos municípios**: desafios para a autonomia. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 3, 2010. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/2684>. Acesso em: 1 jan. 2018.
- GIROUX, Henry A. **Teoria Crítica e Resistência em Educação**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- GOOGLE MAPS. Localização do mapa de mosqueiro. Disponível em: <https://www.google.com/maps/@-1.0834525,-48.3779596,14z>. Acesso em: 08 maio 2019.

- GOVERNO MUNICIPAL. **Projeto Político-Pedagógico:** Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental (EMEIEF). Mosqueiro-Belém-Pa: EMEIEF, 2018.
- GRAMSCI, Antônio. **Caderno do cárcere**, edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição; Luiz Henrique e Marcos Aurelio Nogueira.- 3ª ed.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.
- HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986
- JAEGER, Werner. **Paidéia a formação do homem grego**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. (Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio). 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 23-40, mar. 2014.
- LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.
- _____. **Escola de tempo integral em questão: lugar de acolhimento social ou de ensino-aprendizagem?**. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/5146/material/Valida%20ESCOLA%20DE%20TEMPO%20INTEGRAL%2023.8.docx>. Acesso em: 18 mar. 2018
- LORDÊLO, José Albertino Carvalho; DAZZANI, Maria Virgínia. **Avaliação educacional: desatando e reatando nós**. EDUFBA, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/5627/1/Avaliacao_educacional.pdf>. Acesso em: 1º jan. 2018.
- LORENZ, Federico. Resistências. **Margens** - Revista Interdisciplinar Dossiê: Literatura e Resistência Versão Digital – ISSN: 1982-5374 VOL.9. N. 13. Dez 2015. (p. 11-15). Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/2669/2803> acesso em 20 de Julho de 2019.
- LÖWY, Michael. **O que é ecossocialismo?** 2ª ed., São Paulo: Cortez, 2014 (Coleção questões da nossa época, v. 54).
- _____. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento**, São Paulo: Editora Cortez, 1999.
- MACIEL, Cosme Leonardo Almeida. Educação Integral: limites e possibilidades sob a hegemonia do capital. **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 10, n. 20, julho/dezembro de 2015. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:ToPCJRmmleIJ:https://revistas.ufjf.br/index.php/rce/article/download/2220/2293+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 17 ago. 2018.
- MARX, Karl. Posfácio da 2ª Edição. In:_____. **O Capital: crítica da economia política: o processo de produção do capital**. (Tradução: Rubens Enderle), 2ª ed., São Paulo: Boitempo, 2013. (Livro 1, Volume I), p. 118-130.
- _____. **Contribuição à crítica da economia política**. (tradução e introdução de Florestan Fernandes). 2ª ed., São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MEIRA FILHO, Antônio. **Mosqueiro: ilhas e vilas**. Belém: Grafisa, 1978. Disponível em <<https://ihgb.org.br/pesquisa/biblioteca/item/7232-mosqueiro-ilhas-e-vilas-html>>. Acesso em: 12 set. 2018.

- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11ª ed., São Paulo: Hucitec, 2008.
- MOLL, Jaqueline et al. **Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 33-45.
- MOSQUEIRO Pará Brasil. Disponível em: <<http://mosqueirosustentavel.blogspot.com/>>. Acesso em: 17 dez. 2018.
- NOGARO, Arnaldo; BATTESTIN, Cláudia. Sentido e contornos da inovação na educação. **Holos**, Natal, v. 2, p. 357-372, abr. 2016. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/3097>>. Acesso em: 10 fev. 2017.
- NUNES, Cely do socorro costa; MONTEIRO, Albêne Lis. **A Formação de Professores e a Escola Frente ao Quadro de Inovação e Mudança Educacional: desafios para o trabalho docente**. Revista Cocar. V. 1, n. 2, p. 63-74, jun./dez. 2007. Disponível em: <<https://páginas.uepa.br/seer/index.php/cocar/index>>. Acesso em: 02 jan. 2019.
- OLIVEIRA, José C. **Prédios antigos viram ruínas em mosqueiro**. Disponível em: <<http://chalesdemosqueiro.blogspot.com>>. Acesso em: 19 nov. 2018.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever. In: **Revista de Antropologia**, São Paulo, Volume 39, n. 1, p. 13-35, 1996.
- ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 11ª ed. Campinas, São Paulo: Pontes Editores. 2013.
- ORTIZ, Renato. **Cultura e Modernidade: a França no século XIX**. São Paulo. Editora Brasiliense, 1991.
- PARO, Vitor. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 763-778, set./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v36n3/v36n3a08.pdf>>. Acesso em: 2 set. 2018.
- PIRES, Álvaro. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In: POUPART, J. (et.al.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 2ª Ed., Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2010, p. 154-211 (Coleção Sociologia).
- RIBEIRO, Willame de Oliveira. **Ordem e desordem do território turístico: a chegada do estranho e os conflitos de territorialidades na orla oeste de mosqueiro, Belém/PA**. 138f, 2007. Dissertação de Mestrado. (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia/IFCH/UFGA, 2007.
- ROSA, Maria Virgínia de F. P. do Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida G. C. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para a validação dos resultados**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006.
- SAVIANI, Demerval. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, n. 24, p. 7-16, junho 2008.
- _____. A filosofia da educação e o problema da Inovação em educação. In: GARCIA, Walter E. (Org.). **Inovação educacional no Brasil: problemas e perspectivas**. São Paulo: Cortes, 1980;
- SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do desenvolvimento econômico: Uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Coleção Os Economistas).
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- SILVA, José Bittencourt da SILVA; Maria Cecília de Paula; OLIVEIRA, Ney Cristina Monteiro. Aspectos históricos e institucionais do processo de criação de escola pública de tempo integral no distrito de Mosqueiro: um estudo de caso na escola professora

- Maria Madalena Travassos. In: **Revista Cocar** (ONLINE), v. 11, n. 22, p. 303-326, 2018.
- SILVA, José Bittencourt da; SANTOS, Jenijunio dos; SOUZA, Nazaré Serrat Diniz de. Escola básica e comunidades ribeirinhas em Belém, Estado do Pará: Problemas e Perspectivas. In: **KLA Working Paper**, Número 18, 2016, KompetenznetzLateinamerika – Ethnicity, Citizenship, Belonging; Disponível EM: <http://www.kompetenzla.uni-koeln.de/fileadmin/WP_Bittencourt.pdf>. Acesso em 12 nov. 2018.
- SILVA, José Bittencourt da; SILVA, Maria Cecília de Paula. Educação Ambiental em escola de tempo integral em Belém, estado do Pará. In: **Revista Eletrônica Mestrado em Educação Ambiental**. ISSN 1517-1256, v. 34, n. 1, p. 168-185, jan./abr., 2017.
- SIMONIAN, Ligia T. L. Recursos naturais, políticas públicas e desenvolvimento sustentável em áreas de reserva. In: COELHO, M. C. N.; SIMONIAN, L. T. L.; FENZL, N. (Org.). **Estado e políticas públicas na Amazônia**. Belém: CEJUP, 2001. p. 9-53.
- SINGER, Paul. **Trabalho e Emprego**: Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. Estud. av. vol.18 no.51 São Paulo May/Aug. 2004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142004000200001>>. Acesso em: 10 out. 2018.
- SINGER, Paul. Trabalho e Emprego: Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. **Estudos Avançados**. vol.18 no. 51 São Paulo May/Aug. 2004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142004000200001>>. Acesso em: 10 out. 2018.
- TEIXEIRA, Enise Barth. A análise de dados na pesquisa científica: importância e desafios em estudos organizacionais. **Desenvolvimento em questão**, ano 1, n. 2, p. 177-201. jul./dez. 2003.
- VARES, Sidnei Ferreira de. Reprodução social e resistência política na escola capitalista: um retorno às teorias reprodutivistas. **EDUCERE - Revista da Educação**, Umuarama, v. 11, n. 1, p. 71-91, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://revistas.unipar.br/index.php/educere/article/view/3932> acesso em 08 de agosto de 2019.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 14^a. Ed. Papirus, 2002.

APÊNDICE 1: Documentos que compuseram o processo de autorização da pesquisa de campo pela Secretaria Municipal de Educação



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES EM EDUCAÇÃO BÁSICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CURRÍCULO E GESTÃO DA ESCOLA BÁSICA

CARTA DE APRESENTAÇÃO DO PESQUISADOR

Belém, 14 de maio de 2018.

Senhora Dorvalina Bastos da Silva, Diretora de Ensino da SEMEC, venho por meio desta apresentamos o mestrando **Raimundo Nonato Leite de Oliveira**, aluno regularmente matriculado no Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Educação Básica (PPEB/NEB), Universidade Federal do Pará, que está realizando a pesquisa intitulada **“Protagonismo de professores e gestores em escola básica de tempo integral em espaço insular: um estudo de caso na escola municipal Madalena Travassos, localizada no bairro Paraíso, ilha Mosqueiro, Belém, Pará”**.

O objetivo do estudo é **“expor analiticamente o protagonismo de professores e gestores na resolução de problemas vivenciados na escola municipal Madalena Travassos, localizada no bairro paraíso, ilha mosqueiro, Belém, Pará”**. Na oportunidade, solicitamos autorização para que o referido discente realize sua pesquisa de campo, a qual objetiva coletar dados que contribuirão para as possíveis respostas à seguinte questão de investigação: **quais foram e quais são os entraves enfrentados, bem como quais as estratégias dos sujeitos educacionais da Escola Municipal Madalena Travassos, localizada no Bairro Paraíso, Ilha Mosqueiro, Belém, Pará, para a superação de problemas percebidos na conjuntura local na busca pela efetiva implementação do percurso formativo dos educandos e educandas desta escola?**

Neste particular, serão realizadas entrevistas, observações *in loco*, registros fotográficos e tudo o mais que se fizer necessário ao recolhimento de evidências de campo passíveis de serem analisadas.

Ressaltamos o caráter ético desta pesquisa, a qual assegurará a preservação da identidade das pessoas participantes. Solicitamos ainda a permissão para a divulgação dos resultados ancorados em dados obtidos nesta organização escolar, conforme termo de consentimento que será assinado pelos participantes. Esclarecemos que tal autorização é uma pré-condição para as atividades aqui propostas.

Agradecemos-lhe pela compreensão e colaboração, informando que uma das metas para a realização deste estudo é o comprometimento do pesquisador em possibilitar, aos participantes, um retorno dos resultados da pesquisa. Outrossim, nos colocamos à disposição para, em caso de dúvidas, prestar outros esclarecimentos pelo telefone: (91) 983282143 ou pelo e-mail: josebittencourtsilva@gmail.com; jbsilva@ufpa.br.

Atenciosamente,

PROT. GERAL/SEMEC/0DOC

PROC. Nº 0597/18

DATA: 14/05/18 HORA: 08/18

ASSINATURA:

Prof. Dr. José Bittencourt da Silva
 Professor Orientador
jbsilva@ufpa.br



Gabinete da Secretária

TERMO DE

AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA

Eu, **Maria do Perpétuo Socorro de Aquino Coutinho**, Secretária Municipal de Educação, em exercício, **AUTORIZO Raimundo Nonato Leite Oliveira**, aluno do Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica, da Universidade Federal do Pará - UFPA, sob a coordenação do Prof. Dr. **José Bittencourt da Silva**, docente do referido programa de pós-graduação, a realizar pesquisa na **Escola Municipal Madalena Travassos** com o objetivo de expor analiticamente o protagonismo de professores e gestores na resolução de problemas vivenciados na referida escola.

O pesquisador acima qualificada se compromete a obedecer os procedimentos éticos estabelecidos na Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, que dispõe sobre os critérios éticos na pesquisa em Ciências Humanas e Sociais, conforme enfatizado no Art.3º:

- I- Reconhecimento da liberdade e autonomia de todos os envolvidos no processo de pesquisa, inclusive da liberdade científica e acadêmica;
- II- Defesa dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo nas relações que envolvem os processos de pesquisa;
- III- Respeito aos valores culturais, sociais, morais e religiosos, bem como aos hábitos e costumes, dos participantes das pesquisas;
- IV- Empenho na ampliação e consolidação da democracia por meio da socialização da produção de conhecimento resultante da pesquisa, inclusive em formato acessível ao grupo ou população que foi pesquisada;

- 10597/10 12
- PROTÓTIPO
Fim
19 ✓
SENEC
- V- Recusa de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de indivíduos e grupos vulneráveis e discriminados e às diferenças dos processos de pesquisa;
 - VI- Garantia de assentimento ou consentimento dos participantes das pesquisas esclarecidos sobre seu sentido e implicações;
 - VII- Garantia de confidencialidade das informações, da privacidade dos participantes e da proteção de sua identidade, inclusive do uso de sua imagem e voz;
 - VIII- Garantia da não utilização, por parte do pesquisador, das informações obtidas em pesquisa sem prejuízo dos seus participantes;
 - IX- Compromisso de todos os envolvidos na pesquisa de não criar, manter ou ampliar as situações de risco ou vulnerabilidade para indivíduos e coletividade, nem acentuar o estigma, o preconceito ou a discriminação;
 - X- Compromisso de propiciar assistência a eventuais danos materiais e imateriais, decorrentes da participação na pesquisa, conforme o caso sempre e enquanto necessário (BRASIL, 2016)

Além de obedecer aos critérios éticos na pesquisa em Ciências Humanas e Sociais, o pesquisador acima qualificada se compromete a:

- 1- Iniciar a coleta de dados com os docentes somente após a assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que possibilite aos sujeitos da pesquisa o mais amplo esclarecimento sobre a investigação a ser realizada, seus riscos e benefícios, para que a sua manifestação de vontade no sentido de participar (ou não), seja efetivamente livre e consciente;
- 2- Obedecer às disposições éticas de proteger os participantes da pesquisa, garantindo-lhes o máximo de benefícios e o mínimo de riscos;
- 3- Assegurar a privacidade das pessoas citadas nos documentos institucionais e/ou contatadas diretamente, de modo a proteger suas imagens, bem como garantir que não utilizará as informações coletadas em prejuízo dessas pessoas e/ou da instituição, respeitando deste modo as Diretrizes Éticas da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, nos termos estabelecidos na Resolução CNS N° 466/2012, e obedecendo as disposições legais estabelecidas na Constituição Federal Brasileira, artigo 5º, incisos X e XIV e no Novo Código Civil, artigo 20;
- 4- Devolutiva dos resultados da pesquisa, à escola participante, em cada etapa concluída;

10597/18



5- Devolutiva dos resultados finais da pesquisa, por meio de encontros de Formação
Continuada aos professores da rede pública municipal de ensino.

Belém, 14 de junho de 2018.


Maria do Perpétuo Socorro Figueiredo de Aquino Coutinho
Secretária Municipal de Educação, em exercício.

Azans
Recebido em:
12-09-18

SEMEC
SECRETARIA
MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO



Assessoria Jurídica



Ref. Proc: 10597/2018
Parecer nº 2420/2018

Foi anexado aos autos cópia do projeto de mestrado em currículo e gestão da Educação Básica elaborado pelo requerente as fls. 05/13.

É o relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Em primeiro lugar, o ensino público é aquele oferecido a todos os indivíduos pelo Estado, custeado através dos impostos, sendo assim, gratuito a população, logo, devendo o Estado ser garantidor da educação. Posto isto, a sua função consiste em inspecionar e supervisionar as escolas para que funcionem corretamente e ofereçam um serviço educativo de qualidade aos seus alunos.

Vejamos o que estabelece a Constituição Federal em seus arts. 6º e 23, in verbis:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

*Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:
V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação;*

O objetivo da pesquisa de mestrado do requerente é expor analiticamente o protagonismo de professores e gestores na resolução de problemas vivenciados na Escola Municipal Madalena Travassos.

SEMEC
SECRETARIA
MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO



Assessoria Jurídica



Ref. Proc: 10597/2018
Parecer nº 2420/2018

Uma vez que a coleta de dados do requerente inclui obter imagens do espaço escolar, devemos observar o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, em seu art. 100, inciso V, que dispõe:

Art. 100. Na aplicação das medidas levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Parágrafo único. São também princípios que regem a aplicação das medidas:

V - privacidade: a promoção dos direitos e proteção da criança e do adolescente deve ser efetuada no respeito pela intimidade, direito à imagem e reserva da sua vida privada;

Desta forma, devemos ressaltar que não poderá ser feito imagens que mostrem os alunos das escolas.

É importante ressaltar, também, que existem os espaços públicos com restrição ao acesso e à circulação, nestes a presença é controlada e restrita a determinadas pessoas, como é o caso das instituições de ensino.

Em suma, a Administração Pública goza de Poder Discricionário, o qual é a prerrogativa legal conferida à Administração Pública para a prática de determinados atos administrativos com liberdade na escolha visando o interesse social ou interesse coletivo.

É, portanto, um poder que o direito concede à Administração, de modo explícito ou implícito, para a prática de atos administrativos.

III- CONCLUSÃO

SEMEC
SECRETARIA
MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO



Assessoria Jurídica



Ref. Proc: 10597/2018
Parecer nº 2420/2018

Ante o exposto, opinamos pelo deferimento do pleito, entretanto, por tratar-se de um ato administrativo discricionário, como já explicado anteriormente, a deliberação final fica a cargo da Autoridade Superior Máxima desta Secretaria Municipal de Educação.

É o parecer que encaminhamos a Superior apreciação.

Belém, 26 de Julho de 2018.


RAISSY DE FREITAS NETO
Assessoria Jurídica/SEMEC

Visto. De acordo.
Em 27 de 07 de 2018,

LUCÉLIA RODRIGUES FAYAL
Coordenadora Jurídica
AJUR/SEMEC

APÊNDICE 2: Termos de consentimento de entrevista

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
 NÚCLEO DE ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES EM EDUCAÇÃO BÁSICA
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CURRÍCULO E GESTÃO DA ESCOLA BÁSICA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu Maria do Rocio Rodi Gonçalves aceito participar da pesquisa intitulada **“Protagonismo de professores e gestores em escola básica de tempo integral em espaço insular: um estudo de caso na escola municipal Madalena Travassos, localizada no bairro Paraíso, ilha Mosqueiro, Belém, Pará”** e permito que o pesquisador obtenha fotografias, filmagem, gravação de minha pessoa para fins exclusivamente acadêmicos e científicos. Outrossim, informo que tenho conhecimento dos objetivos da investigação e seus procedimentos metodológicos.

Neste sentido, autorizo que os dados obtidos possam ser apresentados em aulas, seminários, congressos, trabalhos de conclusão de curso, palestras ou publicados em livros e periódicos científicos em meio virtual ou físico. Note-se ainda que o nome do/a informante não será identificado/a em qualquer uma das vias de publicação ou uso.

As fotografias, filmagens e/ou gravações de voz ficarão sob a guarda e responsabilidade do pesquisador/coordenador da investigação.

Belém-Pa,.....de.....de 20.....

Assinatura do pesquisado/a

 José Bittencourt da Silva
 Coordenador da Pesquisa PPEB/NEB/UFPA
 SIAPE: 2190538



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES EM EDUCAÇÃO BÁSICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CURRÍCULO E GESTÃO DA ESCOLA BÁSICA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu *Ana Lexistina Raiol Gomes* aceito participar da pesquisa intitulada “**Processo de Implantação de Escola Básica Pública em Território Insular: Um Enfoque na Relação Entre Inovação e Gestão Escolar**” e permito que o pesquisador obtenha fotografias, filmagem, gravação de minha pessoa para fins exclusivamente acadêmicos e científicos. Outrossim, informo que tenho conhecimento dos objetivos da investigação e seus procedimentos metodológicos.

Neste sentido, autorizo que os dados obtidos possam ser apresentados em aulas, seminários, congressos, trabalhos de conclusão de curso, palestras ou publicados em livros e periódicos científicos em meio virtual ou físico. Note-se ainda que o nome do/a informante não será identificado/a em qualquer uma das vias de publicação ou uso.

As fotografias, filmagens e/ou gravações de voz ficarão sob a guarda e responsabilidade do pesquisador/coordenador da investigação.

Belém-Pa, ...12.....de.....março.....de 20...19.....

Ana Lexistina Raiol Gomes
Assinatura do pesquisado/a

José Bittencourt da Silva
José Bittencourt da Silva
Coordenador da Pesquisa PPEB/NEB/UFPA
SIAPE: 2190538



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES EM EDUCAÇÃO BÁSICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CURRÍCULO E GESTÃO DA ESCOLA BÁSICA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu *Antonia Hidevange Guilherme dos Passos* aceito participar da pesquisa intitulada “**Processo de Implantação de Escola Básica Pública em Território Insular: Um Enfoque na Relação Entre Inovação e Gestão Escolar**” e permito que o pesquisador obtenha fotografias, filmagem, gravação de minha pessoa para fins exclusivamente acadêmicos e científicos. Outrossim, informo que tenho conhecimento dos objetivos da investigação e seus procedimentos metodológicos.

Neste sentido, autorizo que os dados obtidos possam ser apresentados em aulas, seminários, congressos, trabalhos de conclusão de curso, palestras ou publicados em livros e periódicos científicos em meio virtual ou físico. Note-se ainda que o nome do/a informante não será identificado/a em qualquer uma das vias de publicação ou uso.

As fotografias, filmagens e/ou gravações de voz ficarão sob a guarda e responsabilidade do pesquisador/coordenador da investigação.

Belém-Pa, *16* de *maio* de 20*19*

Antonia Hidevange G. Passos
Assinatura do pesquisado/a

Antonia Hidevange G. Passos
Direção
Mat. 035.2250-001

José Bittencourt da Silva
José Bittencourt da Silva

Coordenador da Pesquisa PPEB/NEB/UFPA
SIAPE: 2190538



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES EM EDUCAÇÃO BÁSICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CURRÍCULO E GESTÃO DA ESCOLA BÁSICA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu Maíra Sereia Almeida aceito participar da pesquisa intitulada “Processo de Implantação de Escola Básica Pública em Território Insular: Um Enfoque na Relação Entre Inovação e Gestão Escolar” e permito que o pesquisador obtenha fotografias, filmagem, gravação de minha pessoa para fins exclusivamente acadêmicos e científicos. Outrossim, informo que tenho conhecimento dos objetivos da investigação e seus procedimentos metodológicos.

Neste sentido, autorizo que os dados obtidos possam ser apresentados em aulas, seminários, congressos, trabalhos de conclusão de curso, palestras ou publicados em livros e periódicos científicos em meio virtual ou físico. Note-se ainda que o nome do/a informante não será identificado/a em qualquer uma das vias de publicação ou uso.

As fotografias, filmagens e/ou gravações de voz ficarão sob a guarda e responsabilidade do pesquisador/coordenador da investigação.

Belém-Pa, 16 de março de 2019.....

Maíra Sereia Almeida
Assinatura do pesquisado/a

José Bittencourt da Silva
José Bittencourt da Silva
Coordenador da Pesquisa PPEB/NEB/UFPA
SIAPE: 2190538